

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

João Pedro Alves Bueno

Ontologia de um fantasma?
Lukács e Sartre diante da revolução húngara de 1956

Mestrado em História Social

São Paulo

2018

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

João Pedro Alves Bueno

Ontologia de um fantasma?
Lukács e Sartre diante da revolução húngara de 1956

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em História Social, sob a orientação do Prof.
Dr. Antonio Rago Filho

São Paulo

2018

Banca Examinadora

dedicado à memória de
Carlos Campos (1957-2016)
e István Mészáros (1930-2017)

*και ποιησας φραγελλιον εκ σχοιניων παντας εξεβαλεν εκ του ιερου τα τε προβατα και τους
βοας και των κολλυβιστων εξεχεεν το κερμα και τας τραπεζας ανεστρεψε
João, 2:15*

*και γνωσεσθε την αληθειαν και η αληθεια ελευθερωσει υμας
João, 8:32*

A presente pesquisa foi realizada com o auxílio de bolsa CAPES-taxa por 6 meses e bolsa-auxílio do CNPq por 18 meses. (Processo nº: 130058/2017-3)

AGRADECIMENTOS

Pela presente dissertação, devo agradecer em primeiro lugar a meu orientador Prof. Dr. Antonio Rago Filho. Embora, infelizmente – por um sem número de circunstâncias dessa vida em meio à crise estrutural (e permanente) do sociometabolismo global do capital – tenhamos tido muito menos contato durante o mestrado do que eu gostaria, suas aulas, palestras, nossas conversas e reuniões com o NEHTIPO não apenas suscitaram e ajudaram a desenvolver absolutamente todas as questões desta pesquisa (e tantas outras ainda por enfrentar!) mas deixaram em mim uma profunda impressão, principalmente, pelo seu modo singular de harmonizar uma vivacidade e generosidade enormes com um rigor crítico implacável, coerência e firmeza de caráter inigualáveis com simpatia permanente, alegria convicta, mesmo na consternação com a miséria do presente; honesta e transbordante humanidade, sempre. Um verdadeiro mestre. A ele e ao Prof. Dr. Claudinei Cássio Rezende – que além de grande exemplo, mostrou-se um dedicado amigo em momentos difíceis – se devem em grande medida os rumos que a pesquisa tomou, os nexos e as questões que tentei desenvolver. Se nisso tive qualquer sucesso, é outra questão; mas sem dúvida devo-lhes os méritos dos eventuais acertos em meio à grande errância que foi se tornando a pesquisa. Agradeço também aos valorosos comentários e sugestões da Prof^a. Dr. Vera Lucia Vieira, por ocasião do exame de qualificação, espero ter sido capaz de atendê-los.

Agradeço também à profa. Sarolta Kóbori, que me pôs em contato com as belíssimas traduções de poesia húngara moderna de Nelson Ascher; e à editora Boitempo, especialmente à Ivana Jinkings e Isabella Marcatti, que me apoiaram na tradução de uma das principais fontes dessa pesquisa, a obra *A Revolta dos Intelectuais na Hungria*, de István Mészáros, e garantiram sua edição.

O interesse pela política, pelo marxismo (e também pela educação) “vem de berço” e o devo a meus pais, Jacqueline e Júlio, ambos professores e militantes, cada um à sua maneira. A eles devo muito, por todo apoio e permanente incentivo, pela admiração e respeito recíprocos que fomos construindo e reconstruindo em meio aos acidentes de percurso e à contradição inexorável que é a Família. Agradeço também aos professores, colegas e funcionários da Escola Cooperativa Gralha Azul, meu primeiro contato com um esforço apaixonado de educação transformadora, um experimento que aponta no sentido da autogestão da

construção de conhecimento, numa cidadezinha no interior de Minas Gerais. Saudades!

A leitura e comparação de Lukács e Sartre, bem como a tentativa de conciliá-los criticamente a minhas próprias convicções políticas em formação, apesar de um desenvolvimento por vezes tortuoso, é um projeto que venho amadurecendo há muitos anos, pelo menos desde o início de minha graduação em Filosofia. Nesse processo, não deixo de recordar as importantes conversas e experiências com os já velhos amigos Igor e PH, o pessoal do Centro Acadêmico de Filosofia e outros amigos e colegas, como o Marcelo, Vinícius, Maria Lívia, Rafinha, Leandro, Orlando, Aline Pizzol, Aline Dias, Matheus, Dimitrios, Douglas, Vitor, Lucas, Bêlit, Régis, André, Melissa e tantos outros, tantas conversas na salinha do CAF, pelos corredores e bosques da USP, entre aulas e reuniões, greves e preparações. Nem me esqueço das muitas lutas e experiências formativas com camaradas de várias iniciativas militantes, referências ainda muito presentes, por mais que tenhamos nossas divergências, desencontros ou simplesmente perdido contato; certamente ainda teremos muito o que construir juntos. A todos tenho muito o que agradecer, e desejar que sigam firmes, nesses tempos sombrios que ora atravessamos.

Com algumas pessoas dividi tão profundamente a vida nesse tempo, e aprendi tanto com elas, que não podem deixar de estar aqui: Terezinha, com quem quis ser gente, com todos e contra tudo; Aline, que me trouxe de volta a poesia; Mariana, que quase me trouxe de volta ao trotskismo, esteve comigo e me ajudou muito no início desse processo do mestrado e agora inicia sua própria jornada acadêmica “de volta para o futuro” nas utopias literárias; Amélia e Lucas, que sonhávamos a explosão da beleza, sem medo de nos cobrir dos estilhaços; Satiko, que apesar de tudo a gente tem que ser feliz; Jonas, que me ajuda a seguir acreditando na juventude (e a me sentir um pouco ainda parte dela); por último, tenho muito o que agradecer à Mait, que ao compartilhar comigo, no último ano, desde momentos de intenso júbilo e grandes expectativas à mais profunda depleção da vontade, diante dos desassossegos e angústias da existência e de tantas frustrações, erros, duros golpes e traições que sofremos, com sua ternura e coerência inabaláveis, me ensinou o verdadeiro sentido de ser companheira. Sem ela essa dissertação não seria possível, e sabe-se lá o que seria de seu autor.

RESUMO

Lukács e Sartre, autores de suma importância para o debate contemporâneo sobre o marxismo, buscaram, em suas obras de maturidade (principalmente em *Para uma Ontologia do Ser Social* e *Crítica da Razão Dialética*, respectivamente) reexaminar de modo sistemático seus fundamentos teórico-filosóficos, no contexto da “desestalinização” da URSS. Filósofos profundamente engajados e comprometidos com a causa da emancipação humana – ainda que a partir de concepções distintas da práxis transformadora – suas obras não podem ser compreendidas senão como respostas teóricas às urgências de um tempo em convulsão, marcado pela emergência de processos de luta social que abalaram certezas e expectativas de ambos os lados da “cortina de ferro”. Um acontecimento é particularmente marcante na experiência intelectual dos dois autores: a breve revolução húngara de 1956, massacrada pelas tropas soviéticas. O objetivo deste trabalho é entender a importância histórica desse acontecimento, o modo como os dois filósofos tomaram parte e se posicionaram com relação a ele e como o “turbilhão” de 1956 foi determinante de suas elaborações teóricas posteriores, que visavam a uma superação radical e abrangente das deformações políticas e teóricas que haviam dominado a ortodoxia marxista até então, e revelado ali sua face mais brutal e desumana. Para tanto, buscaremos analisar a trajetória intelectual e política anterior de Lukács e Sartre, inclusive a polêmica teórica que travam a partir de 1947; o significado histórico da revolução húngara e a intervenção de ambos no processo; e por fim, tecer algumas observações críticas sobre o modo como a obra de ambos reflete e responde aos acontecimentos, levando em consideração as determinações particulares dos autores, buscando compreendê-los por seus próprios fundamentos sem deixar de expor algumas de suas limitações e contradições, recorrendo, além de suas obras, a entrevistas, documentos políticos e à confrontação com debates historiográficos concernentes ao período.

Palavras-chave: György Lukács; Jean-Paul Sartre; Stalinismo; Revolução húngara de 1956.

ABSTRACT

Lukács and Sartre, authors of great importance for the contemporary debate on marxism, have sought, in their late works (specially *The Ontology of Social Being* and *Critique of Dialectical Reason*, respectively) to systematically reexamine its theoretical and philosophical grounds, within the context of USSR's "de-stalinization". As both philosophers were deeply committed with the cause of human freedom – despite the differences between their conceptions of the revolutionary praxis – their works can only be understood as theoretical responses to a convulsive period, marked by the emergence of a series of processes of social struggle that shook certainties and expectations in both sides of the "iron curtain". One event is particularly significative in both authors' intellectual experience: the brief hungarian revolution of 1956, massacred by the soviet troops. The objective of this research is to understand the historical relevance of this event, how the philosophers in question took part and position in its regard and how the "whirlwind" of 1956 determined their ulterior theoretical efforts, which aimed towards a broad and radical transcendence of the political and theoretic deformities that subdued marxist orthodoxy to that point and then revealed its most brutal and inhuman aspects. To do so, we'll seek to analyse the political and intellectual trajectories of Lukács and Sartre, including the philosophical controversy developed between them from 1947 onwards; the historical significance of the hungarian revolution and their individual roles in the process; and finally, to draw some critical remarks on how the work of both authors answer and reflect the events, considering the authors' particular conditions, trying to understand them by their own theoretical foundations but also showing some of their contradictions and limitations, resorting, beside their own works, to interviews, political documents and to the confrontation with historiographical debate concerning this period.

Keywords: György Lukács; Jean-Paul Sartre; Stalinism; Hungarian revolution of 1956.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
SUMÁRIO	X
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
Lukács contra Sartre: da polêmica aberta à confluência das questões	27
CAPÍTULO 2	
Hungria, 1956: revolução e contrarrevolução no bloco socialista	37
2.1. O acúmulo de tensões políticas internas na URSS	43
2.2. A narrativa de Peter Fryer: uma tragédia de erros do PC	50
2.3. Broué: decifração militante	67
CAPÍTULO 3	
Lukács, Sartre e o debate sobre a revolução húngara	83
3.1. Mészáros: da revolta dos intelectuais à revolução dos conselhos	83
3.2. Lukács: progresso e reação na cultura e a fé na autorreforma	91
CONCLUSÃO:	
<i>Intelligentsia</i> e revolução: lições do outubro húngaro e limites da teoria	93
BIBLIOGRAFIA	101

INTRODUÇÃO

‘O stalinismo era uma sobrevivência para a qual não é preciso procurar outra razão além da própria existência de Stalin. Enquanto permanecia, acima de todos, como o símbolo de uma ditadura necessária, a nova sociedade política não tinha os meios de conhecer-se (...) O sistema era alimentado, sustentado por Stalin e Stalin, envelhecido, era a primeira vítima do sistema: levado ao poder pela desconfiança universal, permanecia sendo a encarnação desta desconfiança quando ela não tinha mais razão de ser; na medida mesma em que sentia o afastamento entre seu próprio sistema e a sociedade que havia forjado, não podia reagir senão acentuando sua desconfiança. (...) Essa jovem sociedade, justamente orgulhosa de seus êxitos, era seccionada de si própria por um pesadelo sangrento e confuso.’

‘A desestalinização desestalinizará os desestalinizadores’

Jean-Paul Sartre,
‘O Fantasma de Stalin’

‘Mais tarde, compreendemos que todas essas tendências contrárias ao avanço do pensamento contavam com sólido apoio burocrático. No entanto, durante algum tempo, julgamos que este sistema defensivo do dogmatismo possuía um caráter casual; muitos de nós, por vezes, suspirávamos pensando em Stalin: ‘Ah, si le roi savait!’. É evidente que um tal estado de coisas não poderia perdurar indefinidamente. Fomos obrigados a reconhecer que a origem do confronto entre as correntes progressistas que enriqueciam a cultura marxista e a opressão dogmática de uma burocracia tirânica sobre qualquer pensamento autônomo deveria ser procurada no próprio regime de Stalin e, pois, também na sua própria pessoa.

(...)

Vi-me assim obrigado a travar uma espécie de luta de guerrilha em defesa das minhas ideias científicas’

György Lukács,
‘post scriptum’ de 1957 a ‘Meu caminho para Marx’

A revolução húngara de 1956 foi o primeiro, senão o único, grande processo revolucionário, ainda que efêmero, que se deu diretamente *contra* o poder soviético. Nos doze dias transcorridos desde o início da insurreição até seu sufocamento pelas tropas do Pacto de Varsóvia, foi rapidamente instituída uma democracia de conselhos operários e comitês revolucionários articulados pela base em dualidade de poder com um governo provisório frágil, que gradualmente fazia concessões no sentido da restauração do efetivo controle dos trabalhadores sobre todos os

aspectos da vida social no país. Iniciada por um movimento de intelectuais comunistas dissidentes, que em seu anseio por liberdade criativa puseram a nu as arbitrariedades da opressão burocrática – travestida, com a farda do exército vermelho, de defesa da “transição socialista” – que assim, dando vazão às profundas insatisfações dos operários e camponeses da Hungria com um modo de vida material e ideologicamente degradado, desencadearam um processo espontâneo de auto-organização que sublevou toda a nação, espantou a burocracia dirigente, de Budapeste ao Kremlin, reconfigurou o próprio Partido Comunista Húngaro e seu modo de gerir o país, impondo, apesar de seu desfecho trágico, profundas transformações sociais.

Foi também o primeiro processo revolucionário do século XX a ocorrer sem um núcleo dirigente conspiratório (sem um partido, propriamente, ou sequer uma federação sindical ou qualquer outro aparato que pudesse ter funções análogas), forjando novas mediações sociais – da produção e distribuição autogeridas às delegações de negociação política, passando pela organização militar (do “povo em armas”) – no calor da batalha. A originalidade desse processo traz de volta debates fundamentais para a compreensão do sentido histórico e do conteúdo social das revoluções socialistas: sobre as controversas noções de ditadura do proletariado, democracia operária e democracia socialista; sobre as relações entre cultura e revolução, liberdade criativa e arte militante, dada a importância do amplo movimento da *intelligentsia* que antecedeu o processo revolucionário; e sobre o papel do Estado e das organizações políticas na “transição socialista” – especialmente no contexto pós-revolução russa, em que um Estado se arrogava o máximo representante dos interesses e do destino do proletariado mundial.

Evidente que tal acontecimento não poderia deixar de ter um impacto decisivo sobre toda a militância e intelectualidade de esquerda ao redor do mundo, representando um grande desafio interpretativo e pondo em questão a simples polarização genérica que então organizava as possibilidades de posição ideológica. A defesa do socialismo contra o imperialismo perdia sua obviedade, diante do fato, agora muito difícil de negar, de que a própria União Soviética, em sua necessidade de auto-defesa e expansão econômica, praticava também uma forma de imperialismo, ainda que *sui generis*, com relação, pelo menos, às chamadas “democracias populares” do pós-guerra, que poderia efetivar-se de modo diretamente contra-revolucionário.

Entre os intelectuais que foram profundamente afetados pela experiência húngara estão os filósofos György Lukács – que foi figura central nos processos anteriores de mobilização da intelectualidade que culminaram na revolução e chegou a participar do governo provisório revolucionário de Imre Nagy – e Jean-Paul Sartre, que serviu-se de seu prestígio para fazer ressoar na intelectualidade europeia os intrincados problemas evidenciados pelo levante e a indignação com a brutalidade de sua repressão pela URSS. Tratando-se de dois intelectuais comprometidos, de diferentes maneiras, com a causa do socialismo, colaboradores ativos com o movimento comunista que, porém, não abrem mão de sua liberdade intelectual, suas obras posteriores constituem expressão viva dessas contradições; é notável, ademais, o modo com que, partindo de aproximações distintas ao marxismo e ao comunismo – que chegam a se chocar em agudas polêmicas nos anos anteriores –, os dois colocam a si mesmos, após a revolução, problemas e projetos teóricos semelhantes, animados pelo combate filosófico ao dogmatismo teórico stalinista e vocacionados a um socialismo democrático, compreensivo da cotidianidade. Com a presente pesquisa, pretendemos investigar as relações entre as análises e posições desses dois filósofos em referência à revolução húngara e suas elaborações teóricas mais gerais, buscando entender, por um lado, o peso determinante que tal acontecimento possui na experiência intelectual de ambos e, por outro, avaliar o quanto suas obras são capazes de apresentar, de fato, novas soluções, que contemplem o desafio histórico da luta contra a degeneração burocrática da revolução socialista, e em que medida são ainda expressão de inexoráveis contradições e limitações desse mesmo processo. Ou seja, trata-se de mobilizar o próprio acontecimento histórico, em suas determinações concretas, para colocar em questão a filosofia cujas mediações configuram-se, direta ou indiretamente, como resposta – num movimento de retorno, da reflexão ao refletido.

O caráter necessariamente *post festum* da filosofia, “sacramentado” por Hegel, na *Introdução* à sua *Filosofia do Direito*, com a alegoria da Coruja de Minerva, ao contrário do que pode parecer, não deve legar a essa modalidade de conhecimento um papel absolutamente passivo diante da história da humanidade. Afinal, o “ardil do tempo”, na realidade, não pode ser pensado como uma linha reta, mas antes se desdobra como unidade de continuidades e discontinuidades: as sociedades se desenvolvem de modo desigual e combinado, e a tragédia que se observa na irrupção do novo traz sempre a promessa de uma repetição farsesca,

compulsiva, ou a possibilidade da recalcitrância, do retorno impiedoso do que fora negado, porquanto não plenamente “superado” (“ultrapassado”, “transcendido” ou “suprassumido”). É, assim, na decifração dos “hieróglifos sociais” herdados do passado – e ainda no reexame dos modos, historicamente circunscritos, de sua decifração – que se pode identificar as tendências do presente, a origem e constituição das forças que nele operam, e os sentidos para onde apontam. É certo que a inteligibilidade dos processos históricos não pode significar de modo algum uma entificação finalística da *História em-si*, que viabilizaria, por sua vez, aos iniciados nos mistérios de Clio, um poder infalível de predição de acontecimentos – como se as filosofias históricas (ou seja, que assumem, de algum modo, a própria história como problema central) tivessem de ser testadas por sua acuidade profética. Contudo, a persistência de certas questões e a realização efetiva de certas tendências podem, de fato, revelar-se um índice razoável de valoração daquelas filosofias que, comprometidas com a humanidade, arriscam descer à terra e mobilizar, para além da exegese escolástica, sua potência crítica como força transformadora.

Se, no entanto, a filosofia permanece necessariamente uma resposta a acontecimentos, mesmo que tente articulá-los de modo a intervir sobre seus desenvolvimentos, não se pode compreender uma filosofia qualquer fora dessa relação, desse quadro de referência que engendra suas questões e exige novas soluções. Identificar esses acontecimentos que, com a força dos fatos, desestabilizam sistemas normativos e desafiam esquemas interpretativos, impondo reconfigurações ao pensamento, é tarefa crucial que não pode ser realizada sem que a investigação filosófica seja reconduzida à história social. O que não significa tomá-la na forma de um conhecimento subordinado, servindo-se da historiografia como pano de fundo decorativo, mas antes um atravessamento recíproco que permita ao pesquisador interrogar as obras teóricas como documentos, revelando o que nelas depõe sobre seu tempo, e como – para assim reconhecer o que resta dessa *síntese*, ou seja, o que nos dizem hoje esta filosofia, este acontecimento, qual o sentido de sua persistência em nossa *memória coletiva*, i.e., na reprodução social da cultura, e como nos municiam para entender e enfrentar nosso próprio contexto social.

Antes de entrar na delimitação das principais questões que pretendemos investigar ao longo da pesquisa aqui apresentada, cabe uma breve exposição das

motivações e do percurso singular que nos levou, de uma análise comparativa da obra de dois dos mais importantes filósofos do século XX, a um trabalho que trouxe ao centro de sua problemática questões mais concernentes à história social (que vão da historiografia intelectual à história política e social de um acontecimento chave, a revolução húngara de 1956, passando pela teoria da história, no que se refere tanto à questão de sua objetividade como de seus sujeitos ou agentes concretos). Exposição de motivações que tornará necessário um acerto de contas metodológico com a perspectiva filosófica em geral e com algumas abordagens específicas da pesquisa em história da filosofia, em busca de uma orientação mais adequada ao objeto. Por sua vez, este “acerto de contas” se faz necessário pela nossa trajetória acadêmica, tendo o projeto para esta pesquisa sido inicialmente concebido durante o curso de graduação em filosofia, como trabalho em Filosofia, e apenas posteriormente, por razões que buscaremos elucidar, reformulado como pesquisa em História Social, dentro do amplo horizonte teórico-metodológico permitido pela injunção programática “História e Cultura”, que norteia a pesquisa historiográfica de nossa Universidade.

Como estudante de filosofia e militante socialista, as obras de Lukács e Sartre tiveram um grande impacto em minha formação, por serem autores que traziam as grandes questões da história da filosofia para um terreno de reflexão orientado radicalmente para a liberdade, organizado pelo compromisso com a luta contra o capital e pela emancipação humana. No entanto, cabe notar que ambos autores são muito pouco estudados em suas elaborações maduras (concreta e declaradamente mais próximas do marxismo) na maioria das instituições acadêmicas e em especial nos departamentos de Filosofia. Lukács é lido, em geral, no máximo até *História e Consciência de Classe* (1923), e Sartre, em geral, até *O Ser e o Nada* (1943) ou, no máximo, até *O Existencialismo é um Humanismo* (1946). Assim, é muito pouco conhecido o rico debate¹ que ocorre entre os dois filósofos no pós-Segunda Guerra Mundial. Esse foi justamente o recorte escolhido originalmente para essa pesquisa (que foi submetida em 2014 à prova de ingresso no programa de mestrado em Filosofia da FFLCH/USP, na subárea “Teoria das Ciências Humanas”): a polêmica sobre ontologia e método em Marx travada a partir do manifesto sartriano *O Existencialismo é um Humanismo*, respondido por Lukács com um texto ácido e destruidor, de polêmica direta, chamado *Existencialismo ou Marxismo?*, de 1947,

¹ Debate indireto, por meio de suas obras, posto que os autores nunca se encontraram. Mészáros relata ter tentado intermediar uma correspondência entre os filósofos, que não chegou a ocorrer. (v. MÉSZÁROS, 2012, pp. 226-8)

complementado, a seguir, por um ataque devastador a algumas das principais referências filosóficas do existencialismo, como Kierkegaard e Nietzsche, no livro *A Destruição da Razão*, que trazia o singelo subtítulo: *trajetória do irracionalismo de Schelling a Hitler*. A réplica de Sartre não é menos beligerante, pois vem justamente no momento em que ele está rompendo com o Partido Comunista Francês e buscando afirmar sua compreensão singular do marxismo, com mais um denso e vibrante manifesto filosófico, *Questão de Método*, em que Lukács é identificado como filósofo oficial do stalinismo e associado diretamente aos seus grotescos desvios teóricos². Por fim, as diferenças de *posição ontometodológica*³ entre os autores expressariam-se em sua forma mais elevada, por assim dizer, no que podem ser consideradas como suas últimas grandes obras filosóficas sistemáticas, a *Crítica da Razão Dialética*, de Sartre, e *Para uma Ontologia do Ser Social*, de Lukács. Nossa intenção inicial, em relação a este estudo, era praticamente realizar um exercício de filosofia comparada, buscando mostrar como as questões que seriam desenvolvidas nessas últimas obras foram constituindo-se na polêmica, em que o debate filosófico misturava-se mais às questões políticas e era mais nitidamente atravessado pelas circunstâncias e acontecimentos de um período de grandes convulsões sociais ao redor do mundo.

Ocorre que tal projeto era absolutamente inaceitável para um departamento de filosofia que ainda se orienta pelo consenso fundacional do método estrutural de

² Mészáros (MÉSZÁROS, 2012) relata que Sartre mudou bastante o tom dessas acusações na versão final do texto, publicada como prefácio à *Crítica da Razão Dialética*. No entanto, ainda que em meio a alguns “elogios”, velados e relativos, restaram algumas das provocações a Lukács. Caberia uma análise cuidadosa das diferentes versões do texto para apreciar essas modificações e sua importância, mas não tivemos acesso às primeiras versões. Da primeira, publicada pela revista polonesa *Twórczość*, não foi encontrado o manuscrito francês.

³ Existe uma diferença conceitual fundamental entre os modos de releitura de Marx reivindicados por Lukács e Sartre. Lukács determinou, em suas últimas obras, a posição marxiana como uma posição ontológica radicalmente nova, cuja compreensão exigia livrar-se das polêmicas exotéricas que se proliferaram após a morte de Marx e mais ainda após a revolução russa e o lento estabelecimento de uma ortodoxia, ligada à direção política do movimento comunista internacional (ou seja, primeiro com Engels e Kautsky e depois com Plekhánov, Lênin, Bukhárin, e a cristalização ideológica deturpada das formulações destes últimos na *síntese do marxismo-leninismo*, expressão e doutrina cunhadas por Stalin e seus epígonos em meados dos anos 1920 – e já com clara finalidade de combate interno, especialmente, em um primeiro momento, contra Trotsky e o *trotskismo*) e reconduzir-se à leitura rigorosa de Marx e à aplicação cuidadosa de sua teoria às novas questões postas pelo desenvolvimento histórico do capital. Sartre, por sua vez, com a mesma intenção de livrar-se dos males da ortodoxia burocrática, busca fazê-lo a partir da submissão dos escritos de Marx e da tradição marxista a um crivo metodológico que permitisse uma filosofia da singularidade (ou das *individualidades*) não redutível às categorias mecânicas e economicistas do marxismo vulgar. O crivo metodológico, no entanto, não se encontra aqui na obra do próprio Marx, mas na nova síntese operada por Sartre entre marxismo e existencialismo, ou seja, em Sartre, é no limite o fundamento ontológico existencialista, de matriz fenomenológica, que interroga o marxismo em seu “método”. Por isso adotaremos eventualmente o termo-amálgama “ontometodológico” para qualificar este âmbito da polêmica, concernente às questões de fundamento ou de “filosofia primeira”.

leitura de textos, exacerbado pela dinâmica de superespecialização acadêmica. Pois, por certo, uma tal polêmica, que passa por diversas obras de diferentes teores, de dois autores que vêm de tradições filosóficas distintas, não permitiria um trabalho aprofundado em um ou outro problema teórico específico, mas seria um esforço de desvelar relações e nexos entre aspectos e campos aparentemente díspares de reflexão, como política, estética, ética e história, em um movimento vivo de debate e confrontação de ideias, nexos que não podem ser tratados como estruturas de pensamento, mas antes como processo, como *devir histórico* do pensamento que assume a própria *história como dever*.

Assim, dei-me conta da necessidade de um tratamento propriamente histórico para tal objeto, apesar de ter pouca familiaridade com a metodologia e procedimentos próprios ao trabalho do historiador – pois, embora parte do *consenso estruturalista* seja uma convicção de que *não nos formamos filósofos, mas sim historiadores da filosofia*, trata-se de uma espécie muito peculiar de historiador, para quem a história pode ser efetivamente abstraída, posta como não existente, na auto-subsunção requerida pelo rigor da análise imanente dos textos.

No projeto original, as relações entre o desenvolvimento da experiência intelectual dos filósofos (Lukács e Sartre) e sua atividade política apareciam de modo um tanto abstrato, tendo a historiografia geopolítica um vago caráter de pano de fundo da polêmica teórica. Embora a revolução húngara já fosse ali apontada como o principal acontecimento do período em que se desenvolve a polêmica, entre os dois, sobre ontologia e método marxistas, seu caráter determinante na constituição do projeto lukácsiano de *renascimento do marxismo* e do projeto sartriano de revisão da ortodoxia materialista dialética e fundamentação de uma *antropologia histórica estrutural* não era devidamente apontado. Isso levava a problemas metodológicos para uma pesquisa histórica consistente, aproximando o projeto de um episódio um tanto vago da “história das ideias”, que teria de passar por inúmeros problemas teóricos (posto que os autores têm uma obra vasta, intrinsecamente abrangente e “multidisciplinar”) mal conectados à dinâmica sociocultural que os circunscreveu e engendrou efetivamente. O que estava distante da perspectiva proposta de crítica ontológica histórico-imanente das teorias em questão, configurando um “desvio idealista” – como se se pudesse falar de crítica teórica e busca de superação do stalinismo (e de suas limitações e ambiguidades, em ambos autores), sem situar objetivamente esses desenvolvimentos na crise

concreta do stalinismo, ou seja, sem uma compreensão profunda da necessidade histórica a que os esforços intelectuais dos filósofos em questão visavam atender, em suas determinações específicas, correndo o risco de recair em um despropositado exercício diletante. Tanto o estudo da historiografia marxista inglesa, especialmente de Thompson e Williams, quanto o aprofundamento nas peculiaridades históricas da revolução húngara de 1956, mostraram um caminho para a superação dessas dificuldades, evidenciando um nexos e ponto de inflexão fundamental entre as ideias e a dinâmica da luta social com a qual visavam contribuir.

Se, por um lado, passamos a trabalhar com a perspectiva da revolução húngara como acontecimento determinante da necessidade do reexame sistemático, empreendido pelos autores, dos fundamentos teóricos do marxismo, por outro, suas diferenças, limitações e ambiguidades também não poderiam ser tratadas como casuais, mas devem ser reconduzidas às condições particulares de elaboração da experiência por eles. O radicalismo político sartriano, em sua reação ao reducionismo econômico mecânico da ortodoxia stalinista nunca deixa de ser organizado por um forte individualismo metodológico, que o impede de reconhecer plenamente a concretude da categoria de classe social como subjetividade coletiva ativa e transformadora. O rigor dialético de Lukács, por sua vez, não é suficiente para que ele perceba a força da máquina burocrática soviética como fundada em uma negatividade qualitativamente análoga à opressão e exploração capitalistas, e até o fim da vida suas profundas críticas teóricas à irracionalidade burocrática conviveram com posições políticas conciliatórias e com uma restrição das perspectivas revolucionárias à necessária unidade do “campo comunista”. Para além das belas intenções e motivações ético-humanistas na atitude de ambos, devemos compreender suas limitações com base em sua formação, não em um sentido estritamente individual, que poderia levar à mera crítica biográfica, psicologizante, mas na relação destes indivíduos com as determinações de suas culturas, na interiorização de certas tendências e nas condições em que eles próprios também sofrem a pressão de dinâmicas de *alienação*, *estranhamento*, *serialização* e *situação*, pelas quais constituem suas *mediações* e *reflexos ideológicos* (para mobilizar alguns de seus conceitos centrais). Buscaremos, assim, delinear as especificidades determinadas e determinantes das vias particulares de desenvolvimento que circunscrevem as concepções da transição socialista e da

emancipação humana de Lukács e Sartre, para tentar entender as limitações, semelhanças e diferenças de seus projetos.

Algumas dificuldades são flagrantes para que esta pesquisa tenha substância histórica relevante. A primeira delas se refere à distância do objeto: trata-se de um autor húngaro e outro francês, colocados em uma relação mediada por um acontecimento histórico cuja documentação mais direta é de difícil acesso, posto que localizada em arquivos na Hungria, ou, quando já digitalizada, ainda pouco traduzida. Outra dificuldade tem relação com o escopo desta pesquisa: trata-se de uma história de ideias em um contexto historiográfico bem determinado; então, para que não recaíamos nas armadilhas de uma historiografia idealista, apenas relatando *a vida, os feitos e ideias de grandes homens* com um pano de fundo histórico, precisamos buscar os fios que ligam a vida dos autores aos acontecimentos e os movimentos ondulatórios nesses fios que fazem a história social reverberar em suas ideias. Ou seja, mesmo relacionando as obras teóricas com a atividade política e a vida cotidiana dos autores em questão, por meio de correspondências, entrevistas etc., o risco de fazermos, com isso, apenas uma análise de crítica biográfica e, com isso, uma história esvaziada de sentido social é grande e deve ser evitado. Para tanto, o recurso à (escassa⁴) historiografia da própria revolução será fundamental. Se não podemos reescrever a história da revolução húngara pelo recurso intensivo à documentação direta, “de baixo”, dos revolucionários que pegaram em armas, deram o sangue e foram massacrados pelas tropas soviéticas, e depois analisar a reflexão sobre isso pelos dois filósofos, podemos situá-los não apenas como pensadores que participaram mais ou menos diretamente dos fatos⁵ – e assim relacionar sua vida e sua obra –, mas também debater como suas obras se relacionam com os vários sentidos ideológicos que foram atribuídos à revolução pela historiografia, trazendo o debate teórico ao solo da história social.

Pois, em se tratando do primeiro processo revolucionário de massas contra a dominação político-burocrática soviética – com uma base social operária e

⁴ Algumas das razões dessa escassez relacionam-se, direta ou indiretamente, com a censura soviética; contudo, esse silêncio historiográfico sobre o levante de outubro de 1956 – que acabou por se converter num grande trauma histórico para o povo húngaro, e assim sua investigação tornou-se uma espécie de tabu – resistiu à desagregação do bloco socialista e acabou por durar mais que a própria opressão política da burocracia soviética sobre os húngaros.

⁵ Lukács foi ministro da cultura nos dias do governo revolucionário de Imre Nagy, foi preso pela contra-revolução soviética e ainda assim continuou debatendo intensivamente, com o partido comunista e outros intelectuais e lideranças revolucionárias, a necessidade e os rumos da democratização na Hungria; Sartre, após a invasão soviética, rompeu com o PC francês, abdicou de sua posição de presidente do comitê de solidariedade francesa à URSS, recebeu intelectuais húngaros emigrados de modo forçado à França e publicou-os em sua revista *Temps Modernes*.

intelectual e caráter nacional democrático radical, no contexto da guerra fria e em meio a outras disputas imperialistas cruciais no período (como a crise do canal de Suez, no Egito) –, a insurreição do povo húngaro despertou emoções extremamente diversas, deu margem (e ainda dá) a inúmeras narrativas díspares na historiografia, e marcou profundamente a geopolítica imperial, impondo um trauma e muitas cisões, reposicionamentos políticos e rearranjos organizativos à esquerda mundial. Com isso, apesar de o objeto dificultar-nos a constituição de uma história propriamente vista de baixo, buscaremos reconstituir, pelo exame dos *fenômenos culturais secundários* (historiografia, política e filosofia) os nexos e tensões entre o alto e o baixo que os atravessam, e a maneira como, no contexto de um mundo em convulsão, a própria filosofia põe-se como arma da luta social e se faz história, assim como a história social impõe-se como necessidade incontornável à filosofia.

Sartre dizia que o marxismo é a “insuperável filosofia do nosso tempo” (SARTRE, 1978, p. 111). Mais que um elogio às inegáveis qualidades da obra marxiana, o sentido desse atestado de insuperabilidade é precisamente a compreensão do caráter histórico da filosofia. Levando ao limite o exame das contradições da sociedade burguesa – por situar-se, com uma atitude realista, em seu limite, no momento da consolidação do capitalismo na Europa, e no vislumbre de sua superação pela emergência do movimento operário, nas revoluções de 1848 e na comuna de Paris – Marx institui uma “postura” crítica que permite compreender plenamente as categorias do sociometabolismo do capital em seu desenvolvimento e identificar, no movimento de suas tensões e contradições internas, as tendências ao seu colapso. Como filosofia que se entende histórica e que, portanto, não se arroga detentora de uma verdade finalmente consumada – mas visa à “verdade em marcha”, como “contradição em processo” –, não estabelece finalidades últimas ou prescrições escatológicas à história humana, nem refere a inteligibilidade da história a uma subsunção a esquemas “lógico-dedutivos” (ou seja, radicalmente distinta de qualquer concepção da história como ordenada misticamente por uma racionalidade transcendente qualquer, que não o *ser-precisamente-assim* das relações sociais na imanência de seu desenvolvimento próprio, incessante), o marxismo é uma filosofia necessariamente aberta, que precisa ser sempre “atualizada” para dar conta das reconfigurações do sociometabolismo do capital; mas enquanto este se conserva essencialmente o mesmo, tanto em seus mecanismos nucleares como em sua centrifugalidade, a perspectiva marxiana não pode ser abandonada nem exaurida,

apenas complementada e atualizada – não no sentido de “completar” um “sistema” (pois não se trata disso) ou “acrescer-lhe” de novas perspectivas teóricas extrínsecas (que, como veremos, é um problema insuperável de Sartre, a raiz de sua contraditória aproximação a Marx, assimilado a uma ontologia fenomenológica), mas sim no de mobilizar, *pôr em ato*, o corpus teórico marxiano para o exame de novos problemas impostos pelos imprevisíveis desenvolvimentos concretos das categorias (v. CHASIN, 1988, p. 15). A superação do marxismo só é possível com a superação material de seu tempo, de suas determinidades fundamentais: a estrutura do poder burguês e seu “motor imóvel”, seu “sujeito automático” – o capital, que a despeito de sua maleabilidade e adaptabilidade (que historicamente permitiram desde profundas reestruturações nas dinâmicas produtivas do capitalismo até o surgimento objetivações mutantes, pós-capitalistas, de sua regência, a exemplo do regime de acumulação do socialismo soviético⁶) conforma a totalidade das relações sociais ao imperativo da valorização do valor mediante a extração de mais-trabalho.

Lukács e Sartre foram dois dos filósofos do século XX que buscaram realizar essa atualização. O modo e as circunstâncias distintas em que aportam ao marxismo – bem como os diferentes níveis de profundidade com que se dedicam à investigação da obra marxiana – determinarão grandes diferenças em sua apreensão do que seria o núcleo constitutivo dessa teoria e, conseqüentemente, de como mobilizá-la para dar conta de novos problemas. Guardadas tais diferenças, contudo, há uma notável analogia, ou mesmo confluência em suas preocupações, nas questões a que se dedicam ao longo de suas trajetórias intelectuais e nas transições que operam entre elas (das questões da subjetividade e da arte à política e, posteriormente, ao reexame de fundamentos filosóficos do marxismo sob um prisma ético-humanista). Entre tais analogias, encontra-se um momento bastante singular na trajetória dos dois filósofos, um ponto de intersecção – ou antes, numa imagem mais precisa, um *ponto de inflexão*, que altera simultaneamente o sentido das trajetórias: a Revolução Húngara de outubro de 1956. Primeiro processo efetivamente revolucionário – com a derrubada do governo e reconstituição do poder dos conselhos – contra o jugo da burocracia comunista húngara, subserviente aos ditames de Moscou – ou seja, primeira *revolução* contra o *poder material* do stalinismo e sua *cultura política* (com notável expressão também do combate à sua *política cultural*) –, cuja repressão brutal pelas tropas soviéticas revelou com bárbara

⁶ A esse respeito ver o artigo de Claudinei Rezende “A regência do capital sem capitalismo nas sociedades pós-capitalistas” in *Projeto História*, São Paulo, v. 60, pp. 7-43, Out-Dez, 2017.

evidência o paradoxo do “socialismo real”, em sua deformação burocrática estatal, ter de “defender-se”, num massacre desproporcional, do *poder do povo organizado* (que deveria ser o fundamento de qualquer socialismo digno do nome). Processo que desfez muitos mitos ideológicos e expôs inúmeras contradições veladas, tendo assim, como não poderia deixar de ser, um profundo impacto nas organizações e intelectuais socialistas e comunistas pelo mundo (e também do outro lado, servindo de plataforma à mobilização ideológica anticomunista e à “guerra fria cultural”, nas figuras, por exemplo, de Hannah Arendt e Raymond Aron).

Ponto de inflexão não apenas porque tanto Lukács quanto Sartre, cada um a seu modo e em seus diferentes contextos, tomaram parte e buscaram intervir nos acontecimentos, mas também porque, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de uma contraposição mais explícita às reminiscências do stalinismo, a profundidade do enraizamento de suas deformações, práticas e teóricas, nas direções e no conjunto do movimento comunista, impunham a tarefa de um reexame dos fundamentos do marxismo, tarefa que foi prontamente assumida pelos dois autores em questão, desdobrando-se em dois grandes projetos que originaram (ainda que como frutos incompletos de sua propositura inicial) as duas maiores obras de maturidade de ambos: *Para uma Ontologia do Ser Social*, de Lukács, e *Crítica da Razão Dialética*, de Sartre.

Para além de constatar, em dois casos particulares tomados arbitrariamente, uma obviedade geral – ou seja, que um acontecimento como a revolução húngara exigia ajustes de posição políticos e teóricos, entre os intelectuais que se reivindicavam de algum modo ligados à herança marxista (o que só poderia ser recusado pelo mais obtuso e desumano dogmatismo) –, o exame dos casos específicos de Lukács e Sartre tem a peculiaridade de revelar uma confluência de posições e preocupações entre autores que antes tinham tomado um ao outro como adversários teóricos, e que mantêm, apesar de tais confluências, as profundas diferenças na compreensão da teoria de Marx, diferenças que podem, ao menos parcialmente, ser remetidas ao início, ao período *formativo*, de suas experiências intelectuais.

Na análise de tais confluências teóricas ressalta a analogia de suas *posições* (ou “situações”, ao gosto de Sartre) como indivíduos na luta pela emancipação humana: as sublimes aspirações e trágicas limitações inerentes à condição do intelectual “engajado”, honestamente comprometido com a causa do

socialismo, em sua relação inevitavelmente contraditória com o comunismo oficial. Por outro lado, no exame de suas diferenças fundamentais, pode-se reconhecer o peso determinante da tradição cultural na formação e no modo particular de circunscrição dos debates a contextos e problemáticas desiguais numa mesma quadra histórica.

São muitas as questões que resultam de um tal exame, que assume a confrontação, de dois itinerários filosóficos singulares, tanto entre si, como com um acontecimento que lhes é particularmente significativo. Em primeiro lugar, há de se compreender o significado do próprio acontecimento, o que no caso da revolução húngara oferece especial dificuldade, dado o caráter marcadamente ideológico dos debates que suscitou, impedindo a conformação de uma historiografia pretensamente neutra, no que pesa ainda a censura de décadas sobre muitos documentos concernentes à revolução e a suas repercussões. Como trabalho centrado em questões da história intelectual, contudo, cabe-nos aqui, antes, a confrontação entre tais posições ideológicas no debate contemporâneo aos eventos, que permite reconhecer suas determinações por diferentes aspectos e identificar interesses em jogo. Para isso, é evidente que temos de recorrer a relatos e textos de análise historiográfica e intervenção política (funções em geral bastante imiscuídas, nas diversas fontes pesquisadas) de um espectro de autores bem mais amplo que nossos dois principais investigados, mas que ajudam a compor um quadro dos debates em que estes se inserem.

Em segundo lugar, coloca-se a questão dos nexos entre as posições dos autores diante da revolução e os principais problemas teóricos sobre os quais concentraram sua atividade até então. Assim, questões sobre a relação entre política, cultura e ética, que atravessam profusamente a obra dos dois autores (que, em ambos, possuem expressão privilegiada na reflexão sobre a literatura), encontram nesse processo histórico um grande “teste” – justamente pela importância que têm, nos antecedentes e desenvolvimentos da revolução, a *intelligentsia* húngara em geral e alguns escritores em particular. Nunca as formulações sartrianas a respeito de “literatura e engajamento” poderiam encontrar maior exemplo que na “tragédia húngara”; por sua vez, a defesa lukácsiana de um “Realismo Crítico” – contra a arte empobrecida e domesticada do “realismo socialista”, imposta como norma inflexível aos artistas pela política cultural de Stalin e seu epígono estético, Jdanov – esteve no centro dos intensos embates culturais

que antecederam a própria revolução e conformaram parte de sua “vanguarda *sui generis*”: o Círculo Petöfi⁷.

Cabe, por fim, avaliar o desdobramento das questões suscitadas pela revolução nas referidas grandes obras de maturidade dedicadas à filosofia marxista, no modo como tais esforços de fundamentação teórica se relacionam com o balanço da experiência e com as orientações políticas que os autores assumem daí em diante.

Menos de doze anos depois da revolução húngara, novos processos intensos de luta, animados pela perspectiva de um socialismo libertário e radicalmente democrático, seriam novamente derrotados. Tanto o “maio francês” quanto a “primavera de Praga” ressoam diversos aspectos do levante húngaro, e representam, para nossos filósofos, um último momento de significativa intervenção política pública, em que se revelam as perspectivas sedimentadas no período. É nesse momento, contudo, que se verificam as maiores contradições no discurso de ambos, em que se percebe o peso ineludível da experiência da derrota social e da perda de certas referências fundamentais. Os textos políticos do último Lukács são marcados por uma progressiva conformação à “Realpolitik” burocrática stalinista pós-Stalin, e é difícil compreender como, diante de reiteradas demonstrações do caráter contrarrevolucionário da burocracia soviética, Lukács continua a sustentar ilusões na possibilidade de sua autorreforma, relativizando inaceitáveis desumanidades. Já Sartre oscila, entre uma maior proximidade e críticas mais ásperas ao PCF, o que se expressa em sua paradoxal máxima: “a colaboração com o partido comunista é tanto impossível quanto inevitável”, afastando-se, em seus últimos anos, para uma atitude política bastante pessimista, e voltando tanto suas preocupações teóricas quanto sua intervenção social à perspectiva do “indivíduo independente”.

Como já apontado, certamente não se pode abordar tais questões sem tocar em problemas fundamentais da teoria marxiana e da tradição marxista. Embora não tenha sido possível a Marx prever os impasses particulares da transição socialista – num país de desenvolvimento econômico atrasado, após uma revolução isolada – e as formas concretas de sua possibilidade de recalcitrância, sua obra está repleta de

⁷ Lukács não foi, como veremos, dos membros mais ativos no Círculo Petöfi, muito menos pode ser considerado dirigente do processo revolucionário. No entanto, era referência importantíssima para o grupo, o que é atestado pela contundente conferência que apresenta num dos debates do Círculo, exatamente quatro meses antes do levante, intitulada “A luta entre progresso e reação na cultura contemporânea”.

formulações importantes para a análise desses processos.

Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita (MARX, 2011, p. 25)

O desafio da teoria marxista é compreender a necessidade histórica que se impõe, como determinação fundamental, à ação humana, sem isentar da crítica a responsabilidade, individual ou coletiva, dos agentes históricos concretos. Tanto Lukács – com sua compreensão ontológica dos complexos sociais como articulações de posições teleológicas, fundamentados na forma modelar da atividade social, singularmente humana, do trabalho – quanto Sartre – com sua insistência também ontológica na liberdade constitutiva, irreduzível, da subjetividade humana e sua consequente ênfase na noção de “responsabilidade” – fornecem, especialmente em seus últimos escritos, indicações importantes para a consecução de tal tarefa.

Suas próprias posições, contudo, são também evidentemente pressionadas e limitadas por circunstâncias históricas determinadas. Assim, o modo como suas críticas à degeneração política do socialismo e à perversão teórica do marxismo, representadas pelo stalinismo, tendem à relativização ou capitulação; e a dificuldade, de ambos, em postular uma alternativa de transcendência positiva da miséria do “socialismo real”, bem como as inevitáveis contradições que acompanham tais dificuldades, também só podem ser compreendidas historicamente – na forma como suas filosofias introjetam e refletem uma grande experiência de derrota da perspectiva humano-societária do trabalho diante do capital, derrota consubstanciada na monstruosidade do “Estado operário” (tragédia objetiva de uma “aberração cognitiva”, de uma *contraditio in adjecto* defendida apaixonadamente, por décadas, por quase toda a esquerda mundial). Na impossibilidade de reconhecer, na objetividade da luta de classes, novas mediações coletivas capazes de se contrapor aos erros da via politicista (ou seja, preponderantemente política, portanto tributária, intrinsecamente, de um voluntarismo subjetivista) de transição socialista, a potência da crítica social se dissolve em uma desilusão ética, que só encontra sua possibilidade de efetivação no apelo moral à consciência individual.

Mais que mero exercício diletante, buscar compreender a profundidade e as limitações desses grandes projetos, em suas analogias e diferenças, por suas

determinações constitutivas, faz parte do necessário esforço de reconstrução da teoria marxista e reavivamento de seu potencial transformador, que, evidentemente, não se esgota na teoria, mas passa pela rearticulação de mediações sociais que viabilizem uma nova ofensiva da classe do trabalho contra o capital, sem a qual não é possível vislumbrar o impedimento positivo da barbárie catastrófica para a qual é conduzida a humanidade – quanto mais o idílico horizonte da emancipação humana que, no entanto, deve permanecer como princípio norteador fundamental da teoria e da práxis referenciadas em Marx.

Longe de pretender satisfazer plenamente às exigências de tão hercúlea tarefa (que de todo modo não poderá jamais ser levada a cabo por qualquer trabalho individual), esperamos com a presente pesquisa nos ter posto a caminho, de modo adequado, para contribuir modestamente com o grande movimento, internacionalmente notável, de retomada de Marx – em tempos de agudização da crise estrutural do capital.

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando penetra nas massas. (MARX, 2005, p. 151)

Capítulo 1

Lukács contra Sartre: da polêmica aberta à confluência das questões

Em 1947, tendo retornado à Hungria após a libertação do país do jugo nazista pelas tropas soviéticas, num período de intensa atividade política, empenhado com a construção do socialismo húngaro e participando de intensos debates com intelectuais progressistas pela Europa (como o I Encontro Internacional de Genebra, em que polemiza com Karl Jaspers – v. NETTO, 1983, p. 63), Lukács escreve uma de suas mais ácidas obras de polêmica filosófica, com o título original de *Crise da filosofia burguesa* (que se tornou mais conhecida pelo título de sua tradução francesa, publicada no ano seguinte, *Existencialismo ou marxismo?*). Nessa obra, Lukács trava um duro combate às posições de Sartre (principalmente, mas também Simone de Beauvoir e Merleau-Ponty, entre outros representantes do existencialismo francês de então), caracterizando peremptoriamente tal corrente como reacionária, como o ápice da ideologia burguesa do período imperialista, cuja “aprovação do socialismo em geral equivale a um aspecto preciso da oposição intelectual à perspectiva concreta e real do socialismo” (LUKÁCS, 1967, p. 19), e dedicando a ela, portanto, um ferrenho combate ideológico. Para Lukács, tratava-se então de “consolidar a vitória bélica sobre o fascismo operando a erradicação de suas bases ideológicas” (LUKÁCS, 2007, p. 8), e o existencialismo mostrava-se especialmente ameaçador por manter, sob uma capa progressista, sua transigência com tais bases ideológicas do fascismo – a saber, as “sobrevivências teológicas” do idealismo subjetivo de Schelling ou do misticismo de Kierkegaard, especialmente manifestas na dependência, no que concerne ao fundamento teórico do existencialismo sartriano, de uma ontologia fenomenológica de matriz heideggeriana.

A postura de Lukács com relação a Sartre e Merleau-Ponty, contudo, muda substancialmente nos anos seguintes. Embora não abandone sua convicção no que se refere à incompatibilidade basilar entre marxismo e existencialismo, o autor acrescenta à republicação da obra, em 1960, uma nota na qual constata que: “O mais importante [referindo-se à hesitação com a republicação] é que Sartre e Merleau-Ponty tenham mudado fundamentalmente, nesse lapso de tempo, sua posição política, e portanto filosófica” (LUKÁCS, 1967, p.13).

É notável, em tal afirmação, a correlação aparentemente direta entre posição política e filosófica, amparada no postulado marxiano da determinação social do pensamento; a investigação das formas dessa determinação atravessa a obra lukácsiana, no que constitui uma de suas mais fundamentais e perenes questões, a despeito das reformulações de perspectiva por que passa o filósofo ao longo da vida. Respeitando o desenvolvimento histórico e a evolução pessoal de seus interlocutores sem, contudo, perder de vista a continuidade na descontinuidade que impõe a persistência de certas incompatibilidades, Lukács conclui a nota dizendo que:

uma polêmica atual levaria, sob vários aspectos, a resultados diferentes. Estando muito ocupado em terminar minha obra sobre estética, não posso pensar numa transformação completa do “Existencialismo ou Marxismo?”. Ao contrário, espero poder voltar à maioria dos problemas atuais da filosofia de Sartre, na minha obra sobre ética, que empreenderei após ter terminado a estética. (LUKÁCS, 1967, p. 14)

Sabe-se, no entanto, que Lukács não chega a concluir nem a *Estética*, conforme planejado – publicando apenas o que seria sua primeira parte, em 1963 – nem tampouco a *Ética* anunciada, cujo projeto encerra-se no que seria sua introdução, resultando nos dois longos volumes de *Para uma Ontologia do Ser Social*, posteriormente complementados pelos *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. Mesmo aí, porém, embora o primeiro capítulo do livro I da *Ontologia* intitule-se “Neopositivismo e existencialismo” – sendo o existencialismo objeto de sua terceira seção –, Lukács não dedica a Sartre mais que os cinco parágrafos finais, concentrando-se antes, muito mais longamente, na crítica à filosofia de Heidegger⁸. O tom é bem mais generoso:

(...) nos últimos tempos, ele [Sartre] se aproximou muito resolutamente do marxismo e com grande arrojo e determinação converteu em práxis essa sua convicção – no que se diferencia com bastante nitidez e de forma vantajosa da massa dos insatisfeitos habituais. Portanto, essa guinada de Sartre para o marxismo, que se comprovou em feitos importantes e arriscados, só pode ser

⁸ A quem a denominação existencialista mantém-se um tanto controversa, tendo sido por ele renegada – trata-se de uma leitura que põe no centro da teoria heideggeriana o conceito de *Dasein*, usualmente traduzido como “Ser-aí”, que Sartre assimila ao francês *existence*. A denominação “existencialismo”, aliás, foi cunhada por jornalistas franceses, apenas posteriormente adotada pelo próprio Sartre e de certo modo assimilada às suas próprias concepções, embora utilizada para abarcar filósofos com importantes diferenças entre si, como Kierkegaard, Nietzsche, Schopenhauer, Jaspers etc.; Lukács, de certo modo, aceita esse perfilamento ao usar o termo, buscando identificar os lineamentos fundamentais, o sentido e as determinações histórico-sociais desse “movimento” (ou, mais precisamente, tendência ideológica) sem deixar de tratar as especificidades de cada autor, tanto na *Ontologia* quanto nos textos anteriores (o referido *Existencialismo ou Marxismo?* e *A Destruição da Razão*, de 1955, que, por sua vez, mobiliza precipuamente a categoria de irracionalismo).

acompanhada com o maior respeito possível. Seu comportamento na prática nada tem a ver com a autocomplacência gerencial dos neopositivistas nem com a apologia da revolta a priori impotente contra o estranhamento no existencialismo “clássico”. (LUKÁCS, 2012, p. 101)

Contudo, se “na prática” o comportamento de Sartre não tem mais nada a ver com as atitudes fundamentais do neopositivismo e existencialismo (heideggeriano e do jovem Sartre), a persistência, nos fundamentos de sua teoria, de pressupostos ontológicos idealistas e irracionalistas não escapa a Lukács – “consonâncias com o marxismo em questões que dizem respeito a fenômenos puramente sociais e históricos não são capazes de eliminar essa contradição ontológica” (LUKÁCS, 2012, p. 101) – que, analisando algumas passagens da *Crítica da Razão Dialética*, condenará especialmente a recusa sartriana a uma “dialética da natureza” como sendo o princípio de seus erros na busca por uma antropologia histórica concreta. Ou seja, não se pode entender o homem, o ser social, sem compreender sua gênese numa dialética universal que possui na natureza uma legalidade própria, cuja diferença qualitativa (entre o ser orgânico e o ser social) funda-se precisamente, como demonstrará Lukács mais adiante em sua *Ontologia*, no ato fundante do ser social da humanidade, o trabalho enquanto posição teleológica de uma prévia ideação. Sem essa universalidade como fundamento ontológico, a aproximação de Sartre ao marxismo não é imune à reiteração de preconceitos relativistas análogos aos do neopositivismo, instituindo um crivo epistemológico em que tudo na objetividade é de certo modo dependente do sujeito. Nesse sentido, confluem afirmações como “Só se acha na natureza a dialética que nela pomos” (SARTRE, 2002, p. 121) até a relativização subjetivista do tempo: “nem os seres humanos nem suas atividades existem no tempo, (...) [o tempo], como característica concreta da história, é feito pelos seres humanos com base na sua temporalização original” (SARTRE, 2002, p. 65).

Uma tal mudança de atitude, por parte de Lukács, em sua apreciação de Sartre, que aceita os honestos esforços do último em sua aproximação teórica ao marxismo, mas sustenta duras críticas a seus pressupostos, parece pôr em questão a identidade assinalada, no prefácio de 1960 a *Existencialismo ou Marxismo?*, entre política e filosofia. Essa aparente contradição só pode ser compreendida à luz daquele que é o princípio fundamental da dialética para Lukács – princípio hegeliano mobilizado por Marx –, “a identidade da identidade e da não identidade” (SARTRE,

2002, p. 103). Do qual deriva, no que se refere, seja a uma trajetória intelectual singular, seja à processualidade da história em geral, o princípio da “unidade da continuidade e descontinuidade”, frequentemente utilizado por Lukács. Esses princípios, em Lukács, são fundamentais para se compreender desde a particularidade na arte até a possibilidade disruptiva da revolução social, porquanto se referem a uma transcendência com relação às determinações que, contudo, acaba por realizá-las, num outro patamar. Tal é o sentido concreto da *aufhebung* marxiana para Lukács, não um princípio teleológico ideal e esquemático que impõe sua legalidade à história material, mas apenas a evidência do desenvolvimento desigual, da contradição como tensão permanente com múltiplas possibilidades de resolução que, porém, de modo algum se livra plenamente das determinações da contradição que a engendrou.

Portanto, respeitando tais lineamentos, também com relação ao problema aqui constatado, ou seja, a mudança no modo lukácsiano de confrontar-se com o existencialismo de Sartre, devemos buscar localizar precisamente os pontos de continuidade e descontinuidade e a unidade que conformam, tanto no que se refere a Sartre quanto ao próprio Lukács. Ora, sabe-se que ambos são pensadores que atravessaram diversas “fases”, sendo isso um dos traços marcantes que têm em comum: tanto Lukács quanto Sartre fizeram autocríticas, transitaram por diferentes quadros de referência teórica e identificaram em seus próprios itinerários rupturas radicais. Mészáros, talvez o único filósofo contemporâneo a debruçar-se com a mesma paixão e rigor crítico tanto sobre a obra de Lukács (com quem trabalhou e de quem foi discípulo direto) quanto de Sartre, diz, em *O Conceito de Dialética em Lukács*:

É sempre perigoso, se não arbitrário, dividir os filósofos em “o jovem X” e “o maduro X”, visando opor um ao outro. Os principais contornos de uma ideia sintetizadora fundamental podem – e devem – estar presentes na mente do filósofo quando ele elabora, em um texto específico, algumas de suas implicações concretas em contextos particulares. Essa ideia pode passar, é claro, por mudanças significativas; os próprios contextos particulares requerem constantes reelaborações e modificações em consonância com as características específicas das situações concretas que têm de ser levadas em conta. Mas até mesmo uma conversão genuína do “idealismo” para o “materialismo” não implica necessariamente uma rejeição ou repressão radical da ideia sintetizadora original. (MÉSZÁROS, 2013, p. 33)

Entretanto, tal exercício de estabelecer rígidas periodizações, que seriam

marcadas por drásticas cisões epistêmicas, mais ou menos relacionadas (a depender da vertente historiográfica) aos acontecimentos históricos mundiais ou locais, é extremamente frequente na historiografia intelectual. Assim, a recepção ocidental de Lukács, permeada por inúmeros preconceitos e equívocos de leitura, parcialmente ocasionados pelo isolamento cultural entre o “bloco soviético” e o “mundo livre” do capitalismo, constituiu, de acordo com Fredric Jameson, a seguinte periodização de sua obra (que vale citar longamente, pelo caráter simultaneamente irônico e didático desse texto):

Nada de extraordinário, portanto, nessa incapacidade nossa de entender a vida de Lukács de seu interior, como um conjunto de problemas e soluções se desenvolvendo um a partir de outro de acordo com seu próprio *élan* e lógica interna. Nada de surpreendente neste assumir a sua obra como sinal externo de posições arbitrárias, sem significação própria e somente compreensíveis em termos de mudanças nas diretrizes do Partido. Seu desenvolvimento intelectual é substituído pelo mito da carreira de Lukács, o qual todos os comentadores reproduzem irrefletidamente, de um modo ou de outro. Após um período neokantiano, eles dizem, depois de estudar com Simmel e Lask, e de entrar em contato com Max Weber, o Lukács hegeliano de *Teoria do Romance* (1914-15) começa a emergir. E assim como o kantiano havia se tornado hegeliano, durante a guerra o hegeliano torna-se marxista, entra para o Partido Comunista Húngaro participa do governo revolucionário de Béla Kun. O terceiro Lukács, um bolchevista com fortes inclinações ativistas e impenitentes tendências hegelianas, escreve a obra capital, *História e Consciência de Classe* (1923), que o Partido condena. No movimento de sua autocrítica, toma forma o Lukács mais conhecido e maduro: o Lukács estalinista dos anos 30 e 40, o teórico do realismo literário, facilmente assimilável ao realismo socialista da mesma época (...). Com o degelo, um Lukács mais moderado reafirma sua posição geral frente à vanguarda, em *Realismo Crítico Hoje* (1958), e após a revolta húngara se isola, preparando os volumes da *Estética* (1963), nos quais, juntamente com as projetadas *Ética* e *Ontologia*, ele retoma, de um ponto de vista marxista, os projetos neokantianos de juventude. (JAMESON, 1985, p. 128)

O problema, portanto, a ser evitado, numa pesquisa sobre história das ideias, é uma dupla armadilha, entre o historicismo mecanicista e o subjetivismo (psicologista ou “culturalista”, gnosiso-epistêmico). Se observarmos, contudo, a periodização acima, suas caracterizações parecem satisfazer a questão da mudança na relação Lukács-Sartre: tratar-se-ia, justamente, da nuance (subjetiva) entre a postura do Lukács stalinista dos anos 1940 e o “mais moderado”, pós-Stalin. Assumi-lo, no entanto, seria desrespeitar as formulações do próprio Lukács, segundo as quais uma importante mudança se dera também da outra parte, em Sartre; encontra-se, com relação a ele, o mesmo tipo de periodização superficial,

igualmente reforçada por suas enfáticas declarações de rupturas (talvez ainda mais que em Lukács, cujas autocríticas foram, em diversas circunstâncias, protocolares ou mesmo “cínicas”, haja visto serem fruto da coação do Partido). Ademais, coloca-se a questão da interpenetração entre a obra e a história social, cujo papel não pode nem ser o de mero pano de fundo, nem de uma determinação direta e absoluta. Segundo Mészáros,

Descrever os intercâmbios entre um escritor e sua época em termos de rupturas é, na melhor das hipóteses, extremamente ingênuo em ambos os casos, pois nem o desenvolvimento sócio-histórico, nem o individual caracterizam-se apenas por “rompimentos”, mas por uma configuração complexa de mudanças e continuidades. Em certas épocas (como a Revolução Francesa) as descontinuidades estão em primeiro plano, e em outras (como o período entre 1871 e 1905) predominam as continuidades. Mas há sempre mudanças sob a superfície de continuidades, e algumas continuidades básicas persistem, por mais radicais que sejam os rompimentos em determinadas regiões (a Revolução Russa e as condições de produção agrícola por décadas a partir de então, por exemplo). (MÉSZÁROS, 2012, p. 77)

Mais adiante, no mesmo texto, Mészáros dirá, de modo um tanto provocador, que:

O traço mais notável do desenvolvimento de Sartre é a predominância fundamental da continuidade através de uma multiplicidade de transformações. Sua atividade vital assume forma extremamente paradoxal, pois ela não é simplesmente dominada por continuidades, mas, ao contrário, mostra-se interrompida por descontinuidades incompreensíveis, descritas de variadas maneiras, como “conversão radical”, queda no “ultrabolchevismo”, “rompimento radical com o passado” e assim por diante. A forma paradoxal da continuidade, bem como as tensões heterogêneas que determinam suas transformações relativas, é que, em conjunto, define a especificidade do desenvolvimento intelectual de Sartre. ((MÉSZÁROS, 2012, p. 79)

O próprio Mészáros, contudo, propõe logo em seguida uma periodização da vida e obra do filósofo francês, buscando sistematizar e compreender suas transições numa perspectiva histórica ampla (sem deixar de levar em conta sua singularidade):

Não obstante, não se pode compreender de forma adequada a relação entre um escritor e sua época sem levar em conta, plenamente, o impacto dos eventos históricos e das transformações sociais, mesmo que se devam fazer as necessárias ressalvas, por um lado, quanto às superposições existentes e, por outro, quanto às constantes “mudanças capilares” que são primordialmente determinadas pela lógica interna do tema escolhido.

Tendo em mente essas reservas, podemos definir as principais fases do desenvolvimento de Sartre da seguinte maneira:

1. Os anos de inocência: 1923-1940.
 2. Os anos de heroísmo abstrato: 1941-1945.
 3. A busca da política no código da moralidade: 1946-1950.
 4. A busca da moralidade no código da política: 1951-1956.
 5. A busca da dialética da história: 1957-1962.
 6. A descoberta do universal singular: 1963 em diante.
- (MÉSZÁROS, 2012, p. 80)

Não caberia aqui uma digressão sobre os anos de formação de Sartre. O período em questão – da polêmica lukácsiana e sua transição a uma “crítica amigável”, por assim dizer – está compreendido, conforme a periodização abrangente acima, entre duas “fases” distintas, no pós-guerra, antes e depois de 1950. Não por acaso, os termos capitais utilizados por Mészáros para descrever ambos os períodos são “política” e “moralidade”, com uma inversão de primazia metodológica (qual o campo do “código”?) – ou antes ontológica, posto que, para Sartre, verdade, subjetividade e Ser sempre foram categoriais inextricáveis. Tais preocupações sempre estiveram presentes na obra sartriana (na qualidade de ontológicas; não por acaso o subtítulo de sua primeira grande obra filosófica, *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*). A questão apresentada por Lukács era, precisamente, se é possível, a uma tal *ontologia*, aliar-se, complementar ou, como prefere descrever o próprio Sartre, constituir-se em enclave ideológico no interior do marxismo (v. SARTRE, 1978, p. 111).

Também não seria o caso, para o presente trabalho, buscar reconstituir uma exposição sistemática do que seria tal *ontologia fenomenológica*, delongando-nos sobre o seminal ensaio sartriano. É notável que, em tal obra, fale-se menos sobre o Ser (o *em-si*, que permanece uma espécie de fundamento metafísico indeterminado) do que sobre o Nada; pois o Nada é o fundamento da negação determinada que permite ao sujeito a questão sobre o Ser. Negando-se-lhe substância, ainda assim seria a partir de sua análise fenomenológica, ou seja, dos modos de *posição* e *intuição* do nada, i. e., atos e efeitos da negatividade do sujeito, que se chegaria a uma compreensão ontológica das estruturas da consciência. Pode-se dizer que esta é uma das linhas de continuidade da obra sartriana: a questão da autoconsciência como ponto de partida e de chegada, tendo a experiência burguesa da individualidade isolada como limite. Trata-se de uma “acusação” reiterada pelos

“comunistas” ao existencialismo, segundo reconhece o próprio Sartre na conferência de 1945⁹ *O Existencialismo é um Humanismo*. Assim foi abordada, na ocasião, a questão:

O nosso ponto de partida é, com efeito, a subjetividade do indivíduo, e isso por razões estritamente filosóficas. Não por sermos burgueses, mas por querermos uma doutrina baseada na verdade, e não um conjunto de teorias bonitas, cheias de esperança mas sem fundamentos reais. Não pode haver outra verdade, no ponto de partida, senão esta: penso, logo existo; é aí que se atinge a si própria a verdade absoluta da consciência. (SARTRE, 1978, p. 15)

Ao que se segue uma oposição direta entre o existencialismo e “todo materialismo” e, por outro lado, a exposição do modo sartriano de deslocar o *cogito* cartesiano para a intersubjetividade, escapando às acusações de individualismo metodológico:

(...) esta teoria é a única a conferir uma dignidade ao homem, é a única que não faz dele um objeto. Todo materialismo leva a tratar todos os homens, cada qual incluído, como objetos, quer dizer, como um conjunto de reações determinadas, que nada distingue do conjunto das qualidades e dos fenômenos que constituem uma mesa ou uma cadeira ou uma pedra. Quanto a nós, queremos constituir precisamente o reino humano como um conjunto de valores distintos dos do reino material. Mas a subjetividade que aí nós atingimos a título de verdade não é uma subjetividade rigorosamente individual, porque demonstramos que no *cogito* nós não descobrimos só a nós, mas também aos outros. (SARTRE, 1978, p. 15)

Assim, a ontologia existencialista parte de um *cogito* que atinge a intersubjetividade, tornando-se uma teoria do reconhecimento, da relação do eu com o outro, na qual identifica-se, num extremo, uma universalidade absoluta (a *condição* humana) e no outro a singularidade absoluta (na noção de *projeto de vida*, constituído pelas *escolhas* de cada indivíduo), mediados pela noção de situação (histórico-objetiva) e sua contraparte subjetiva, a responsabilidade: “o homem encontra-se numa situação organizada, em que ele próprio está implicado, implica pela sua escolha a humanidade inteira, e não pode evitar o escolher” (SARTRE, 1978, p. 17).

Para Sartre, a ontologia negativa da subjetividade que visa à “condição humana”, em que a reflexão sobre o ser se confunde com um crivo gnosiológico (consciência como ponto de partida e chegada), resulta da pressuposição da

⁹ Proferida em 29 de outubro de 1945 e publicada como opúsculo em 1946 pelo editor Nagel.

“transcendência do ego”. Há uma analogia entre a estrutura da consciência em *O Ser e o Nada* e as estruturas formais da história em *Crítica da Razão Dialética*, e uma contradição entre uma liberdade absoluta e abstrata e a permanente identificação de uma tendência constitutiva à degradação (o “mal”, o “inimigo”, como produtos inelutáveis da intersubjetividade; alienação e estranhamento como intransponíveis – pois sua mediação com a objetividade é marcada pela figura eternizada da escassez).

- **Lukács:** ontologia que parte das categorias como “formas do ser, determinações do existente”, visando, portanto, à compreensão da sociabilidade humana em sua objetividade concreta e nas mediações que constituem os complexos da cultura. Explícita preponderância da materialidade na determinação, recusa da hipostasia abstrata de uma subjetividade transcendente. A premissa da liberdade do ser social consiste no por teleológico de prévias ideações, que, contudo, são condicionadas tanto por outros pores (de outros indivíduos, em posição de maior ou menor poder) quanto pela legalidade própria da dinâmica causal em que se efetivam.

- **Breve exposição de “Existencialismo ou marxismo?”**, a partir do problema do sentido ideológico das premissas gnosiso-epistêmicas (em defesa de uma epistemologia leninista: conhecimento como práxis). Caracterização histórica do existencialismo (revolta abstrata e negação unilateral como correlatos da experiência da resistência à ocupação nazista). Irracionalismo e existencialismo.

- **O engajamento em Sartre e seus primeiros acenos marxizantes:** de “O que é literatura?” (1947) à “Questão de Método” (1957). A questão do singular e o marxismo.

- **Trajetória política de Sartre:** tentativas de agrupamentos e duros rompimentos pessoais. Caso curioso de Merleau-Ponty, que depois de se afastar de Sartre escreve “Aventuras da Dialética” (1955), em que defende o “marxismo weberiano” de Lukács em *História e Consciência de Classes*. (Lembrar que em “EoM?” Lukács fizera um comentário também curioso sobre Merleau-Ponty, que seria o melhor marxista entre os existencialistas, não fossem suas tendências trotskistas. Críticas de Mészáros ao livro de M-P)

- **Trajetória de Lukács:** do esquerdismo do grupo Kommunismus às Teses de Blum. Embates com as direções e suas marcas: leninismo duro, apego

programático à frente popular (elevada de tática a um quase princípio). Reflexo da ausência de mediação objetiva pela auto-organização do trabalho: mudança na avaliação dos conselhos (Mészáros, *Para Além do Capital*)

- **Confluências:** Política, Ética e literatura (discutir comparativamente temas de “o que é literatura?” e “problemas do realismo”).

- **Concluir** com uma discussão do sentido da referência a Sartre na conferência de 56: crise da cultura burguesa decadente e crise do marxismo dogmático e sectário; necessidade da luta ideológica não deve significar isolamento: defesa da crítica imanente. Relações desse debate com uma perspectiva otimista sobre as reformas democratizantes no bloco soviético (XX congresso). (“tertium datur e diálogo coexistencial” - Mészáros)

Capítulo 2

Hungria, 1956: revolução e contrarrevolução no bloco socialista

*Que o senhor Antal Horger ria:
se eu não fiz Letras, sua alegria
é ganho
tacanho.*

*Longe da escola, hoje eu lhe provo
como é que, instruindo bem meu povo,
venci no
ensino.*

Áttila József “Para meu aniversário”, 1937

O ano de 1956 é um marco decisivo na história do movimento comunista internacional. Ano do XX Congresso do PCUS, em que Krushev apresenta o dossiê secreto dos crimes de Stalin (que morrera três anos antes, em 1953) e a denúncia do “culto à personalidade” nos Partidos Comunistas, ano que explodiram – como resultado de tensões acumuladas e culminação de processos de resistência que, com o XX Congresso, encontraram uma válvula de escape – grandes rebeliões contra o jugo soviético no leste europeu¹⁰. A maior delas, mais duramente massacrada pela URSS, e que gerou maiores repercussões internacionais, cisões em organizações comunistas, intensos debates e grandes controvérsias a respeito do seu sentido político e social foi a revolução húngara de outubro, o primeiro grande teste de verdade da “desestalinização”, que mostrou que a brutalidade do Estado *pós-capitalista* burocraticamente degenerado da União Soviética mantinha-se em todo seu vigor, a despeito dos gestos de autocrítica e sinalizações de reformas democratizantes ou liberalizantes.

Se foi, por um lado, um tanto negligenciada na geopolítica internacional no momento – que coincidia com a crise no canal de Suez – a revolta húngara tornou-se o centro das disputas ideológicas da intelectualidade “progressista” ocidental. Foi condenada como reacionária, e mesmo fascista, pelos PCs viúvos de Stalin (alguns

¹⁰ Antes da insurreição na Hungria, ocorreram levantes na Berlim Oriental e na Polônia. Seus diferentes desdobramentos serão discutidos, brevemente, mais adiante.

dos quais ainda consideravam o dossiê de Krushev uma invenção da propaganda imperialista¹¹); louvada como “antitotalitária” por liberais como Hannah Arendt e Raymond Aron; tomada pelos trotskistas – e outros grupos comunistas que se opunham ao stalinismo – como comprovação trágica da função reacionária da burocracia soviética e da impossibilidade de reformas no interior dela; portanto, comprovação da reafirmada¹² necessidade de uma nova revolução¹³ no interior da União Soviética para reconduzi-la à transição socialista; e reivindicada, a partir de diferentes pontos de vista, como exemplo, ainda que efêmero, da retomada da democracia dos conselhos operários e de sua importância central para um socialismo democrático (pelos intelectuais “trotskizantes”¹⁴ que se organizavam em torno da revista *Socialisme ou Barbarie*, na França e *autonomistas* italianos, entre outros). Em primeiro lugar, buscaremos aqui confrontar alguns aspectos e tendências desse debate historiográfico e problematizar as categorias de análise que nele aparecem, buscando aproximar-nos de uma caracterização mais precisa do movimento de 56, sem neutralizar suas muitas contradições numa narrativa homogênea e unidimensional.

O interesse da presente pesquisa, portanto, por seu caráter e objeto, não é tanto o de produzir uma profunda revisão da historiografia da revolução húngara, embora tenha de passar por isso, mas antes examinar o modo como a crise desencadeada por essa revolução (e pela resposta especialmente desumana da burocracia soviética a ela) no movimento comunista determinou o desenvolvimento de um grande movimento de “renascimento do marxismo”¹⁵ na teoria, em que vários intelectuais em diferentes lugares do mundo e áreas do conhecimento passam a um reexame de fundamentos do marxismo balizado pela crítica teórica dos desvios

¹¹ Era o caso inclusive do Partido Comunista do Brasil. v. “Resolução Sobre a Situação da Hungria” de seu comitê central, publicada na *Voz Operária* em 24 de novembro de 1956 (republicado como anexo em SZABO, 2006).

¹² Por Trotsky, desde 1936; v. *A Revolução Traída*, especialmente seu capítulo XI “uma nova revolução é ineludível”

¹³ Há divergências sobre se seria uma nova revolução social ou uma meramente política; voltaremos a esta questão.

¹⁴ Usamos este termo, no caso, para especificar um grupo de intelectuais com posições simpáticas à oposição de esquerda internacional (depois de 1938 autodenominada IV Internacional) organizada por Trotsky, mas que tinham também importantes diferenças de concepção, especialmente em relação à caracterização da URSS, e, em sua maioria nunca foram militantes orgânicos de nenhum dos partidos ligados de fato ao movimento trotskista.

¹⁵ Expressão de György Lukács, utilizada em numerosas correspondências e entrevistas para descrever as intenções de seu próprio trabalho e o da chamada Escola de Budapeste, mas que aqui tomamos de empréstimo para nos referir a um processo mais amplo, que passa, por exemplo, além dos debates já mencionados na França, pelos debates na historiografia britânica que originaram a escola dos cultural studies (especialmente E. P. Thompson e Raymond Williams, v. respectivamente *A miséria da teoria* e *Marxismo e literatura*).

representados e formalizados pelo stalinismo. Dois grandes representantes dessa tendência na filosofia, como vimos na Introdução, são Lukács e Sartre, que ademais tomaram parte ativa nos próprios acontecimentos: Lukács esteve no centro dos intensos debates culturais que antecederam à revolução, foi um dos organizadores e figuras de referência no Círculo Petöfi, foi ministro da cultura nos dias do governo revolucionário de Imre Nagy, foi preso pela contrarrevolução soviética e ainda assim continuou debatendo intensivamente, com o Partido Comunista e outros intelectuais e lideranças revolucionárias, a necessidade e os rumos da democratização na Hungria (e, por extensão, em todo o bloco soviético, em suas relações internas e com o ocidente); Sartre, após a invasão soviética, rompeu relações (ao menos temporariamente) com o PC francês, abdicou de sua posição de presidente do comitê de solidariedade francesa à URSS, recebeu intelectuais húngaros exilados na França e dedicou um especial de três números da revista *Temps Modernes*, da qual era editor, ao levante húngaro, no qual publicou, junto a seu “*O Fantasma de Stalin*”, uma coletânea de textos húngaros que ilustravam o desenvolvimento dos eventos. Neste capítulo, deixaremos um pouco de lado os dois filósofos, para nos debruçar sobre a historiografia desse complexo processo revolucionário e relatos de alguns intelectuais militantes bastante ativos no período.

O trecho em epígrafe, de um poema de Attila József, para além de mero ornamento (apesar de sua inegável qualidade lírica, habilmente preservada pela bela tradução de Nelson Ascher), traz uma reflexão importante sobre o papel e a força dos intelectuais húngaros na resistência histórica desse povo a sucessivas ocupações e imposições autocráticas e imperialistas. Embora escrito 19 anos antes dos acontecimentos que aqui investigamos, o espírito de poetas modernistas que lutaram contra o governo fascista de Horthy no período anterior à segunda guerra, assim como dos poetas revolucionários de 1848 (como Sándor Petöfi, que dava nome ao círculo de intelectuais que organizaram, ao longo de 1956, os debates que originaram o movimento de outubro), sobrevive e é encarnado pelos insurretos. Essa imbricação singular entre intelectualidade – ou, por extensão, “cultura” – e identidade nacional na história da Hungria e a proeminência constante da resistência cultural nos processos de luta vividos no país – além, é claro, da conformação econômica e social de seu povo, ou seja, o modo particular de objetivação do capital e do trabalho no país e as transformações que sofreu sob o domínio soviético – podem fornecer pistas para a compreensão das determinidades do que seria uma “via húngara”¹⁶, de

¹⁶ No sentido do debate marxiano e leniniano sobre as diferenças entre a ‘vias clássicas’ e a ‘via

sua forma de manifestação no desenvolvimento particular da revolução e naquela geração de intelectuais revolucionários de 1956¹⁷. Posteriormente buscaremos compreender como as posições de Lukács se relacionam, em suas virtudes e limitações, com essas determinações particulares, assim como Sartre, por sua vez, se insere e se referencia em uma tradição da *intelligentsia* radical francesa – circunscrita num outro modo particular de objetivação do capital, em geral reconhecido como “via clássica”¹⁸.

A trágica atualidade da revolução húngara reside precisamente na problemática relação entre socialismo e democracia; pode-se dizer que é este o grande problema que organiza todo o debate ideológico suscitado. Embora não se tratasse de uma questão absolutamente nova, as agudas contradições acumuladas nas décadas precedentes foram então levadas ao paroxismo, exigindo e reconfigurando posicionamentos, desfazendo – ou ao menos complexificando – falsas oposições e maniqueísmos, trazendo de volta ao debate da esquerda internacional o sentido pleno da urgência revolucionária e da indignação humanista contra todas as formas da barbárie. Tamanha repercussão e multiplicidade de posições só se verá novamente dali a 12 anos, nas explosões revolucionárias de 1968, das quais diversas particularidades muito reconhecidas foram antecipadas, por assim dizer, pelos eventos da Hungria.

Como já dissemos, a revolução húngara rendeu uma enormidade de debates, especialmente na Europa¹⁹, que é difícil reunir de modo coerente e

prussiana’ de objetivação do capital e suas determinações particulares sobre a cultura, bem como suas consequências para a teoria e prática dos revolucionários.

¹⁷ A importância da intelectualidade e dos debates culturais no desenvolvimento da luta antiburocrática que culminou no levante de outubro de 1956 é muito bem relatada por István Mészáros, em seu livro “A revolta dos intelectuais na Hungria”, que analisaremos no capítulo seguinte. Muitos documentos importantes desse debate cultural foram publicados por Sartre no número especial da *Temps modernes* dedicado à Hungria. Átila József (1905-1937), frequentemente qualificado por Mészáros (que dedicou-lhe um livro, *Átila József e l’arte moderna*) como o “maior poeta proletário” é, ao lado de Sándor Petöfi e Endre Ady, um dos grandes precursores da poesia revolucionária húngara. O fim trágico de József faz dele também um antecessor das catástrofes a que conduziria o sectarismo do partido comunista húngaro: expulso do partido em 1932 e caluniado sistematicamente desde então, em meio ao duro regime Horthy, foi levado a um crescente isolamento, depressão e por fim ao suicídio, no mesmo ano do poema citado.

¹⁸ O que não significa de forma alguma um modelo geral, mas se relaciona antes com a precedência temporal do desenvolvimento capitalista industrial e suas consequências referentes à posição ocupada, na passagem à fase imperialista do capital, em escala mundial, pelos países que mais rapidamente atingiram e consolidaram este desenvolvimento econômico e político; no entanto, há inegavelmente importantes diferenças entre as dinâmicas dos países tidos como de “via clássica” (Inglaterra, Estados Unidos e França).

¹⁹ Infelizmente muito pouco desse debate encontra-se traduzido e editado em língua portuguesa, e muito pouca pesquisa historiográfica original foi aqui produzida a respeito dessa revolução. A única obra de referência que encontramos, expressão de um esforço de pesquisa significativo é o livro coletivo “Hungria 1956: e o muro começa a cair” (SZABO et alii, 2006).

sistemático. No entanto, o que é patente nos inúmeros volumes publicados de debate entre intelectuais e ideólogos em geral, à esquerda e à direita, é tanto o seu caráter *ideológico* (disputas de narrativa instrumentalizadas pela propaganda comunista, socialista ou liberal), quanto um certo cinismo “técnico”, que em vez de buscar compreender objetivamente o sentido histórico-social da insurreição, demonstrava por um lado sua inviabilidade ao passo que propugnava saídas de reintegração, seja com o bloco soviético²⁰, seja com o capitalismo ocidental. Sobre a montanha de arquivos e documentos produzidos a respeito do movimento húngaro paira um silêncio sepulcral no que se refere ao seu conteúdo e sua radicalidade. Nas palavras de CASTORIADIS (1983, pp. 257-8):

(...) Na realidade, este silêncio é o indício suficientemente sinistro desta literatura e das motivações subjacentes daqueles que se tomam por “revolucionários”. Dizer que este silêncio é um dos sinais da dominação das ideias reacionárias no mundo contemporâneo não é exagerar muito. Significa que a burocracia stalinista continua, mesmo de maneira menos direta, a decidir sobre os temas de discussão autorizados e proibidos. (...) A bibliografia sobre os acontecimentos de 1956 na Hungria soma atualmente vários milhares de volumes. Mas, no essencial, trata-se de textos de especialistas destinados a especialistas; o que se manifesta aí é muito mais a enorme expansão do mercado do ensino, da escrita e da edição do que do verdadeiro reconhecimento da significação revolucionária de 1956.

Para desvelar o conteúdo por detrás de tal tentativa de sufocamento burocrático da investigação e do debate, faz-se necessário analisar algumas das principais tendências ideológicas do debate, bem como algumas das principais “versões” documentais – historiográficas, jornalísticas ou mais diretamente políticas – da narrativa dos fatos, escolhidas a princípio pela repercussão que obtiveram então, e pela relevância histórica que adquiriram como expressão de tais tendências ideológicas. É evidente que, para além destas expressões “principais”, há inúmeras nuances sutis de posição que podem ser identificadas no debate; esperamos, no entanto, que o panorama que será examinado ofereça uma razoável compreensão das questões centrais em jogo e das diversas perspectivas, nas determinações concretas de sua particularidade.

No calor dos acontecimentos, após o levante de 23 de outubro em Budapeste, as notícias cifradas alimentavam comoções e reações bastante díspares

²⁰ O que acabou por ocorrer, após longos meses de uma luta progressivamente isolada – na qual os operários foram não só a principal força motriz, após se unir aos estudantes e intelectuais do Círculo Petöfi, como o último bastião da resistência – e uma repressão persistente e implacável; voltaremos a isso.

(que por sua vez eram baseadas em orientações ideológicas que estavam na origem da própria cifragem e filtragem das informações). Como diz Sartre, a respeito dos debates na França de então: “O jogo é tão confuso, nesta questão, que é preciso apregoar sua cor e sua aposta. A prova está em que se fez rapidamente uma distinção arbitrária: a esquerda condena o golpe de Suez e de Budapeste; a direita apenas o de Budapeste; *L'Humanité* o de Suez.” (SARTRE, 1967, pp. 1-2). Tais comoções, no entanto, não ficarão para a história como reações passageiras, mas as diversas leituras sobre a tragédia húngara serão um passo decisivo no desenvolvimento, sistematização e consolidação de algumas das mais importantes posições políticas perante o Bloco Soviético e as saídas possíveis para o impasse mundial da Guerra Fria – o que passa pela redefinição de conceitos relativos ao socialismo, à democracia, à teoria do Estado e das classes sociais, especialmente no que se refere à caracterização social e política da União Soviética e de sua relação com as chamadas “democracias populares”²¹.

2.1. O acúmulo de tensões políticas internas na URSS

Conforme acima explicitado, embora seja a mais expressiva, a revolução húngara não é um evento isolado, mas faz parte de uma série de rebeliões antiburocráticas no leste europeu, em diversos países-satélite da URSS, resultado de tensões que se acumulavam no bloco, especialmente após 1948 (ano da saída da Iugoslávia, liderada por Tito, do Pacto de Varsóvia), acirradas após a morte de Stalin em 1953 e mais ainda após o XX Congresso do PCUS e suas promessas de desestalinização. Não se pode portanto compreender o sentido da insurreição de outubro sem levar em conta o contexto de crescimento da oposição no interior do “socialismo real” e as disputas políticas entre setores e facções dos partidos comunistas – que se manifestaram em mudanças de valoração e deslocamentos do papel de referência de alguns de seus dirigentes em relação aos movimentos de massas, que iam ressurgindo e ganhando força no pós-guerra. Uma análise pormenorizada dos antecedentes políticos e geopolíticos da crise da União Soviética

²¹ “Democracias-populares” era como se chamavam oficialmente os países-satélites da URSS, pertencentes portanto à zona de influência delimitada no acordo de Yalta, a saber: a Albânia, a Bulgária, a Tchecoslováquia, a Hungria, Polônia, Romênia, a Iugoslávia (entre 1944 e 48) e, posteriormente, a Alemanha Oriental. Embora tal epíteto seja, como veremos, muito inadequado à caracterização de seus regimes (com governos-fantoches autoritários, diretamente subordinados à URSS e incumbidos de implantar os “Planos” a qualquer custo), o utilizaremos por vezes para nos referir genericamente a esses países. (v. citação de Claudín reproduzida abaixo).

pode ser encontrada na obra de Fernando Claudín (especialmente *A oposição no socialismo real*, de 1983), um dos maiores especialistas nas crises do movimento comunista que progressivamente levaram à desagregação soviética. Nesse livro, Claudín contextualiza os acontecimentos da seguinte maneira:

Os atuais movimentos de oposição nos países da Europa Oriental integrados no bloco soviético (Polônia, Alemanha Oriental, Tcheco-Eslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária) são o produto de uma história que começa com a 'repartição' de Yalta entre as grandes potências vencedoras da II Guerra Mundial. Essa origem marcou profundamente tanto os regimes desses países como suas oposições. (CLAUDÍN, 1983, p. 147)

Ou seja, segundo Claudín, o acordo assinado por Stalin, Roosevelt e Churchill, que pôs fim à Guerra e formalizou as chamadas “zonas de influência” é um fator central para compreender a dinâmica política instaurada dali em diante, dinâmica em que o “socialismo real” deixa de ter qualquer sentido emancipatório e torna-se imposição externa, sistema da opressão burocrática e produto da expansão imperialista soviética. O fato de terem, as democracias populares, surgido do armistício entre a URSS e as potências do imperialismo ocidental determina, desse modo, um correlato “imperialismo socialista”, e essa insuplantável marca de origem sugere, portanto, um caráter anti-imperialista aos movimentos de resistência que ali surgiram.

Desde esse período (1945-1948) eles [os regimes instaurados pela URSS em sua ‘zona de influência’] se mantêm graças ao grande gendarme. O regime soviético é opressor mas soberano, e converteu o atrasado império russo em uma das superpotências mundiais. Esse é um de seus principais títulos de legitimidade e fator considerável de sua solidez relativa. Em troca, o caráter importado e dependente dos outros regimes do Leste integrados no bloco soviético os fazem duplamente opressivos e inaceitáveis para seus povos. Essa é uma das razões mais importantes de sua fragilidade. As oposições a esses regimes têm traços diversos, alguns deles muito substanciais, mas ao mesmo tempo têm um objetivo básico comum: emancipar-se da dominação soviética, reconquistar a independência nacional, ainda que, por razões táticas, nem sempre formulem essa reivindicação de forma aberta e radical. (CLAUDÍN, 1983, p. 147)

Em 1947, o pacto entre as potências aliadas foi rompido pela política de “contenção” militar do avanço e expansão da zona de influência soviética, política essa que ficou conhecida como “doutrina Truman” – por referência ao então presidente dos EUA –, posteriormente estendida e aprofundada no “plano

Marshall”²². A nova ofensiva imperialista anunciada com essa “doutrina” levou Stalin a um drástico recrudescimento repressivo, aprofundando a subordinação econômica e política das democracias populares, e iniciando uma nova onda de processos e perseguições internas, o que só piorou após a ruptura com Tito em 1948. Apesar da vitória iugoslava – que conseguira sem maiores conflitos assumir a posição de neutralidade, saindo do Pacto de Varsóvia, e instaurar um processo de reformas democráticas que incluía elementos de autogestão nas indústrias – ou antes precisamente por ela, pela ameaça representada por essa afronta ao controle e ao modelo soviético, o “titismo” se tornou a heresia da vez, vista como perigosa mediação conspiratória com o capitalismo imperialista ocidental (comparável ao que fora o “trotskismo” nos processos de Moscou nos anos 1930), motivando novos falsos processos, entre 1948-53, a exemplo, na Hungria, do emblemático caso Rajk²³.

Era urgente também depurar drasticamente toda a esquerda e o movimento operário de seus elementos mais sãos e revolucionários, mais vinculados ao povo e mais enraizados na nação. Ainda que os partidos comunistas tivessem sido formados durante os anos da Internacional Comunista no princípio da obediência incondicional a Moscou, haviam surgido dentro deles tendências democráticas e nacionais, durante o período da frente popular e durante a Resistência e a Libertação. (CLAUDÍN, 1983, p. 149)

Ora, as principais figuras de referência destas “tendências democráticas e nacionais” serão rapidamente elevados a “lideranças” das revoltas antiburocráticas de 1956. É o caso de Władysław Gomułka, na Polônia, e de Imre Nagy, na Hungria. O desdobramento, na Hungria, dessa luta interna de tendências, entre 1953 e 1956 é assim narrado por Claudín:

Nesses dias do final de outubro e começo de novembro, seguidos de quase dois meses de admirável resistência operária, culmina a crise política iniciada na Hungria quando morre Stálin, caracterizada pela convergência explosiva de dois processos: 1) O crescente aguçamento do conflito interno entre os estalinistas recalcitrantes agrupados ao redor de Rakosi, secretário geral do partido comunista (chamado de Partido dos Trabalhadores Húngaros) e os desestalinizadores encabeçados por Imre Nagy (que no período anterior havia sido vítima das purgas por opor-se ao processo de Rajk

²² Oficialmente denominado “Programa de Recuperação Europeia”, o plano ficou conhecido pelo sobrenome de seu demiurgo, o então general e Secretário de Estado norte-americano George Marshall.

²³ ex-ministro húngaro do interior e, depois, das relações exteriores, acusado injustamente por Rákosi de conspirar com Tito, e executado em 1949. O escandaloso processo, notável pelo fato de que Rajk fora responsável pela organização da própria polícia política (AVH) desencadeou a nova onda de expurgos.

e preconizar uma política econômica qualificada de direitista); 2) o despertar e a rápida generalização, tanto dentro do partido comunista quanto fora dele, da oposição à ditadura estalinista que, no caso húngaro, sob a chefia despótica de Rakosi, havia se revestido de traços ainda mais tirânicos e sangrentos que nas outras democracias populares (uns trezentos mil detidos nos campos de concentração, dezenas de milhares nos cárceres, milhares de execuções, em um país cuja população não passava dos dez milhões; métodos de tortura que não tinham nada que invejar aos conhecidos sob o fascismo). Estas duas linhas de ruptura se alimentam reciprocamente. A luta intestina no grupo dirigente facilita o aparecimento e o crescimento rápido das forças oposicionistas dentro e fora do partido que, por sua vez, potenciam cada vez mais a tendência Nagy, até formar um bloco com ela e derrotar a fração estalinista.

Nos meses seguintes à morte de Stálin, a pugna no grupo dirigente parece inclinar-se a favor dos reformadores. Advertidos pelas explosões de Berlim e de Pilsen, temendo sua reprodução na Hungria, os dirigentes de Moscou obrigam Rakosi, em julho de 1953, a ceder a chefia do governo a Nagy, que anuncia um “novo rumo” político e econômico, inspirado nesse último aspecto no programa de Malenkov, por ocasião presidente do governo soviético. Mas Rakosi conserva a secretaria do partido e a partir daí organiza uma sabotagem sistemática na política de Nagy. Em abril de 1955 aproveita a queda de Malenkov para destituir seu rival da chefia do governo e, mais tarde, expulsá-lo do partido. Desde esse momento a oposição à ditadura de Rakosi se estende e se radicaliza em todo o país, enquanto cresce o prestígio de Nagy no seio do partido, entre os intelectuais e, em geral, no povo. (CLAUDÍN, 1983, pp. 157-8)

Orientando assim sua análise – com pronunciado destaque para as tensões políticas internas à URSS e aos grupos dirigentes das democracias populares, a partir de disputas entre facções (o que, evidentemente, não deixa de ser uma determinação importante) –, Claudín acaba ofuscando, relativamente, as contradições sociais dos processos, fazendo uma caracterização ainda pouco aprofundada do conteúdo e do desenvolvimento da revolução húngara; a narrativa parece subordinar a crise social do regime às crises de cúpula: ainda que ressalte a importância dos intelectuais e operários, falta demonstrar o que efetivamente os mobilizava, isto é, como a irracionalidade, irresponsabilidade e desumanidade da burocracia stalinista, em seu subjetivismo dogmático, afetavam o povo em seu cotidiano – ou seja, para além da repressão política a quaisquer dissidências, imediatamente qualificadas como “conspiração” (no que reside sua função abertamente contrarrevolucionária, bem identificada por Claudín), resta compreender as razões das próprias dissidências, na gestão opressiva da produção da vida social em sua materialidade e em seus nexos determinantes com os complexos da reprodução social. A complementaridade cíclica da opressão

econômica e repressão política stalinista constituiu, de modo geral, e na Hungria de modo particular, um rígido sistema de autojustificação e autodefesa *a priori* da irracionalidade burocrática contra o povo (e isso não apenas contra suas aspirações políticas abstratas à liberdade, democracia ou “independência nacional”, mas contra as mínimas garantias de qualidade de vida, na exigência permanente de autossacrifício em nome do socialismo, exigência aberrantemente contrastante com os cada vez mais evidentes privilégios das burocracias dirigentes). Para entender, portanto, a emergência e o conteúdo de tais oposições, em sua base social, é preciso recuperar os movimentos e articulações que se davam pela base, em sua forma e conteúdo próprios, de modo relativamente autônomo às tensões internas do partido – essas, sim, ecos e reflexos políticos das insatisfações populares, e não causa delas, como tal linha de análise parece sugerir.

O próprio Claudín, mais à frente, esboça uma caracterização desses movimentos autônomos; o faz, contudo, de modo um tanto genérico, sem a mesma precisão, na delimitação de seus agentes, que utilizara para identificar as cisões na direção do partido. O autor procede então a um inventário dos “ingredientes” da “inspiração ideológica” *revisionista* (termo que ele reproduz, cabe frisar, referindo-se ao rótulo que recebiam de Moscou, não como diagnóstico próprio) da oposição revolucionária:

A nível político esse “revisionismo” ideológico se traduzia na exigência de eliminar os métodos autoritários e burocráticos no partido e no Estado, assim como nos sindicatos e outras organizações de massas, introduzindo alguns elementos de democratização; instauração e respeito de uma “legalidade socialista”; condenação dos crimes estalinistas e reabilitação das vítimas; abertura cultural – eliminação do zdanovismo – não somente no campo literário e artístico como também no das ciências sociais, partindo de que o marxismo deve se renovar levando em conta as contribuições de outras correntes do pensamento social. O setor liberal ou kruschevista do aparelho dirigente dos partidos – os Gomulka, Kadar, Nagy, etc. – podia coincidir, segundo o momento, com esta ou outra das posições do núcleo oposicionista propriamente “revisionista”, e inclusive podia dar-se o caso que, sob a pressão do movimento e da crise, alguns dos componentes desse setor passassem definitivamente para o campo “revisionista”. Esse foi o caso de Nagy, que formula pela primeira vez, doze anos antes de Dubcek, a ideia símbolo de um “socialismo com rosto humano”. Mas em geral os “liberais” do grupo dirigente tinham objetivos muito mais limitados que os “revisionistas” da oposição. (CLAUDÍN, 1983, p. 166)

Vê-se, no final da citação acima, que o “balanço” dos acontecimentos feito por Claudín parece inverter o sinal de sua narrativa anterior; entretanto, essa

tentativa de constituir uma imagem unívoca do “núcleo central *revisionista* da oposição”, plasmando uma homogeneidade dirigida, ainda não contempla a complexidade das sínteses que foram sendo construídas ao longo do processo, na confluência de muitos setores sociais e grupos política e ideologicamente heterogêneos que se articularam numa luta comum. Tal “núcleo” permanece ainda inominável, embora num certo momento o autor pareça identificá-lo com o Círculo Petöfi, concordando, às avessas, com as acusações da burocracia stalinista húngara. Porém, como veremos adiante, as características peculiares do modo de organização, composição e funcionamento do Círculo tornam muito difícil concebê-lo como um “núcleo central” desse tipo.

De modo análogo, por mais legítimos que sejam seus apelos a um “verdadeiro socialismo”, efetivamente democrático, por oposição ao stalinismo – o “socialismo real” –, parece-nos que este conceito permanece um tanto abstrato e indeterminado, na obra em questão:

(...) no decorrer de sua segunda expansão imperial na direção do Oeste, o regime soviético deixou espetacularmente clara sua natureza não socialista. Um regime verdadeiramente socialista haveria utilizado seus exércitos vitoriosos como um escudo protetor dos países liberados da sujeição nazista contra qualquer outra intervenção estrangeira, com o objetivo de garantir que cada povo decidisse livre e democraticamente as mudanças que se seguiriam. Em segundo lugar, teria respeitado a vontade popular, tanto se esta se inclinasse por iniciar desde logo a transformação socialista quanto se optasse por uma democracia situada ainda no marco capitalista. Mas Moscou utilizou seus exércitos, serviços secretos, agentes políticos e diplomáticos, e os partidos comunistas submetidos a seu controle, para instaurar regimes similares ao regime estalinista. Apesar de se adornarem com a etiqueta de “democracia popular” se baseavam na negação de qualquer forma de democracia. (CLAUDÍN, 1983, p. 148)

Ora, parece-nos que para discutir o que seria um regime verdadeiramente socialista a partir dos acontecimentos de outubro de 1956 – para além do “respeito à vontade popular” – é interessante aprofundarmo-nos um pouco mais na caracterização das forças sociais em movimento, dos programas de reivindicações e organismos que se constituíram e dos processos de “negociação” que tiveram lugar no breve período²⁴ da insurreição húngara. Também a esse respeito, mais adiante

²⁴ Mesmo esta questão aliás, o quanto durou de fato a revolução – se 12 ou 13 dias, um, dois ou três meses –, é uma diferença importante entre as narrativas dos acontecimentos, que denuncia de certo modo o foco mais ou menos politicista que suporta a posição ideológica consubstanciada em tais narrativas. Nisso tem importância central o sujeito coletivo sobre o qual recai o olhar do narrador: se a revolução é mais lida como levante dirigido pelos intelectuais e pela ala democrática/nacional do partido (ou ainda pelo ressurgimento de movimentos nacional-liberais conservadores ou mesmo *fascistas contrarrevolucionários*), ela teve fim no dia 4 de novembro, com a segunda, mais brutal e

(CLAUDÍN, 1983, pp. 166-7), buscará delinear os conteúdos e “objetivos estratégicos” da revolução, identificando algumas tendências gerais que ainda se revelam insuficientes para a compreensão das particularidades de cada processo. Isso é especialmente problemático porque esse “balanço da crise” não apenas homogeneiza o movimento revolucionário na Hungria, mas, na verdade, tenta estabelecer, de modo genérico e abstrato, uma identidade entre os processos húngaro, tchecoslovaco e polonês, em lugar de expô-los em suas diferenças, em termos de relações de forças, contextos, objetivos e resultados – diferenças que permanecem fundamentais, ainda que as rebeliões nos três países insiram-se, de fato, num mesmo movimento geral.

Infelizmente aqui não cabe analisar as singulares determinidades originárias dos levantes em questão; cite-se apenas – em que se note a trágica ironia da “desestalinização” kruschevista – que os protestos na Berlim Oriental e em Poznań, na Polônia, iniciaram-se, em junho, com greves operárias contra o *aumento* nas quotas de produção (SEGRILLO, 2006, p. 56), o que revelava que a proclamada mudança de direcionamento da indústria (que haveria, de acordo com os auspiciosos anúncios do secretário do PCUS, de se voltar mais aos bens de consumo) não significaria qualquer melhora efetiva das condições de trabalho nos países-satélite, que agora tinham de arcar por conta própria com o ônus da prolongada reconstrução do pós-guerra (ainda um exemplo do tipo de “solidariedade” e “cooperação econômica” praticada pela URSS com relação às “democracias populares”). Na Alemanha Oriental, após uma drástica repressão, com saldo de 51 mortos, a direção se manteve com “concessões na área econômica”; já na Polônia, que assistira à morte de 54 pessoas nos protestos de 28 de junho, as repercussões políticas das manifestações operárias perduraram, numa progressão de tensões até o acordo final em outubro. Seguindo a reconstituição dos eventos por Angelo Segrillo (SZABO, 2006, pp. 56-7):

aparentemente “definitiva” intervenção das tropas soviéticas e a recomposição do governo alinhado à URSS encabeçado por Kádár (que esteve antes alinhado aos “reformadores” desestalinizadores do grupo de Imre Nagy). O que resta, segundo algumas narrativas, são “focos isolados de conflitos”. Veremos, porém – e isso não deixa de ser notado por Claudín (pp. 171-2), embora não se dedique a descrevê-lo em pormenor – que isto significa negligenciar o papel crucial que possuem os conselhos operários na revolução, e como o movimento de greve geral que se segue ao longo de todo o mês de novembro e parte de dezembro instaura uma prolongada queda de braço em que – claro que às custas de muita luta e sangue dos trabalhadores húngaros, novas prisões, deportações e execuções – Kádár não consegue governar sem fazer concessões e a crise política e econômica permanece, assim como os laços de solidariedade forjados desde as lutas de outubro, entre operários, camponeses e intelectuais revolucionários. Apesar de toda a perseguição do Estado e das muitas perdas resultam também, dessa persistência da luta, com centralidade destacada na auto-organização operária, muitas conquistas e reformas democráticas, ainda que inevitavelmente insuficientes.

Após os distúrbios de Poznań, a ala anti-stalinista pressionou pela libertação de Vladislau Gomulka, um líder que havia sido preso em 1951 acusado de direitismo e nacionalismo. Em julho de 1956, ele foi aceito de volta no partido. Daí em diante uma onda de pressões por liberalização no sistema vieram num perigoso crescendo de confrontação, opondo os stalinistas de um lado e os centristas (de Ochab) e os liberais gomulkistas de outro. A Oitava Reunião Plenária do Comitê Central marcada para 19 de outubro de 1956 estava sendo esperada como o grande momento de decisão entre as partes, pois se aventava a postulação de Gomulka como primeiro secretário do partido. Uma tentativa de golpe dos stalinistas na véspera foi impedida através de uma contramobilização dos gomulkistas e centristas. Na manhã de 19 de outubro, uma delegação soviética composta por Krushev, Mikoyan, Molotov, Kaganovitch e o marechal Konev (comandante-chefe das forças do Pacto de Varsóvia) chegou à capital polonesa para discutir a situação do país, pois Gomulka era considerado um líder comunista nacionalista autonomista. O receio de uma segunda Iugoslávia e de um outro Tito se repetindo na Polônia fez que a visita fosse acompanhada de intimidatórias movimentações das tropas soviéticas do Pacto de Varsóvia. A Nação prendeu a respiração na noite de 19 de outubro, enquanto febris negociações eram travadas entre as partes. Finalmente, um compromisso foi alcançado. Gomulka foi oficializado como primeiro secretário do partido, os soviéticos reconheceram que os poloneses administrassem internamente seus assuntos como bem entendessem (liberdade na escolha do líder, descoletivização da agricultura, entendimento com a Igreja Católica, etc.), desde que se mantivessem no âmbito do socialismo e dentro do Pacto de Varsóvia. A chamada *solução polonesa* (autonomia interna, com alinhamento externo ao campo do socialismo real) seria considerada uma grande vitória para Gomulka e para o chamado comunismo nacionalista (à la Tito), e serviria de grande incentivo para a eclosão explosiva do autonomismo na Hungria dali a alguns dias.

O modo particularmente explosivo com que tais tensões internacionais foram reverberadas e amplificadas na Hungria não pode ser explicado, contudo, apenas por seu aspecto reativo e circunstancial, mas deve ser buscado na especificidade dos conflitos e modalidades de oposição que ali surgiram, o que pode ser notado na radicalidade de seus desenvolvimentos (enquanto na Polônia teve um papel importante, antes e depois, a atividade de pressão sindical, na Hungria se reconstituíram rapidamente tanto o controle operário direto pela retomada de fábricas quanto sua mediação política pela articulação de conselhos operários e revolucionários; são outros exemplos dessa radicalidade o rápido armamento de operários e estudantes, a adesão de setores da polícia e do exército nacional) e na síntese democrática nacional conquistada por longos anos de duros debates e recomposições ideológicas e políticas da oposição, protagonizados pela atividade crítica dos intelectuais que respaldaram e ajudaram a articular progressiva e

positivamente os focos pontuais de resistência e solidariedade ativa entre operários e camponeses à opressão econômica do regime.

Com vistas a esmiuçar tais particularidades analisaremos, antes de entrar nos debates e mapeamentos de posições ideológicas a que nos propusemos, algumas fontes mais diretas, que permitem uma reconstituição cuidadosa dos eventos. Trataremos, em primeiro lugar, do emocionado relato de Peter Fryer (*Hungarian Tragedy*, 1957), jornalista inglês militante do Partido Comunista Britânico, enviado à Hungria para cobrir a “contrarrevolução fascista”; em seguida resumiremos a minuciosa análise dos fatos feita pelo historiador francês Pierre Broué (com o auxílio de seu companheiro de militância Claude Bernard) a partir dos comunicados do próprio Fryer ao partido inglês, surpreendentemente escrita e publicada antes que o jornalista britânico organizasse de modo autônomo seu relato – pois seus comunicados diários chegavam à imprensa comunista europeia após passar pelo crivo e deformação da censura dos dirigentes ingleses, e foi apenas ao retornar que Fryer compilou-os em seu livro –, o que torna o trabalho de Broué um impressionante esforço de decifração historiográfica²⁵.

2.2. A narrativa de Peter Fryer: uma tragédia de erros do PC

Todo o futuro do movimento comunista mundial depende de pôr fim ao stalinismo²⁶ (FRYER, 2006, p. 103)

Tratando-se de um relato escrito por um militante do Partido Comunista Britânico, o texto *Hungarian Tragedy*, de Peter Fryer, destina-se a expor a falácia ideológica e os erros políticos do tratamento dispendido pelo stalinismo à Hungria, no desencanto imediato de sua experiência de repórter *in loco*. Depois de ter censurados todos os informes que enviara sobre os acontecimentos da revolução, que punham em xeque as caracterizações stalinistas oficiais e expunham a irracionalidade do regime burocrático e a brutalidade da intervenção soviética, e depois de, ao retornar, ser afastado do *Daily Worker* pela direção partidária, sob

²⁵ A esse respeito v. o artigo biográfico escrito por Vincent Prémey, na ocasião da morte de Broué: “*Pierre Broué (1926–2005)*”. Disponível em:

<https://www.marxists.org/history/etol/revhist/backiss/vol9/no4/presumey.html> (acesso em 26/03/2018)

²⁶ As citações de FRYER e de BROUÉ, nesse capítulo, são de tradução livre, a partir dos originais em inglês e francês, respectivamente, disponíveis em:

<https://www.marxists.org/archive/fryer/1956/dec/index.htm> e

https://www.marxists.org/francais/broue/works/1956/00/broue_hongrie_01.htm. Para facilitar a consulta, porém, utilizamos nas referências a paginação da edição argentina, que contém ambos os textos, mais dois artigos de Balasz Nagy.

ameaças de expulsão caso “recorresse a um editor capitalista para levar adiante seus ataques ao partido” (FRYER, p. 104), o jornalista não se deixa calar e publica seu relato compilado em livro, já em novembro de 1956, pela pequena editora de Dennis Dobson. Assim, Fryer cumpre corajosamente sua promessa, assumida diante de uma multidão em Magyaróvár (p. 42) e reafirmada em muitas conversas com trabalhadores, militantes e combatentes revolucionários, de dizer a verdade sobre o que ali se passava. Nisso reside o vigor e a beleza do livro, que exime-se de fazer grandes análises e caracterizações para além do que ressalta evidente de uma narrativa simples, realista e profundamente humana, sumamente honesta e fiel aos testemunhos diretos dos envolvidos e à observação da atividade revolucionária no cotidiano, “pela base”.

Trabalhando já havia alguns anos como correspondente inglês do jornal *Szabad Nép*, órgão oficial do Partido Comunista húngaro, Fryer fizera algumas visitas à Hungria, enviado pelo *Daily Worker*, jornal do partido britânico. Em sua última visita, em julho de 1956, publicara já um artigo contendo alguns apontamentos críticos sobre a queda do nível de vida da população húngara nos últimos anos, e enfrentara “o fogo cerrado dos funcionários do partido comunista”:

O secretário do distrito de Surrey reclamou que tais artigos estavam minando o moral do partido e dificultando a venda do *Daily Worker*. O secretário do distrito do Nordeste me alertou severamente para “pensar de novo, deixar os ataques e calúnias para a imprensa capitalista, e escrever com paixão e entusiasmo sobre a Nova Hungria que você tem o privilégio de ver”.²⁷ (FRYER, 2006, p.33)

Prenúncio da censura e das ameaças posteriores, essas invectivas dos dirigentes do partido britânico expõem a situação paradoxal em que se encontrava o movimento comunista internacional em 1956. Se o XX Congresso exibira a abertura para a autocrítica da política stalinista, seus limites eram ainda estreitos, e a lógica propagandística, de defesa moral e incondicional do socialismo “diante do inimigo”, não fora abandonada. O crescimento dos movimentos de oposição nas democracias populares só fez acirrar essa blindagem propagandística – encobrendo a violência da repressão contra revoltas populares, de origem operária e estudantil, como vimos nos casos da Alemanha Oriental e da Polônia. Mas a realidade teria de aparecer,

²⁷ E prossegue:

“Dois meses depois, tive o privilégio de ver a Nova Hungria desmoronar como um castelo de cartas assim que seu povo se levantou, e devo reservar minha paixão e entusiasmo aos comunistas e não-comunistas que lutaram pela liberdade, venceram – e tiveram-na arrancada de seu alcance pela intervenção estrangeira”.

nenhuma propaganda seria capaz de conter a insatisfação diante da miséria, da exploração, repressão e opressão que sofriam os operários, camponeses e intelectuais húngaros, sob o regime de Rákosi (FRYER, 2006, p. 32).

Fryer assim caracteriza a tripla tragédia representada na revolução húngara: por um lado, havia a tragédia imediata do massacre soviético do povo húngaro; por outro, a da miséria material, do fracasso social do “socialismo”, que motivava a revolta de todo um povo contra a “democracia-popular”; por fim, o jornalista constata uma tragédia internacional (discutida por ele como “tragédia britânica”, mas que sem dúvida estende-se aos partidos comunistas de todo o mundo, então) na recusa em reconhecer a verdade da degeneração, na relativização dos “aspectos negativos no estabelecimento do socialismo” (FRYER, 2006, p. 33).

Por mais doloroso que seja, se somos realmente marxistas, devemos ser corajosos o suficiente para revisar nossas teorias. Não podemos mais tentar retorcer, distender ou mutilar os fatos para fazê-los caber no leito de Procusto das fórmulas de manuais ou da política soviética.

Logo em sua chegada à Hungria, já na travessia da fronteira, em Hegyeshalom, Fryer percebe que a atitude do povo com relação ao partido mudara profundamente. Esperando ser recebido com as costumeiras benesses de correspondente do *Szabad Nép* – que lhe haviam sido prometidas na embaixada húngara, em Viena –, encontra uma grande indiferença por parte de soldados que, embora vestidos com os uniformes oficiais, haviam tirado seus distintivos; outros símbolos da opressão soviética, como a estrela vermelha e o brasão na bandeira, eram retirados. Já era o dia 27 de outubro, e as ondas da revolução, iniciada há quatro dias em Budapeste, tinham se espalhado pelo país. Sem transporte oficial, sem condições garantidas para sua estadia, Fryer acaba conseguindo carona com a Cruz Vermelha para Magyaróvár; a necessidade de assistência se devia à violenta repressão, pela polícia política (AVH), a uma manifestação ocorrida na véspera. Chegando à cidade, o repórter comunista terá sua primeira experiência da construção da revolução pela base, conhecendo o recém-formado comitê revolucionário local.

Ele foi criado após os eventos do dia anterior e estava em sessão contínua, organizando principalmente suprimentos de alimentos e contato com o comitê semelhante em Győr, a cidade do condado. Os vinte membros do comitê revolucionário eram todos homens locais; nenhum poderia ser chamado de emigrado. Alguns eram comunistas, mas comunistas de base, não funcionários. O que aconteceu com os funcionários? "O secretário do partido era um valentão, mas não um

criminoso. Nós dissemos a ele para ir para casa e ficar lá um pouco”. A maioria dos membros do comitê eram antigos membros do Partido Social-Democrata, que por uma razão ou outra abandonaram a atividade política desde que o Partido Comunista e o Partido Social-Democrata fundiram-se no Partido dos Trabalhadores Húngaros em junho de 1948. Magyaróvár, cuja população é de 22 mil habitantes, quase inteiramente da classe trabalhadora, havia eleito um conselho municipal com maioria socialista em 1945. Mas depois da fusão dos dois partidos, a iniciativa criativa própria do povo, seu desejo de construir o socialismo, foi sufocada. Eles não foram consultados nem atraídos para a administração de seus próprios assuntos.

A história que ali lhe contam é um exemplo de como se deu o processo revolucionário por todo o país. Os membros do comitê fazem-lhe uma caracterização da miséria em que vivia o povo daquela pobre cidade operária, dos aberrantes privilégios da minoria burocrática, do aparelhamento dos sindicatos pelo Estado – que os transformara em organismos de pressão sobre a produtividade do trabalho – e da impermeabilidade dos órgãos do partido à participação popular. Ainda mais dramática é a narrativa dos acontecimentos do dia anterior, contada primeiro pelos membros do comitê, e depois reforçada por inúmeros testemunhos de uma multidão que se encontrava às portas do local.

Animada pelos relatos que chegavam de Budapeste, uma multidão foi se concentrando nas ruas pela manhã, numa manifestação espontânea, empunhando bandeiras, cantando o hino, e levantando as “duas demandas fundamentais do levante nacional: ‘Fim da ocupação Russa’ e ‘Abolição da AVH’” (p. 41). Manifestando-se pacificamente, a única “ação direta” desta multidão era retirar as estrelas vermelhas que encontravam pelo caminho. Quando tentaram fazê-lo, diante da sede da polícia política (AVH), foram recebidos com uma saraivada de balas de metralhadoras atirando diretamente contra eles, sem qualquer aviso prévio. Um massacre unilateral, que em minutos produziu um saldo de oitenta mortos e entre cem e duzentos feridos. Então,

Nada poderia agora conter a multidão, e ela correu para o quartel do exército para contar a história aos soldados. Sem hesitar, os soldados abriram o arsenal e deram armas ao povo. Houve uma feroz batalha pela sede da AVH, no curso da qual um dos quatro oficiais do destacamento foi morto. Outro foi capturado e linchado e os outros dois foram feridos e levados para o hospital. Um deles morreu durante a noite e o outro, o tenente Stefko, ainda jazia ali; uma multidão havia se reunido do lado de fora do hospital e exigia que ele fosse entregue a ela para justiça sumária. (FRYER, 2006, pp. 41-2)

Este exemplo de solidariedade da polícia comum e do Exército Popular é,

segundo Fryer, a única explicação do armamento do povo húngaro ao longo do processo revolucionário. Segundo ele, ainda que houvesse agitações ideológicas efetivamente contrarrevolucionárias, não houve mobilização organizada de agentes fascistas ou financiados pelo imperialismo, o que é provado pelo fato de não terem sido encontradas quaisquer armas de fabricação ocidental (FRYER, 2006, p. 63).

Depois de muita pressão, diante do hospital, Fryer testemunha o momento em que, sem ter alternativa, diante do povo enfurecido, o tenente Stefko é entregue à multidão e linchado. Foi um exemplo do que ocorria por todo o país. Movidos pela esperança de uma revolução que parecia triunfar na capital, todo o povo se erguia e organizava, e enfrentava a dura repressão da AVH, que indiscriminadamente atirava contra as manifestações, como já o fizera na manifestação de 23 de outubro, em Budapeste, que deu início ao processo. O armamento do povo contra a polícia política ocorria rapidamente, pois contava com o apoio do exército popular e da polícia comum, que apoiavam a justa revolta e aderiam à insurreição. O jornal *Daily Worker*, no entanto (como toda a imprensa comunista oficial), suprimia estas informações, e caracterizava as massivas manifestações populares como “bandos de reacionários que golpeavam até a morte os comunistas nas ruas”. (p. 46) Mas, como demonstra Fryer, a ocorrência de assassinatos de militantes comunistas, de qualquer posto hierárquico, ao longo de todo o processo, foram mínimas. Para sustentar a caracterização de contrarrevolução e sugerir a existência de um *Terror Branco*, financiado pelo imperialismo, os stalinistas tinham de relativizar a própria existência e as barbaridades perpetradas pela AVH, como o atesta a reportagem de André Stil, citada por Fryer:

Muitos dos que estavam lá, a princípio, não acreditaram que o Partido e seus membros ativos estavam sendo atacados, mas que o ataque foi dirigido aos membros de uma *polícia secreta sobre a qual as histórias mais improváveis estavam sendo contadas*. (FRYER, 2006, p. 92, grifo do original)

Era evidente que não havia uma contrarrevolução (ainda que, naturalmente, houvesse tentativas de pressão geopolítica e infiltração da propaganda norteamericana e de seus agentes; estes, no entanto, estavam longe de ter um papel significativo nos acontecimentos). O que ocorria era a explosão popular de uma insatisfação há muito acumulada. Para Fryer:

A visão de que, na origem e na essência, a revolução húngara foi um

exemplo do que Marx costumava chamar de "verdadeira revolução popular" é a única visão consistente com os fatos da história húngara, junto às observações de testemunhas oculares. A lógica da história húngara desde 1919, e especialmente a partir de 1945, tornou inevitável essa revolta, assim como as revoluções de fevereiro e outubro de 1917 na Rússia foram inevitáveis. O outubro da Hungria tinha que acontecer, mais cedo ou mais tarde, independentemente se os americanos estavam ou não fazendo o máximo para provocar problemas. O povo não poderia continuar vivendo do jeito antigo. (FRYER, 2006, p. 48)

Quais foram as causas que tornaram tal revolução inevitável? Seguindo a análise de Fryer, elas remontam à histórica ausência de democracia na Hungria, do que não foi exceção a revolução de 1919, a chamada Comuna de Budapeste, liderada por Béla Kun, a primeira revolução socialista vitoriosa após a russa, mas que tentou impor o sistema soviético de modo autoritário, com a coletivização forçada das terras, com o que falhou em conquistar o apoio dos camponeses pobres. (FRYER, 2006, p. 48) Após a derrota dessa experiência, que durou apenas três meses, instaurou-se na Hungria “o primeiro regime fascista na Europa”, a ditadura de Horthy, que instituiu um verdadeiro Terror Branco²⁸. Nestas condições, com um país controlado pela oligarquia fundiária, com forte repressão aos sindicatos e o partido comunista na clandestinidade, os “erros sectários” (FRYER, 2006, p. 49) se consolidaram, em sua direção. Rákosi é um fruto dessa geração, e sua capacidade de liderar o regime após a libertação de 1945 é questionável, dado seu alheamento em relação à realidade do povo húngaro e da própria militância do partido, após “15 anos de prisão e cinco em Moscou” (Ibid.). Na verdade, esta era a situação da maior parte dos dirigentes do partido após a libertação: a cúpula foi reconstituída pelo critério da fidelidade ao Kremlin.

Logo após a libertação, implementaram-se diversas reformas estruturais importantes, a exemplo da reforma agrária, estatização da indústria, melhoria dos serviços públicos e do nível de vida da população, em geral, sob um governo de coalizão constituído por uma eleição em que os comunistas não obtiveram maioria (17%, contra 17% dos socialistas e 56% do partido dos pequenos proprietários), mas cujo protagonismo, no processo doravante instaurado, foi inegável. Isso por dois motivos: por um lado, pelo intensivo trabalho social voluntário, com forte senso de

²⁸ Fryer define o terror branco como a “repressão organizada e sistemática, feita por uma ditadura burguesa contra seus oponentes revolucionários” (p. 90), para distinguir da revolta popular que, ainda que se manifestasse contra os russos e especialmente contra a AVH, com grande afã vingativo, estava longe de poder ser assim qualificada; durante o regime de Horthy tal terror era perpetrado por oficiais do exército, que mataram e torturaram milhares de comunistas e judeus.

responsabilidade nacional, dos militantes de base do partido (Fryer se referirá recorrentemente a eles como “os comunistas honestos”, progressivamente marginalizados pela ascensão dos burocratas carreiristas); por outro, num sentido negativo, por conta daquilo que Rákosi celebrou, num discurso de 1952 à Academia do Partido como a “tática de salame” operada pelo partido comunista, que consistiu em, mesmo com a minoria, manter posições-chave no governo, reivindicando o Ministério do Interior e organizando a polícia política, por meio da qual progressivamente (“fatia por fatia”) foram sendo perseguidos e afastados do governo os membros do partido dos pequenos proprietários (tidos como os representantes do “inimigo”, da reação); o Partido Socialista foi absorvido, numa fusão forçada (que levou à formação do Partido dos Trabalhadores Húngaros) coroada pela tomada, com manobras militares, do Ministério da Defesa. Assim se consolidou na Hungria a “revolução pelo alto”, com métodos policialescos. Nas palavras de Rákosi, citadas por Fryer:

Havia uma única posição cujo controle foi reivindicado, desde o primeiro minuto, pelo nosso partido, o qual não estava inclinado a considerar qualquer distribuição de postos de acordo com a força dos partidos na coligação; e essa era a Autoridade de Segurança do Estado... Mantivemos essa organização em nossas mãos desde o primeiro dia de seu estabelecimento. (FRYER, 2006, p. 52)

Assim consolidado, após 1948, o regime passa a uma ditadura feroz, marcada pelos espetaculares processos políticos internos a que já se fez referência acima, sendo o mais emblemático o de Rajk. Como já mencionamos, a razão geopolítica fundamental para estes processos foi a reação à Doutrina Truman e à saída da Iugoslávia do Pacto de Varsóvia. A ideia “titista” de uma via nacional própria ao socialismo, independente da tutela de Moscou, assustava a direção stalinista; a burocracia húngara, que conseguira então estabelecer um forte controle sobre a nação, fez-se linha de frente do combate indireto a Tito, por meio das acusações de “conspiração imperialista” – membros do partido eram presos e executados arbitrariamente para forjar “argumentos” contra a ameaça do exemplo iugoslavo.

A ditadura rákosista tornou-se a menina dos olhos da URSS na Europa Central, e Rákosi fazia jus ao epíteto auto-conferido de “melhor discípulo de Stálin”. Os anos de 1948-1953 assistiram a uma total subordinação da Hungria à Rússia em todas as áreas da cultura, subordinação garantida por férrea opressão ideológica e duro controle político-econômico, que levou a uma rápida deterioração das

condições materiais de vida do povo, com a superexploração de operários e camponeses, e uma queda brusca do nível cultural e educacional.

Nada disso seria possível sem o terror instaurado pela AVH, que sufocava qualquer mínima oposição e mantinha o país num clima de paranoia constante. Aqui vale citar mais longamente a forma como Fryer a descreve, e a responsabilidade que lhe atribui (ou antes, responsabilidade dos dirigentes do partido que dela se serviam para manter seu jugo burocrático):

A AVH. Os opressores de todo um povo, incluindo o Partido Comunista. Moldada e treinada no estabelecido padrão stalinista, completamente carente de entendimento político e de simples humanidade, culpada dos crimes mais indescritíveis. Na Legação britânica em Budapeste, conheci um austríaco, um homem magro e de bochechas chupadas, que buscava refúgio, o qual foi recusado por não ser britânico; e que depois desabou no saguão de entrada por um ataque cardíaco. Ele estava conosco durante o bombardeio. Ele não era um homem amargo, apesar de seus anos nas mãos da polícia secreta soviética e depois da AVH. Ele não tinha nenhum ressentimento particular contra os monstros que o haviam torturado; estava muito doente e velho demais para ter a energia do ódio. Ele nos mostrou seu corpo. Os russos haviam simplesmente colado lã de algodão em seu braço e incendiado. Mas os homens húngaros da AVH, a quem foi entregue por eles, prenderam seus genitais a uma mesa e o açoitaram.

A AVH. Você se pergunta sobre os homens e mulheres trabalhadores que não só atiraram nos homens da AVH se os avistassem em Budapeste, não apenas os amarraram, mas também cuspiram em desprezo e repugnaram seus corpos enquanto balançavam a cabeça para baixo? Linchar é errado, a justiça popular é errada, terrivelmente errada, seja qual for a provocação. Mas como cada prisioneiro político foi liberado das celas para acrescentar sua história à acusação, poderia se esperar que os cidadãos de Budapeste limitariam sua raiva a resoluções piedosas de protesto? E se alguns deles, em Budapeste, mas não nas províncias, foram mais longe e procuraram funcionários do Partido Comunista para descarregar seu ódio, como fizeram alguns deles, então quem é o responsável? Não foram necessários emigrados treinados pelos americanos, ou o cardeal Mindszenty, para inflamar o povo. Rákosi, Farkas e Gerö já os tinham inflamado, e Rákosi, Farkas e Gerö são tão culpados pelo assassinato de oficiais comunistas na sede do Partido em Budapeste nas mãos de uma turba vingativa como eles são culpados do assassinato de Rajk.

A AVH. Havia câmaras de tortura ao estilo da Gestapo com chicotes, forcas e instrumentos para esmagar os membros das pessoas. Havia minúsculas celas de castigo. Havia pilhas de cartas do exterior, interceptadas para censura. Havia baterias de gravadores para grampear conversas telefônicas. Havia prostitutas mantidas como espiãs da polícia e *agents provocateurs*. E os jovens brutos que compunham esse braço forte do Estado democrático do povo recebiam – de acordo com documentos encontrados em seus

cadáveres – de 3.000 a 4.000 forints por mês como soldados, 9.000 a 12.000 como oficiais: três a doze vezes o salário médio. Além de luxuosos apartamentos, enquanto milhares em Budapeste viviam apertados em favelas e porões. (FRYER, 2006, pp. 55-6)

Como se vê no texto acima, na avaliação de Fryer, a repressão sistemática, com os métodos mais desumanos, da AVH, utilizada como elemento central de sustentação do regime, pela neutralização da possibilidade de oposição, é o ponto nodal para que os protestos na Hungria por melhores condições de vida e liberdade se voltassem diretamente contra o governo, especialmente contra os agentes da brutalidade repressiva. Como mencionado anteriormente, no exemplo da manifestação em Magyaróvár, as duas palavras de ordem fundamentais do movimento, nacionalmente, passaram a ser o “fim da ocupação russa” e a “abolição da AVH”.²⁹

Os pequenos acenos liberalizantes após a morte de Stalin, refletidos em reconfigurações superficiais da direção política (como já mencionado no item anterior), não representaram nenhum avanço democrático real, nem foram capazes de melhorar o nível de vida da população, nem reduziram a opressão ideológica. Entre 1953 e 1956 a oposição à irracionalidade despótica do regime foi crescendo principalmente entre os intelectuais, mas foi ganhando reverberações também cada vez maiores no sentimento generalizado de indignação do povo. Depois do XX Congresso, em fevereiro, crescem as agitações e expectativas pela queda de Rákosi, e a resistência cultural se transformam numa ofensiva dos intelectuais, que passam a denunciar abertamente o regime nos debates do Círculo Petöfi, debates que duravam noites inteiras e eram acompanhados por milhares, que “transbordavam até a rua” (FRYER, 2006, p. 57). O clima de tensão traz alguns resultados políticos: após uma reunião do comitê central da qual participa Mikoyan, em meados de julho, Rákosi renuncia, Farkas é expulso do partido (como “principal responsável pelas ‘violações da legalidade socialista’”) e “dois homens que haviam passado períodos na prisão como ‘titistas’ e tinham sido depois reabilitados foram postos no Bureau político: Kádár e Marosán” (FRYER, 2006, p. 58).

Mas que a mudança foi essencialmente uma concessão ficou demonstrado por três fatos: o novo primeiro secretário foi Ernő Gerő, um stalinista; Imre Nagy, que o povo e os membros honestos do

²⁹ Discutiremos mais à frente o sentido e as causas da substituição do programa de 16 reivindicações, levantado no início do processo (na manifestação de 23 de outubro) para esse “programa mínimo” contra a repressão.

Partido queriam de volta à liderança nem sequer foi readmitido no Partido; e Rákosi manteve ainda um poder considerável.

Tais concessões políticas superficiais não eram mais suficientes para conter a insatisfação. O exemplo polonês, então, foi apenas o estopim para que a efervescência que se gestava nos últimos anos e se acirrara nos últimos meses explodisse numa massiva manifestação pública, em 23 de outubro de 1956, em Budapeste, convocada pelo Círculo Petöfi e pela nova organização independente da juventude, a MEFESz. Tal manifestação³⁰ fora convocada em apoio à vitória polonesa sobre a tentativa de intervenção política soviética, que trouxera esperanças de recomposição da autonomia nacional na condução do regime e da liberdade de ação independente dos trabalhadores nos sindicatos. Mas não era apenas reação espontânea aos eventos dos países vizinhos, o que é atestado pelo fato de que tinha um programa de 16 pontos³¹, forjado ao longo dos últimos meses de debates do Círculo Petöfi.

Os manifestantes marchavam e se reuniam em vários pontos da cidade; aos estudantes se reuniam inúmeros operários. O ministério do Interior tenta proibir a manifestação, mas logo volta atrás³². Nagy discursa com “palavras cautelosas” (ibid.) diante do Parlamento. Erno Gerö, que assumira o lugar de Rákosi como primeiro-secretário não tem a mesma cautela, e seu aguardado discurso na rádio “derrama óleo nas chamas”, ao tachar agressivamente o movimento de contrarrevolucionário – deixando claro “que nada mudaria”, que as reivindicações não seriam atendidas. Se isso não estava claro o bastante, seria confirmado, da pior maneira, logo depois:

as multidões, que se reuniram do lado de fora da estação de rádio para pedir que as demandas dos estudantes fossem transmitidas, foram baleadas por homens da AVH, 300 dos quais estavam no prédio. Isto foi, sem dúvida, a faísca que transformou manifestações pacíficas (...) numa revolução. (...)

Depois que os homens da AVH atiraram na multidão, o sentimento reprimido explodiu. As notícias do tiroteio varreram a cidade como um

³⁰ Como Fryer só chegou à Hungria no dia 27 de outubro, seu relato dos quatro primeiros dias do movimento serve-se principalmente dos depoimentos de Charles Coutts, respeitado militante do Partido Comunista Britânico e “editor inglês do World Youth” (FRYER, 2006, p. 60). Sua entrevista com ele foi publicada mediante grandes censuras (“um total de 455 palavras de Coutts foram omitidas”) (FRYER, 2006, p. 65).

³¹ v. adiante, p. 70.

³² O que teve, segundo Broué (FRYER, 2006, p. 113) “um efeito chocante. Toda a população sentiu as vacilações dos líderes e interpretou a decisão final das autoridades como uma capitulação contra a força do movimento. Toda Budapeste está na rua”.

incêndio e logo o povo estava armado e envolvido em batalhas de rua contra a AVH. Suas exigências agora se cristalizaram em dois pontos: a abolição do AVH e a retirada das tropas soviéticas.

Fryer insiste, em seu relato, em apontar os “erros” dos dirigentes que levaram à deflagração da insurreição e sua generalização. Os dois primeiros “erros” são o discurso de Gerö e o abrir-fogo da AVH sobre a multidão diante da rádio. O terceiro foi a decisão de pedir a intervenção das tropas soviéticas, “invocando uma cláusula inexistente do Pacto de Varsóvia” (FRYER, 2006, p. 63), pedido que foi feito “em nome de Imre Nagy, como seu primeiro ato ao tomar posse como primeiro-ministro”, mas logo depois provou-se ter sido feito, “na realidade, por Gerö e Hegedüs”. Segundo Fryer, “A primeira intervenção soviética deu ao movimento popular exatamente o ímpeto necessário para lhe dar unidade, violência e extensão a toda nação” (ibid.). Essa narrativa da tragédia por “erros” pede, como contraparte, uma especulação sobre que soluções administrativas teriam sido “corretas” para conter pacificamente o movimento e dar-lhe uma solução de consenso. Por muitas vezes no texto tal solução aparece associada – tanto para Fryer quanto para alguns interlocutores húngaros a que faz referência, anonimamente, no texto (v. p. 59) –, à ideia de uma “verdadeira Frente Popular”. Falhando em fazer a leitura correta da situação e as devidas concessões em seu devido tempo, a burocracia preparara a tragédia. No entanto, é de se questionar se seria possível uma resposta diferente, considerando a ameaça que o movimento representava, tanto em suas reivindicações quanto em seus métodos de organização, ao poder da burocracia. É de se questionar, também, a validade de conceitos como o de Frente Popular, forjado como concepção defensiva de uma aliança com “setores progressistas” da burguesia nacional, à situação da Hungria. Tais formulações mostram como Fryer ainda estava então aferrado às concepções stalinistas da transição socialista, mesmo que a critique duramente; o autor ainda alimenta expectativas de reforma por dentro do regime, e sua insistência nos erros de direção denota a relutância em reconhecer o caráter consequente e necessariamente contrarrevolucionário da burocracia (BROUÉ, 2006, p. 186) – no que residia por sua vez a necessidade da revolução. Ora, se isso não podia ser concebido de antemão por Fryer, por sua experiência de militância restrita a um partido alinhado com o stalinismo, igualmente não poderia sê-lo pelos revolucionários húngaros. Por isso não houve uma conspiração revolucionária e uma direção da revolução por um partido operário, como gostariam os trotskistas (v. BROUÉ e NAGY), mas o programa da revolução

se fez na prática e foi muito além do que se podia prever. Se nisso reside a virtude ou a fraqueza da revolução húngara, é outra questão.

Fato é que o governo foi recomposto, com Imre Nagy à frente, mas ainda totalmente controlado pelos stalinistas Gerö e Hegedüs, as tropas soviéticas foram convocadas à intervenção e os confrontos contra a AVH – dos quais participavam já boa parte do Exército Popular e mesmo setores da polícia comum, ambos contribuindo com o armamento do povo (além da tomada, pelos operários, de arsenais das fábricas de defesa) (ibid.) – se generalizam como resistência nacional à invasão soviética, já no dia 24 de outubro. Fryer ouve relatos e presencia alguns momentos de fraternidade entre soldados soviéticos (que em geral não sabiam o que faziam ali, além de que “lutavam contra fascistas”) e os insurretos, mas tanto a propaganda soviética quanto as provocações da AVH tratavam de garantir que isso não ocorresse (FRYER, 2006, p. 64), atizando os conflitos entre o povo as tropas (talvez para garantir que os tanques se mantivessem a seu lado).

A força dos conselhos revolucionários (por vezes denominados “comitês nacionais”, com o mesmo sentido) foi constatada por Fryer em sua passagem por Győr, num desvio a caminho de Budapeste. Além de presenciar o vivo ambiente de debates permanentes e divisão de trabalhos, a agitação e a função dos dirigentes de manter a tranquilidade e a organização, o fato de serem, os dirigentes, pessoas comuns e/ou militantes afastados da vida política pelos anos de opressão burocrática, “alguns destes comunistas que finalmente tinham encontrado a revolução de seus sonhos, alguns destes socialistas, muitos deles indiferentes a distinções políticas, já que toda a Hungria estava agora unida em torno de duas exigências simples que até mesmo as crianças de seis anos gritavam” (FRYER, 2006, p. 68). Delegações de jovens a todo momento queriam ir a Budapeste, eram reivindicados caminhões para organizar uma “grande marcha” para a capital, onde continuava a luta contra as tropas soviéticas – mas também de onde chegavam notícias de que as tropas soviéticas retirariam-se em questão de dias, e os dirigentes tratavam de dissuadir e acalmar as delegações, argumentando que “a convergência, em Budapeste, de jovens com rifles e fuzis prejudicaria as delicadas negociações de Nagy” e que “os caminhões disponíveis destinavam-se a levar alimentos ao povo de Budapeste” (FRYER, 2006, p. 69). Aí também Fryer vê as primeiras pequenas manifestações de ideias que podem ser vistas como contrarrevolucionárias, que partiam de grupos que questionavam a “transigência”

dos membros do conselho de Győr com o governo (o que foi notado em alguns discursos numa manifestação de católicos e numa conversa com um jovem exaltado). Mas “a maioria dos cidadãos de Győr parecia apoiar solidamente ao comitê que tinham eleito entre os operários das fábricas” (FRYER, 2006, p. 70). A organização do comitê fora até capaz de negociar a paz com as tropas soviéticas que acampavam ali perto, provendo-lhes alimentos, de modo que toda a unidade regional do Exército Popular foi para Budapeste, e os russos nada faziam, sequer se aproximavam da cidade. A eficiência da solidariedade impressionava o comunista britânico, que aqui antecipa suas conclusões sobre o caráter e o poder dos conselhos:

Em sua origem espontânea, em sua composição, em seu senso de responsabilidade, em sua organização eficiente de suprimentos alimentares e de ordem civil, na contenção que exerceram sobre os elementos mais selvagens entre os jovens, na sabedoria com a qual tantos deles lidaram com o problema das tropas soviéticas e, não menos importante, em sua notável semelhança, em tantos pontos, com os soviets ou conselhos operários, camponeses e soldados que surgiram na Rússia na revolução de 1905 e novamente em fevereiro de 1917, os comitês, cuja rede se estendia por toda a Hungria, eram notavelmente uniformes. Eles eram ao mesmo tempo órgãos de insurreição – a reunião de delegados eleitos por fábricas e universidades, minas e unidades do Exército – e órgãos de autogoverno popular, em que o povo armado confiava. Como tal, eles desfrutaram de uma tremenda autoridade, e não é exagero dizer que, até o ataque soviético de 4 de novembro, o real poder no país estava em suas mãos. (FRYER, 2006, pp. 67-8)

Continuando sua viagem, antes de chegar a Budapeste, Fryer ainda passa por Babólna, onde havia a “mais importante fazenda modelo da Hungria” (FRYER, 2006, p. 73). Segundo ele, “o que estava acontecendo ali “era uma amostra de toda a revolução” (FRYER, 2006, p. 72). A cooperativa imposta pelo governo fora dissolvida, e seu diretor, um “ferreiro, designado pelo partido, que nada sabia sobre criação de cavalos ou agricultura” (FRYER, 2006, p. 74), expulso, no dia da chegada de Fryer. Então, na manhã seguinte, ele presencia a reunião do conselho de trabalhadores em que seria eleito o novo comitê diretor da fazenda estatal; a abertura dos arquivos, confidenciais dos trabalhadores da cooperativa, que além de suas fichas profissionais continham inúmeras informações relativas à “honestidade política” dos trabalhadores; viu as dificuldades e as animadas esperanças desencadeadas pela instauração desse processo de democracia direta, e acompanhou por um tempo os debates do conselho, que iam das pequenas

questões do cotidiano, como a de se “seguiriam usando o corrompido vocábulo *elvtárs* ('camarada')?” (FRYER, 2006, p. 76), passando pelas relações entre o conselho e a nova direção da fazenda, organização da distribuição da produção e solidariedade com Budapeste, até as questões da política nacional, dos rumos da revolução e do governo. Pergunta-se (FRYER, 2006, p. 77):

onde exatamente estava o "Terror Branco" em Bábolna? Onde estava a "contra-revolução"? Onde estavam os "reacionários"? Onde estavam os "horthystas"? Onde estava "o terrível espectro da besta fascista" que, de acordo com o discurso de D. T. Shepilov na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de novembro, "ressurgiu sobre os campos pacíficos da Hungria"? O que os trabalhadores de Bábolna fizeram para justificar a intervenção estrangeira?

Chega a Budapeste no dia 31 de outubro, em meio a inúmeros funerais e às notícias de que findara o confronto entre russos e húngaros e que “começava a evacuação das tropas soviéticas”. Imre Nagy proclamava a revolução vitoriosa; partidos renasciam, inclusive “um novo Partido Comunista, o Partido dos Trabalhadores Socialistas Húngaros, cujas fileiras” anunciava Kádár, “estariam fechadas aos responsáveis pelos crimes do passado” (FRYER, 2006, p. 78). Neste mesmo dia começa a crise do canal de Suez, com o bombardeio britânico criticado por Eisenhower.

Nesse momento, o poder efetivo na Hungria dividia-se entre o governo de Nagy, que contava com o apoio do povo, porque refletia sua vontade – e o próprio povo armado, representado e liderado por seus comitês nacionais. Era um poder dual. (FRYER, 2006, p. 79)

Cresce a articulação dos conselhos, que se reúnem em Győr; em Budapeste, são vasculhados os quartéis gerais e os porões da AVH, de onde são libertos muitos presos políticos (“cinco mil e quinhentos”, FRYER, 2006, p. 81), torturados por anos, vários já dados como mortos, debilitados física e mentalmente. Nos três dias de liberdade que antecedem a segunda intervenção soviética, pratica-se intensamente a democracia, com grande “fervor” e “alegria”. Diversos partidos continuam a ser reorganizados, uma nova federação de sindicatos; Fryer se impressiona em especial com a explosão de novos jornais, “com editores independentes, choques de opinião, apaixonadas polêmicas, comentários incisivos e, sobretudo, notícias” (p. 82). Chega a se comprometer a colaborar com a organização de um periódico em inglês, “que daria ao mundo as ideias dos

revolucionários” (FRYER, 2006, p. 83), o que não pôde ser realizado pois, no dia seguinte, “os canhões russos estavam destruindo Budapeste”.

Apesar dos rumores sobre a preparação de uma nova invasão (movimentos de tropas, adaptação da bitela dos trilhos de trem para desembarque direto de reforços), ninguém parecia acreditar que ela ocorreria. No sábado, dia 3 de outubro, o governo Nagy faz uma conferência de imprensa no Parlamento, na qual transpareciam “grandes esperanças”, por parte dos representantes do governo, de que as negociações com os soviéticos levariam ao “alívio das tensões”. Zoltán Tildy, Ministro de Estado do novo governo e ex-presidente da república (entre 1946 e 1948) afirmou (FRYER, 2006, p. 84):

Eu acredito que é humanamente impossível que tal tragédia possa acontecer. Seria trágico do ponto de vista do povo húngaro, do ponto de vista do povo soviético, do ponto de vista de todo o mundo. É por isso que acredito que nunca acontecerá.

Porém,

Três horas depois, os delegados do governo húngaro às negociações foram presos pelas autoridades soviéticas. Antes do amanhecer da manhã seguinte, fomos despertados pelo trovão dos canhões soviéticos bombardeando a cidade a partir da Colina Gellért e das outras colinas de Buda. O “humanamente impossível” tinha acontecido. A tragédia havia se deslocado inexoravelmente até o clímax. A estátua de Stalin pode ter sido derrubada de seu plinto com lamparinas e cabos de aço, e quebrada em dez mil fragmentos de bronze como *souvenirs*. Mas o stalinismo, vingativo, cruel e implacável, tinha retornado a Budapeste. (FRYER, 2006, p. 85)

Para concluir seu relato, antes de narrar a catástrofe da segunda intervenção soviética, Fryer discute os argumentos dos que defendem a “amarga necessidade” da segunda intervenção soviética, argumentos baseados na suposta presença da “direita”, da “reação” ou da “contrarrevolução” seja no governo, seja no movimento (presença que o governo não conseguiria enfrentar). Fryer demonstra basicamente que os elementos mais à direita da vida política no contexto da revolução (como o Partido dos Pequenos Proprietários, o Partido Petöfi ou mesmo o Cardeal Mindszenty, tido por alguns como símbolo da presença da agitação reacionária, mas que em seu famoso discurso de 3 de novembro dizia que “queremos uma sociedade sem classes”) estavam longe de querer a restauração do capitalismo; e que, se havia de fato alguma movimentação de grupos contrarrevolucionários,

o perigo da contra-revolução não é a mesma coisa que o sucesso da contra-revolução. E entre os dois há uma barreira poderosa e significativa, na qual eu estava preparado para depositar minha confiança: a vontade do povo húngaro de não retornar ao capitalismo. (...) E lembre-se de que essas pessoas que queriam manter o socialismo e aperfeiçoá-lo tinham armas em suas mãos; eles eram trabalhadores armados, camponeses armados, estudantes armados, soldados armados. Eles tinham armas, tanques e munição. Eles tinham uma moral esplêndida. Eles eram mais do que capazes de enfrentar qualquer *putsch*, se alguém o tivesse tentado. Mas eles nunca tiveram a chance de provar isso. (FRYER, 2006, p. 88)

De todo modo Fryer conclui que, a despeito de quaisquer argumentos, a intervenção era injustificável, evocando os princípios antiimperialistas do socialismo:

A agressão soviética contra a Hungria não foi meramente imoral e criminoso do ponto de vista do povo húngaro. Foi uma violação clara e flagrante do que Lênin chamou de "princípio socialista elementar... ao qual Marx sempre foi fiel, a saber, que nenhuma nação pode ser livre se oprimir outras nações". Viu-se, a 4 de novembro de 1956, os líderes da União Soviética desafiarem a advertência de Lênin para nunca "deslizar, mesmo em futilidades, para as relações imperialistas com as nacionalidades oprimidas, assim comprometendo inteiramente todo o nosso princípio de sinceridade, nosso princípio de defesa da luta contra o imperialismo". (FRYER, 2006, p. 93)

O dramático relato que se segue, do massacrante bombardeio ininterrupto de Budapeste por seis dias e da heróica e desesperada resistência de guerrilha urbana que ainda se manteve, corresponde à reprodução integral do informe feito por Fryer no dia 11 de novembro, já de Viena, por telefone. Segundo ele, o informe nem é mostrado, pelo editor, ao diretor do *Daily Worker*. Com isso, Fryer decide renunciar a seu cargo no jornal, mas não se desliga de imediato do Partido Comunista; suas perspectivas e considerações finais ao relato são surpreendentes, precisamente por isso: a um só tempo, o jornalista britânico tece as mais duras críticas ao stalinismo em geral, à opressão soviética (já qualificada de imperialista, como visto na citação acima), e à própria direção de seu partido, na Inglaterra, e, por outro lado, segue reivindicando a causa do socialismo defendendo a unidade, a necessidade do Partido, expressando a fé de que as lições da tragédia húngara, cuja verdade começava a aparecer em publicações em toda a Europa, levaria a uma grande transformação nas direções dos partidos comunistas. Fryer diz que: "a real razão da minha suspensão é que os líderes do Partido Comunista têm medo da verdade. Felizmente eles não têm uma AVH para ajudá-los a suprimi-la"; que se o partido estava desacreditado era "pela desonestidade política e erros de seus

dirigentes” que “deixaram de ser comunistas”. E continua (FRYER, 2006, pp. 101-2):

Sua aprovação cega e vergonhosa da intervenção soviética mostrou que eles são incapazes de liderar por mais tempo. Eles estão claramente preparados para destruir o Partido como uma força política, ao invés de permitir a livre discussão de seus erros. Quanto mais cedo forem varridos, melhor. E eu não duvido de que eles serão varridos, uma vez que os honestos membros do Partido percebem quão vergonhosamente ouviram mentiras e foram enganados.

E conclui que “todo o futuro do movimento comunista mundial depende de pôr fim ao stalinismo” (p. 103). Impressiona a contundência, mas também o otimismo de tais predições, que evidentemente não se confirmaram. A esperada desestalinização ainda demorou mais de três décadas, e só pôde ocorrer no sentido da progressiva restauração capitalista, ainda que a luta pela democratização dentro do quadro de referência da transição socialista, no interior dos países do bloco e nas democracias populares tenha persistido, sob múltiplas formas, com alguns novos momentos de ápice (como a primavera de Praga, em 1968 e as greves operárias na Polônia no fim dos anos 1970 que culminaram com a formação do *Solidarność*). As direções stalinistas não foram substituídas por novas direções revolucionárias nos partidos da classe trabalhadora, mas o que se intensificou a partir de 1956 foram as cisões em organizações, numa verdadeira diáspora política dos comunistas. O próprio Fryer ingressa, pouco depois, na organização trotskista *The club*, de Gerry Healy (o qual dera também bastante atenção aos informes de Fryer e aos acontecimentos da Hungria, publicando também em novembro de 1956 um texto de análise do processo³³, e com ele funda a *Socialist Labour League*, da qual, segundo Presumey, ele “saiu em alta velocidade, chamando-a uma seita paranoica”³⁴.

A aproximação de Fryer aos trotskistas era um movimento natural, dada sua ferrenha oposição ao stalinismo. No entanto, as análises que esboça naquele momento são muito diferentes das que fazem os trotskistas: a crítica de Fryer tem um caráter marcadamente ético, humanista, que expressa uma revolta justa contra a barbárie stalinista mas não compreende ainda sua necessidade interna, não atinge a razão do diagnosticado “imperialismo” praticado pela União Soviética, nem reconhece a profundidade irreversível da “deformação” stalinista; ao contrário, insiste na possibilidade de uma democratização por meio de concessões da

³³ Texto disponível em: <http://www.aworldtowin.net/resources/Hungary56.html>

³⁴ “Ele se juntou à organização-irmã da OCI na Grã-Bretanha, a futura Liga Trabalhista Socialista de Gerry Healy, e depois fugiu a passos largos, chamando-a de seita paranoica.” (texto citado, disp. online)

burocracia, crê na capacidade de autorreforma positiva das direções dos partidos e dos Estados ditos socialistas, e assim narra a revolução – ainda que como “heroica luta de todo um povo por independência e liberdade” – também como uma tragédia que poderia ser evitada se os dirigentes não cometessem tantos erros na condução política. Como veremos adiante, os trotskistas, apoiados nas teses de Trotsky em *A Revolução Traída* e no *Programa de Transição*, tinham já como *premissas* o caráter necessariamente contrarrevolucionário do “Estado operário burocraticamente degenerado” e a necessidade de uma “revolução política” para, tomando o poder dos burocratas e colocando em seu lugar uma direção autenticamente proletária, retomar o sentido adequado da transição socialista. De certo modo, tomaram então a “tragédia húngara” como confirmação de tais premissas proféticas.

2.3. Broué: decifração militante

O relato de Peter Fryer é uma leitura fundamental para compreender a revolução húngara precisamente por seu caráter de testemunho vivo de um jornalista militante que presenciou momentos cruciais, em diversos pontos do país, conversando diretamente com muitos militantes e combatentes, e tentando construir seu ponto de vista independente contra as orientações, a censura e as ameaças de seu próprio partido. Entretanto, justamente por esse caráter um tanto autobiográfico, de crônica, os acontecimentos e forças envolvidas no processo não são esmiuçados analiticamente, nem os eventos organizados linearmente no texto. Pierre Broué, acompanhando os informes de Fryer e depreendendo de outras fontes aspectos complementares dos fatos, escreve, sob o pseudônimo de François Manuel, um longo “panfleto” intitulado “*La révolution hongroise des conseils ouvriers*”, publicado por sua organização (então conhecida apenas como *grupo Lambert*, mais tarde se chamaria *Organisation Communiste Internationaliste*). O texto traz uma impressionante sistematização dos acontecimentos e uma análise cuidadosa da composição social, do caráter e do programa das diferentes forças atuantes na revolução, dos vários conselhos ao exército e até aos setores de direita: Broué reúne rapidamente muitas informações de diversas fontes e traça perfis de todos esses agentes, bem como balanços críticos e perspectivas tendenciais do processo, acompanhando notícias que vão até o início de janeiro de 1957 (portanto vai um pouco além de Fryer, analisando a persistência da greve geral e a formação do

conselho operário central, que só ocorre após a segunda intervenção soviética). A despeito do impressionante trabalho historiográfico consolidado neste texto, é também patente seu caráter efetivamente panfletário, além de um direcionamento um tanto sectário da análise a polêmicas internas do movimento trotskista, da IV Internacional, que tivera uma grande cisão em 1952.

Serviremo-nos de tal caráter sistemático para recapitular, e organizar o quadro que tentamos compor até aqui – para isso achamos conveniente reproduzir aqui a sucinta porém detalhada “cronologia” organizada por Broué ao fim de seu texto (v. abaixo, p. 70); serviremo-nos, por outro lado, de seu caráter polêmico e panfletário por ser exemplo privilegiado das análises trotskistas (apesar das grandes divergências verificáveis entre as organizações que reivindicavam tal herança, alguns pontos fundamentais da caracterização da burocracia soviética e dos regimes do leste europeu são comuns a todas elas, salvo nuances interpretativas).

Tomando como fonte, além dos informes de Fryer ao *Daily Worker*, diversos jornais convencionais (corporativos, não partidários), europeus e norte-americanos, dando atenção privilegiada aos depoimentos dos próprios revolucionários que encontrava citados nestes veículos (ou seja, mantendo a preocupação de constituir uma história *de baixo*), Broué é capaz de fazer uma reconstituição dos processos com uma riqueza de detalhes difícil de ser atingida por um relato de impressões pessoais, *de dentro*, como o de Fryer (por mais bem informado e articulado que fosse), e uma maior ênfase nos elementos organizativos, que fazem a narrativa destoar um pouco da frequente idealização de um processo puramente espontâneo. Assim, o autor dá maior destaque a importantes antecedentes imediatos (pp. 108-9): dia 21 de outubro ocorrera uma reunião em Győr, cidade industrial que logo se tornará polo articulador dos conselhos operários de província, em que as duras críticas de militantes comunistas de oposição ligados ao Círculo Petöfi (em especial Gyula Háy) são aclamadas por dois mil operários. No dia seguinte, acontece um grande encontro de estudantes, culminação de reuniões estudantis que se deram nos últimos dias, em que se ouvem relatos de jovens poloneses em apoio a Gomulka, e aprova-se o programa de reivindicações democráticas (os famosos 16 pontos, v. abaixo) que dá a unidade inicial do movimento.

O ímpeto inicial do movimento expressa, pois, tanto a “inquietação pelo internacionalismo proletário”, na solidariedade à Polônia, quanto a constatação definitiva da necessidade urgente de mudanças na direção do país e no aparato do

partido. O núcleo deste programa inicial (independência, democracia, melhores condições de trabalho nas fábricas e no campo e liberdade de organização, bem como abandono dos símbolos soviéticos em favor dos nacionais) será mantido, seja por sua efetivação na prática da luta, seja nos programas formulados posteriormente pelos conselhos operários e de soldados. O abandono de algumas de suas formulações positivas, que cedem lugar a uma ênfase maior no combate à repressão (como frisado por Fryer, as duas palavras de ordem centrais passam logo a ser “fim da AVH” e “fora tropas russas”), não representa de modo algum um relaxamento do programa, mas antes uma radicalização: no decorrer dos enfrentamentos, caem por terra as ilusões de mudança por meio de uma “renovação” dos quadros dirigentes que empreendessem algumas “reformas”, e a reivindicação passa a ser de integração da representação dos conselhos ao governo; ou seja, o “enxugamento” do programa está relacionado diretamente à instauração efetiva da dualidade de poder, que nascera da evidência de que o governo não seria capaz de resolver por si os impasses da subserviência a Moscou. Tomando nas próprias mãos tanto a tarefa da resistência quanto todos os demais aspectos da organização da vida, o movimento não tinha mais nada que pedir além de que se retirassem as forças da repressão, para que o país se reorganizasse de modo autônomo, sobre a base de uma autêntica democracia socialista – já em plena atividade, na figura dos conselhos operários e comitês revolucionários.

(Conforme mencionado, abaixo reproduzimos a cronologia feita por Broué, e o programa de 16 pontos, reproduzido em SEBESTYEN, 2006):

Cronologia (Hungria, 1956)

17 de março: primeiros debates do Círculo Petöfi em Budapeste.

19 de junho: Julia Rajk no Círculo Petöfi.

27-30 de junho: debate no Círculo Petöfi sobre a liberdade de imprensa. Discurso de Tibor Déry. Tibor Déry é excluído do partido.

28-29 de junho: na Polônia: greve e manifestação em Poznan.

18 de julho: Rákosi, afastado, é substituído por Gerö.

agosto: incidentes nas fábricas de Csepel.

6 de outubro: manifestação multitudinária em Budapeste pela reabilitação de Rajk.

14 de outubro: Imre Nagy reintegrado ao partido.

16 de outubro: em Varsóvia, Gomulka é convidado ao CC.

19-21 de outubro: VIII pleno do CC do POUP em Varsóvia. Delegação soviética dirigida por Krushev. Grande encontro na Universidade Politécnica. Comunicado comum russo-polonês: o marechal russo Rokossovski deixa o Politburo polonês. Gomulka primeiro-secretário.

20 de outubro: os estudantes de Szeged reconstituem a MEFESZ, organização independente da juventude dissolvida em 1950.

22 de outubro: resolução do Círculo Petöfi. Reuniões nas universidades. Os estudantes da Universidade Politécnica decidem uma manifestação de solidariedade à Polônia e o envio de delegações às fábricas.

23 de outubro: 10.000 manifestantes nas ruas de Budapeste. Fuzilamento em frente ao edifício da rádio. Início da insurreição.

24 de outubro: a rádio anuncia que Nagy tornou-se chefe de governo. As tropas da URSS intervêm. Batalhas de rua em Budapeste, início da insurreição nas províncias.

25 de outubro: fuzilamento na praça do Parlamento. Generalização da insurreição. Gerö é substituído por Kádár como secretário-geral do Partido.

26 de outubro: a unidade do coronel Maléter, que controla o quartel Kilian, passa para o lado dos insurgentes. Em toda parte os comitês revolucionários tomam o poder nas províncias.

27-28 de outubro: formação do segundo governo de Nagy, que começa negociações com os insurgentes. Anúncio oficial da iminente retirada das tropas soviéticas. Imre Nagy desmente ter proclamado a lei marcial e ter chamado os russos no dia 24 de outubro.

29-30 de outubro: depuração dos sindicatos. Formação de uma nova confederação sindical.

31 de outubro: afluência de tropas soviéticas. Informação sobre uma visita relâmpago de Suslov e Mikoyan. Imre Nagy protesta diante do embaixador Andropov, e proclama a neutralidade da Hungria. Formação de um novo partido, o Partido dos Trabalhadores Socialistas Húngaros, por parte de Nagy, Kádár, Lukács.

1 de novembro: o conselho operário de Borsod-Miskolc conclama à formação de um conselho revolucionário nacional.

2 de novembro: formação do terceiro governo de Nagy, com todos os partidos operários e camponeses, com exceção dos ex-rákosistas. O comitê revolucionário das forças armadas se declara pronto para lutar contra qualquer intervenção estrangeira e qualquer investida reacionária. Pál Maléter, enviado para negociar com os russos, é preso por eles.

4 de novembro: as tropas do Kremlin atacam Budapeste ao amanhecer. Nagy lança um chamado ao mundo. Kádár, desaparecido há alguns dias, anuncia que encabeça um "governo operário e camponês" que apelou aos russos. Nagy se refugia na embaixada iugoslava.

4-12 de novembro: combates em todo o país.

12 de novembro: o comitê revolucionário de Ujpest convoca à constituição de um Conselho Operário Central em Budapeste.

14 de novembro: fim dos combates. A greve geral continua. O conselho operário central da grande Budapeste se constitui, com a presidência do operário Árpád Balász.

15 de novembro: o conselho central revoga seu presidente Balász, julgado como muito conciliador em relação a Kádár. É substituído por Dévényi, de Csepel.

16 de novembro: o conselho central decide pelo retorno ao trabalho.

19 de novembro: o conselho central convoca um congresso operário nacional para o dia 21.

21 de novembro: o exército soviético impede a reunião do conselho nacional. O conselho central decide uma greve em protesto, por 48 horas.

23 de novembro: Nagy levado pela polícia soviética. O conselho central operário revoga seu presidente Dévényi também julgado como demasiado conciliador, e nomeia em seu lugar o operário de 23 anos Sándor Rácz.

30 de novembro: Kádár rechaça as reivindicações dos conselhos.

5 de dezembro: manifestação de mulheres organizada pelo conselho central.

6 de dezembro: início das prisões massivas dos membros dos conselhos operários.

9 de dezembro: o conselho central decide por uma greve geral de 48 horas contra a repressão. O governo delibera a dissolução do conselho central.

10-11 de dezembro: greve geral na Hungria.

11 de dezembro: prisão de Sándor Rácz e Sándor Báli, que tinham respondido a uma convocação de Kádár. Dissolução do comitê revolucionário dos intelectuais.

13 de dezembro: greves de protesto em Beloiannis e Csepel.

17 de dezembro: primeiras condenações à morte em Budapeste.

PROGRAMA (16 pontos MEFÉSZ)

- 1** Exigimos a evacuação imediata de todas as tropas soviéticas, em conformidade com as provisões do Tratado de Paz.
- 2** Exigimos a eleição por voto direto, sequencialmente dos cargos mais altos aos mais baixos, de todos os membros do Partido, e de novos funcionários para os escalões baixo, médio e alto do Partido dos Trabalhadores Húngaros. Esses funcionários convocarão um Congresso do Partido o mais rápido possível, para eleger um Comitê Central.
- 3** É preciso que se constitua um novo governo, sob a direção do camarada Imre Nagy, e todos os líderes criminosos da era de Stalin e de Rákosi devem ser destituídos imediatamente de seus cargos.
- 4** Exigimos um inquérito público sobre as atividades criminais de Mihály Farkas e seus cúmplices. Mátyás Rákosi, o maior responsável por todos os crimes do passado recente, assim como pela ruína de nosso país, precisa ser trazido de volta à Hungria para ser julgado perante um tribunal popular.
- 5** Exigimos que as eleições gerais, por voto secreto universal, sejam realizadas em todo o país para eleger uma Assembleia Nacional, com a participação de todos os partidos políticos. Exigimos que o direito à greve dos trabalhadores seja reconhecido.
- 6** Exigimos a revisão e o reajustamento das relações húngaro-soviéticas e húngaro-iugoslavas nos campos da política, economia e assuntos culturais em uma base de igualdade política e econômica completa e de não-interferência nos assuntos internos uns dos outros.
- 7** Exigimos a completa reorganização da vida econômica húngara, sob a direção de especialistas. Todo o sistema econômico, baseado em um sistema de planejamento, deve ser reexaminado, à luz das condições da Hungria e dos interesses vitais do povo húngaro.
- 8** Nossos acordos de comércio exterior e o total exato das reparações que nunca poderão ser pagas devem ser divulgados ao público. Exigimos informações precisas e exatas sobre os depósitos de urânio em nosso país, sobre a sua exploração e sobre as concessões aos russos nessa área. Exigimos que a Hungria tenha o direito de vender seu urânio livremente, a preços do mercado mundial, para obter moeda forte.
- 9** Exigimos a revisão completa das normas em vigor na indústria e um ajuste imediato e radical dos salários, de acordo com as exigências justas dos trabalhadores e intelectuais. Exigimos que seja reestabelecido um salário mínimo para os trabalhadores.
- 10** Exigimos que o sistema de distribuição seja organizado em uma nova base e que os produtos agrícolas sejam utilizados de uma maneira racional. Exigimos a igualdade no tratamento das fazendas individuais.
- 11** Exigimos a revisão de todos os julgamentos políticos e econômicos por tribunais independentes, assim como a libertação e a reabilitação dos inocentes. Exigimos a repatriação dos prisioneiros de guerra e civis deportados para a União Soviética, incluindo os prisioneiros condenados fora da Hungria.
- 12** Exigimos o reconhecimento total da liberdade de opinião e de expressão, da liberdade de imprensa e de rádio, assim como a criação de um novo jornal diário para a organização MEFESZ (Federação Húngara dos Estudantes Universitários e de Institutos de Educação Superior).
- 13** Exigimos que a estátua de Stálin, símbolo da tirania stalinista e da opressão política, seja removida o mais rápido possível e substituída por um monumento aos mártires que lutaram pela liberdade em 1848 e 1849.
- 14** Exigimos a substituição dos emblemas estrangeiros ao povo húngaro pelo antigo brasão húngaro de Kossuth. Exigimos novos uniformes para o exército húngaro, de acordo com nossas tradições nacionais. Exigimos que 15 de março seja declarado feriado nacional e que 6 de outubro seja um dia de luto nacional, no qual as escolas permaneçam fechadas.
- 15** Os estudantes da Universidade Tecnológica de Budapeste declaram unanimemente sua solidariedade para com os trabalhadores e estudantes de Varsóvia em seus movimentos pela independência nacional.
- 16** Os estudantes da Universidade Tecnológica de Budapeste organizarão o mais rápido possível unidades locais da organização MEFESZ. Eles decidiram convocar um Parlamento Jovem no qual toda a juventude da nação será representada por seus delegados, em Budapeste, no sábado, dia 27 de outubro.

No dia 23 de outubro, após o discurso de Gerö (que fora, segundo Broué, “torturador dos revolucionários de Barcelona” - FRYER, 2006, p. 114) – o discurso que, segundo Fryer, jogou “óleo nas chamas” –, duas coisas importantes ocorreram: parte dos manifestantes se dirigiu à estátua de Stálin, para derrubá-la, no que se tornou uma das imagens icônicas da revolução; outra parte dirigiu-se à rádio, onde se formou uma delegação de estudantes que adentrou o prédio para exigir a divulgação do programa de dezesseis reivindicações, além de um microfone aberto para discursos nas ruas. A tensão crescente com a demora dessa delegação em sair do prédio foi o que culminou no tiroteio, por parte da AVH, que por sua vez desencadeou o conflito aberto e o armamento do povo. Os jovens que haviam composto a delegação constituíram o primeiro comitê revolucionário, “centralizando as informações, a atividade dos grupos armados, a atividade dos grupos que rodeiam os soldados, difundindo os panfletos, chamando o povo a unir-se à revolução e à luta armada contra a AVH” (FRYER, 2006, p. 117). O “Comitê Revolucionário dos Estudantes em Armas”, como ficou chamado, logo se amplia, com a incorporação de soldados e operários eleitos por seus comitês de base, e terá papel central nas negociações com o governo, que nos dias seguintes esteve pressionado de um lado pela crescente força do movimento e de outro pela implacável autoridade soviética.

O Comitê Central reúne-se já na noite de 23 de outubro e decide prontamente formar um novo governo, com Imre Nagy à frente e outros comunistas ditos “liberais”, mas trata-se de um governo de fachada, rigidamente controlado por Gerö, que continua como primeiro-secretário; o próprio Nagy passa dias isolado, sem sair da sede³⁵, e a repressão é feita em seu nome. A “reforma” do governo que a burocracia está disposta a fazer é apenas uma camuflagem para a decisão de intensificação da repressão: troca-se o governo para convocar as tropas soviéticas, valendo-se do prestígio dos próprios “reformistas” (FRYER, 2006, p. 119). No dia seguinte, diversas figuras proeminentes fazem apelos na rádio para que se deponham as armas, sem efeito.

Os bairros operários são “o bastião da insurreição” (FRYER, 2006, p. 121); evidentemente, também o foco da repressão; são onde se concentram a maior parte dos confrontos. No dia 25 de outubro ocorre o fuzilamento na praça do Parlamento, em que a AVH atira provocativamente contra uma manifestação em que o povo

³⁵ Segundo Fryer, “sabia-se em Budapeste” que os comunicados de Nagy, nesses dias, eram feitos “ao menos metaforicamente, senão literalmente – com um fuzil nas costas” (p. 64).

confraternizava com alguns tanques russos, iniciando um “fogo cruzado” que deixa cerca de trezentos mortos. Diante disso, o Comitê Revolucionário faz um chamado à greve geral. A partir disso, na organização da greve, é que surgem nas províncias os conselhos operários. Já na noite de 25 de outubro, ocorre uma reunião do governo com o comitê revolucionário, que mantém o programa de reivindicações e apresenta novas condições para a deposição das armas, que incluem a participação de seus próprios dirigentes no governo provisório (FRYER, 2006, p. 126). Os conselhos operários e de soldados espalham-se e articulam-se rapidamente, e seus programas, “apesar das diferentes formulações, é notavelmente coerente” (FRYER, 2006, p. 133), ecoando as demandas fundamentais do movimento. Como ficou nítido no item anterior, pelo exemplo relatado por Fryer do modo como o conselho de Győr negociou a paz com as tropas russas acampadas no local, a atividade dos conselhos foi responsável por minar em grande parte a primeira intervenção soviética, gerando inclusive “revoltas antiburocráticas” entre os soldados. Para Broué, a resistência dos soldados soviéticos é o elemento crucial do “giro” de 28 de outubro, quando são anunciadas as primeiras mudanças significativas: “A repressão necessitava de tropas frescas, seguras também. Os russos precisavam de uma trégua” (FRYER, 2006, p. 134). Assim, Nagy aceita as reivindicações do Comitê, e anuncia que:

o governo soviético aceitou evacuar Budapeste e que se abriram negociações para a retirada de todas as tropas russas da Hungria. Nagy declara que reconhece os conselhos operários e lhes pede que colaborem com ele. Se dissolve a AVH. Se forma uma nova força armada, um Executivo Nacional, um tipo de milícia ou guarda nacional em que entrarão os revolucionários armados, operários e estudantes, junto ao antigo exército e a antiga polícia comum. (FRYER, 2006, p. 137)

É formado um novo governo, mas este ainda não seria capaz de pacificar os conselhos, ao menos antes da “partida de todas as tropas russas” (FRYER, 2006, p. 138). Dá-se um impasse a esse respeito, pois o comando russo exigia a devolução das armas por parte dos insurgentes (parte entregues, em solidariedade, por soldados rebeldes, parte tomadas em combate). Ocorrem novos confrontos na noite de 29 para 30 de outubro, e continua a greve geral; só então os russos cedem e se retiram. “Assim, em Budapeste e Hungria se conheceu o nome do coronel Maléter, oficial comunista que dirigira durante seis dias aos 1200 insurgentes, operários, estudantes, soldados, sitiados pelos russos no quartel Kilian” (FRYER, 2006, p. 139).

O coronel que passara para o lado da revolução torna-se Ministro da Defesa de Nagy; quatro dias depois, em meio às negociações que tentavam impedir a segunda intervenção, seria preso pelo exército russo.

Esse novo governo, que demonstra maior liberdade com relação ao partido e maior capacidade para negociar com os revolucionários, não representa, de acordo com Broué, uma reforma do aparato, mas exibia os primeiros sinais da necessidade de ruptura com o stalinismo, forçada pelo avanço da própria revolução. Tal ruptura é constatada pelo historiador francês na própria linguagem do jornal oficial, o *Szabad Nép*, “que responde em fortes termos às acusações do *Pravda*, fala uma linguagem totalmente diferente daquela da imprensa stalinista do mundo inteiro. É que, na realidade, sob a pressão das massas, Nagy e seus camaradas romperam com o aparato stalinista” (FRYER, 2006, p. 140). Com efeito,

Em 28 de outubro, os conselhos empreenderam a dissolução dos aparatos do partido em todo o país. Quem poderia então crer numa retificação do partido que se efetuariá sob a direção do CC que havia apoiado e encoberto a Gerö, que não havia cooptado Nagy e seus amigos senão para comprometê-los no sangue dos insurgentes e na repressão ordenada por Moscou? O comitê central se dissolveu e designou uma direção provisória encarregada da preparação do congresso. O Presidium assim formado conta apenas com militantes presos ou perseguidos por Stálin-Rákosi. (...) A partir de então, ninguém pode falar de “reforma”, frente a uma renovação tão radical. (...)

Em 1 de novembro, mesmo a solução do partido “renovado” se demonstra impraticável. Já não há partido comunista. O aparato passou ao lado dos russos, combateu nas fileiras dos Avos. A grande massa dos militantes combateu nas fileiras dos revolucionários. Hoje, ninguém se preocupa em unir-se a um partido stalinista, mesmo “renovado”. Desejando “romper para sempre com o passado”, Nagy, Kádár, Lukács, Szántó, formam um novo partido, rompendo com a organização oficial, a que chamam Partido dos Trabalhadores Socialistas Húngaros. Reconhecem seu fracasso, a impossibilidade de emendar, de reformar um partido stalinista? Aparentemente, ao menos, inclinam-se no sentido do veredito das massas húngaras: comunistas e antistalinistas, fundam um partido que se reclama leninista. Porém, não é mais significativo ainda que um militante como Miklós Gimes se tenha negado a unir-se a uma formação que julgava que não constituía uma verdadeira ruptura com o stalinismo? (FRYER, 2006, pp. 140-1)

Portanto, na análise de Broué, o “giro” de 28 de outubro, marcado pela abertura de negociações para a retirada das tropas soviéticas, representa a efetivação da ruptura revolucionária: pela notável consolidação do poder dos conselhos – que “em todas as escalas, em todas as localidades e todas as

administrações (...) tomavam os assuntos em suas mãos” (FRYER, 2006, p. 142) e, conforme o autor verifica por meio da análise dos programas dos intelectuais e dos sindicatos, eram apoiados por todos os setores organizados no movimento); pela reconfiguração do governo, que recompôs a coalizão democrática dos anos anteriores a 1948 e afastou de sua composição todas as figuras mais diretamente ligadas ao stalinismo húngaro, bem como pela necessidade, imposta pelo movimento, de ruptura no seio do próprio partido. De modo semelhante a Fryer (porém combatendo mais diretamente as posições de *L'Humanité*, órgão do PC francês), Broué desmente a caracterização e o peso atribuído pelos stalinistas a forças e personalidades tidas como contrarrevolucionárias – que serviam de justificativa ideológica para as intervenções militares soviéticas. A análise dos discursos de figuras (reconhecidamente reacionárias) como o cardeal Mindszenty e József Dudás, liderança do Partido dos Pequenos Proprietários mostra que a força do movimento e seu caráter radicalmente democrático e socialista eram tais que mesmo a estes homens não era possível formular qualquer proposta efetiva de restauração capitalista, mas apenas fazer apelos abstratos à liberdade; de resto, quando Dudás tentou de fato um golpe no ministério de relações exteriores, foi preso pelo governo Nagy – o que mostra de que lado estava o governo, qual era o sentido da pressão exercida pelo poder dos conselhos e a falta de espaço para o oportunismo político de quem quer que fosse, no contexto revolucionário. Não apenas não havia uma contrarrevolução em curso: sequer havia possibilidade para a expressão de ideias que apontassem para a restauração capitalista ou para qualquer lógica fascista, quanto menos para a livre atuação de grupos políticos ou paramilitares com tal orientação.

Tal era o contexto da revolução no dia 4 de novembro, quando ocorreu a segunda intervenção soviética. A análise de Broué é bastante semelhante à de Fryer com relação à caracterização do movimento e, por conseguinte, do sentido da repressão soviética que, a pretexto do combate à contrarrevolução, deu-se primordialmente contra os trabalhadores organizados nos conselhos, com os principais conflitos concentrados nos distritos operários de Budapeste. Broué cita um comunicado do “comandante húngaro de Szombathely, aliado dos russos”, que “anunciava triunfantemente na rádio: ‘os trabalhadores foram abatidos. Nas fábricas, os conselhos operários e os fascistas estão liquidados’” (FRYER, 2006, p. 158). Uma diferença fundamental, contudo, como vimos, reside na compreensão da

necessidade da repressão, que se deu porque “a vitória dos conselhos operários, com seu programa revolucionário, apareceu como um perigo mortal para a burocracia da URSS” (FRYER, 2006, p. 155). Perigo que não estava restrito à Hungria, mas que já se expressava em agitações entre os estudantes da Universidade de Moscou, preocupando o “desestalinizador” Krushev.

O problema da recalcitrância da burocracia dirigente é ilustrado de modo um tanto enigmático pela postura de János Kádár, que assume a presidência após a repressão, num governo constituído pela URSS e anunciado pela Rádio Budapeste logo após o início dos bombardeios. Kádár, que ao longo do processo revolucionário aparecera como o braço direito de Imre Nagy (que, com a intervenção, asila-se na embaixada iugoslava, junto a outros membros de seu governo, inclusive Lukács), que declarara diante dos emissários russos na reunião de 1 de novembro que lutaria em defesa da revolução, contra a intervenção militar soviética, mesmo desarmado (“de mãos nuas”), torna-se o centro de um governo que lança uma forte ofensiva repressiva, com milhares de prisões e deportações de militantes revolucionários, especialmente jovens operários. Sua função era a de “difundir a confusão entre os trabalhadores”, combinando a repressão com acenos de boas intenções de um notório “comunista liberal”, que se desvinculara da ala stalinista do partido húngaro mas agora servia eficientemente ao Kremlin. Sua política será uma oscilação entre a repressão aberta e condenação do movimento – que se mantém por meio dos conselhos operários (que continuam dirigindo greves sustentando as reivindicações centrais da revolução mesmo depois do massacre) – e a tentativa de cooptação. Deste modo, o governo é obrigado não apenas a reconhecer os conselhos, mas tenta, sem sucesso, domesticá-los por sua institucionalização. Nesse movimento é formado o Conselho Operário Central de Budapeste, que será o principal organismo continuador da revolução. Na situação de miséria em que se encontrava o povo húngaro, enfrentando, além das ameaças e, entre os resultados da repressão, a fome e o frio, a resistência do conselho operário central é muito dificultada. De todo modo, instaura-se uma queda de braço entre governo e conselhos: Kádár é evasivo na resposta às reivindicações, e ora parece defender o diálogo – como quando, na reunião de fundação do Conselho Central, em 14 de novembro, intercede contra a invasão e tentativa de interrupção do encontro por soldados russos –, ora (três dias depois) ameaça deportar os membros desse mesmo conselho, caso mantenham a greve (FRYER, 2006, p. 164). Se, por um lado, estes representantes da classe

trabalhadora húngara viam-se acuados pelo governo, por outro contavam ainda com o apoio e pressão dos conselhos das províncias:

No dia 18, uma delegação de operários pede aos membros do Conselho Central que convoquem todos os conselhos operários das províncias para designar mediante eleições um Conselho Nacional, um Parlamento operário que, eleito pelo conjunto dos trabalhadores húngaros, será o único habilitado para negociar em nome de todos. (FRYER, 2006, p. 164)

O que evidencia a sólida continuidade do poder dos conselhos operários nas províncias, onde, desde o princípio, dirigiram a insurreição, a partir da organização da greve geral (diferentemente de Budapeste, onde os operários tinham-se somado, inicialmente, ao Comitê Revolucionário dos Estudantes, tiveram uma relação mais próxima com os dirigentes que compuseram o governo Nagy e confrontaram-se mais direta e profusamente com as tropas russas, o que atrasou e debilitou sua auto-organização). A reunião de fundação deste Conselho Nacional, no dia 21 de novembro, foi impedida pelo exército, o que desencadeia um novo chamado à greve geral de 48 horas, reivindicando o reconhecimento do conselho pelo governo. Nesse período, as reivindicações centrais do movimento eram “a volta ao poder de Imre Nagy, libertação dos prisioneiros e retirada dos russos” (FRYER, 2006, p. 168), mediadas pelo Conselho Nacional, como organismo articulador das demandas dos conselhos locais e regionais.

A insistência do movimento operário, nesse contexto, pela restauração de Nagy à frente do governo não deve ser compreendida como capitulação, mas antes como busca de garantias. Ora, Nagy comprometera-se com o processo de conformação dos “Estados gerais de conselhos operários”, e sua recondução ao poder seria uma importante demonstração de transigência do governo de Kádár com os conselhos. O que ocorre, no entanto, é uma aberrante traição: Kádár faz um acordo com o governo iugoslavo pela liberação de Nagy e dos outros membros do governo revolucionário (incluindo Lukács), mas ao saírem da embaixada eles são sequestrados pelos russos e levados à prisão na Romênia.

O sequestro dos membros do governo Nagy marca o início de uma maior ofensiva de Kádár contra os conselhos operários. A questão que se evidencia então é a da duplicidade de funções: o governo quer reconhecer os conselhos como órgãos estritamente econômicos, instâncias auxiliares na gestão das fábricas, mas a própria dinâmica da revolução fazia com que fossem, também, a organização

política por excelência da classe trabalhadora. Com esse espírito, os conselhos voltam a reivindicar, no dia 26 de novembro, a constituição de milícias armadas e de jornais próprios. Com os jornais censurados e até mimeógrafos apreendidos, chegam a recorrer a panfletos copiados à mão, para divulgar suas atividades (FRYER, 2006, p. 175). A burocracia condena veementemente tal atuação política dos conselhos, que deveriam ter papel “unicamente econômico”, e a partir de 4 de dezembro dissolve os comitês revolucionários que restavam, e são presos “mais de uma centena” de dirigentes dos conselhos operários (FRYER, 2006, p. 177). Isso desencadeia uma nova greve geral nos dias 11 e 12 de dezembro, à qual “o governo de Kádár responde com a lei marcial, e declara ilegais os conselhos” (FRYER, 2006, p. 177). Aquebrantado, o movimento vai sendo desmantelado, com novas prisões de dirigentes, mas ainda sustenta greves de protesto localizadas contra as arbitrariedades repressivas de Kádár. Este, porém, não faz nenhuma concessão aos operários (pelo contrário, acusa-os de serem “elementos hostis disfarçados de marxistas” – FRYER, 2006, p. 182), mas negocia com os partidos nacional-camponês e de pequenos proprietários.

As conclusões de Broué são peremptórias; segundo ele,

a vontade de estabelecer um governo dos conselhos expressada por toda parte (...) poderia ter se traduzido imediatamente na constituição de um Parlamento operário, de um Conselho Nacional operário. Para isso, teria sido necessária uma direção revolucionária, que dispusesse de perspectivas corretas, tendo analisado o poder do adversário e o objetivo a alcançar, o poder operário, e que fosse capaz de impulsionar no sentido da organização do poder operário, em escala nacional, a todos os conselhos e todos os comitês. (FRYER, 2006, p. 183)

A questão determinante da derrota da revolução, para ele, é a diferença de habilidade política entre a burocracia e os conselhos, com sua “direção operária inexperiente”, desnível que só poderia ser suplantado pela atuação de um partido “análogo ao partido bolchevique de 1917” (FRYER, 2006, p. 168). Uma das determinações identificadas por Broué para esse problema é o caráter da oposição comunista húngara (Imre Nagy e seus companheiros), que professava uma linha “moderada”, incapaz de perceber a degeneração burocrática do socialismo configurada pelo stalinismo, criticando-o apenas como “sectarismo esquerdista” e, assim, postulando a necessidade de uma transição mais lenta e gradual, orientada pela estratégia de frente popular e pela economia mista referenciada na NEP

(FRYER, 2006, p. 184). Essa postura crítica moderada barrava o reconhecimento da necessidade de uma ruptura e de uma organização “independente do aparato”: foram poucos os militantes húngaros que tiveram contato e desenvolveram uma crítica mais radical à burocracia – como formulada por Trotsky em *A Revolução Traída* – e seus ensaios organizativos não puderam florescer a tempo. Contudo,

O programa que milhões de trabalhadores manuais e intelectuais da Hungria expressavam, através das resoluções de seus conselhos e comitês, retomava quase palavra por palavra, parágrafo por parágrafo, o programa traçado há vinte anos em *A Revolução Traída* – e precisado no *Programa de Transição* – da revolução política na ordem do dia na URSS. A esse programa faltava sua ponta mais afiada, a necessidade de construção de um partido revolucionário, de seções da IV Internacional. A responsabilidade não recai principalmente sobre os revolucionários da oposição comunista húngara, mas sim sobre os homens que, então à frente da IV Internacional, tentavam, com Michel Pablo e Ernest Mandel, defender e reabilitar a perspectiva de uma “correção do aparato”, da “transmutação” dos partidos stalinistas... E celebravam a “revolução política” dirigida por Gomulka! (FRYER, 2006, p. 186)

A burocracia, por sua vez, não errou: tratava-se de um “aparelho contrarrevolucionário consequente”, que fez o que tinha de fazer para se defender e aplacar a ameaça da revolução, e assim revelou “seu caráter e sua consciência contrarrevolucionária, sua natureza de casta irredutível, hostil à classe trabalhadora” (FRYER, 2006, p. 187).

Os argumentos conclusivos de Broué representam destarte uma aplicação direta dos diagnósticos de Trotsky acerca da “crise da direção do proletariado” e da necessidade de uma “revolução política” para derrubar a burocracia – que é definida como um setor privilegiado, por usurpação, da classe trabalhadora: uma “casta” dirigente, não uma classe. Seria possível que uma vanguarda revolucionária independente do proletariado húngaro “coordenasse sua ação” de modo a “torná-la irresistível” (FRYER, 2006, p. 187)? Um partido trotskista, alinhado à IV Internacional, seria o suficiente para consolidar rapidamente a revolução e impedir o massacre perpetrado pela URSS?

É difícil responder a tais questões, mas pode-se depreender dessas formulações uma determinada concepção do processo revolucionário e do tipo de organização que lhe seria adequada, bem como a caracterização pressuposta do “socialismo real” como “Estado operário degenerado”, que modificara a “forma da propriedade” (FRYER, 2006, p. 220) sem transcender o Estado. Mas então o caráter

social de uma revolução é inferido pela “forma de propriedade” que institui? É possível desvincular uma “autocracia burocrática”, política, da estrutura das relações sociais de produção que se desenvolvem sob seu jugo (i.e., uma mesma “forma de propriedade” pode corresponder tanto ao regime da “autocracia burocrática” quanto a uma democracia socialista radical, fundada na igualdade substantiva)? Por fim, o “partido operário revolucionário de perspectiva correta” tem, na “revolução política”, quais funções com relação ao Estado, e quais tarefas com relação ao poder operário dos conselhos? É certo que as formulações de Trotsky a esse respeito não eram tão rasas quanto a compreensão que delas fazem alguns de seus ilustres herdeiros. A revolução política, para ele, não corresponde simplesmente a um *putsch* voluntarista; nem a degeneração burocrática é um problema estritamente moral, mas um processo materialmente determinado. Entretanto, suas categorizações e análises prospectivas parecem padecer de uma ambiguidade intransponível – oriunda de uma contradição objetivamente posta, qual seja, a necessidade de uma crítica mordaz ao fenômeno da burocracia stalinista que, ao mesmo tempo, não a equipare em suas funções sociais às autocracias burguesas. Não há dúvidas de que Trotsky (a despeito da imagem de sectário, arrogante e empedernido que lhe foi estampada por décadas de propaganda stalinista) delineava sua crítica programática ao socialismo degradado imbuído de um forte senso de responsabilidade, porquanto orientado e comprometido com o desenvolvimento mundial da revolução proletária; poder-se-ia reconhecer, todavia, precisamente nessa sua índole leal (elevada a princípio sob a denominação de “defensismo proletário”) a razão de um certo subjetivismo politicista? Não caberia, aqui, nos estender sobre essa questão, que merece uma análise mais cuidadosa. Por ora, fique destacada a definição programática da “revolução política” exposta ao fim de *A Revolução Traída*, em que se note a semelhança profética com o processo húngaro:

Não se trata de substituir uma camarilha dirigente por outra, mas de mudar os próprios métodos de administrar a economia e de orientar a cultura do país. A autocracia burocrática deve dar lugar à democracia soviética. A restauração do direito de crítica e uma genuína liberdade de eleições são condições necessárias para o desenvolvimento do país. Isso pressupõe um renascimento da liberdade dos partidos soviéticos, começando com o partido dos bolcheviques e uma ressurreição dos sindicatos. A introdução da democracia na indústria significa uma revisão radical dos planos pelo interesse dos trabalhadores. A livre discussão dos problemas econômicos diminuirá os custos derivados dos erros e ziguezagues burocráticos. Os caros palácios de lazer dos soviéticos, os novos teatros e metrô de fachada

serão retirados em favor das habitações dos trabalhadores. As "normas burguesas de distribuição" serão limitadas aos limites da estrita necessidade e, em sintonia com o crescimento da riqueza social, darão lugar à equidade socialista. As patentes serão imediatamente abolidas. O ouropel de decorações irá para o caldeirão. Os jovens terão a oportunidade de respirar livremente, criticar, cometer erros e crescer. A ciência e a arte serão libertadas de suas cadeias. E, finalmente, a política externa retornará às tradições do internacionalismo revolucionário.³⁶ (TROTSKY, 1972, p. 221-2)

³⁶ Em tradução livre, a partir do inglês.

CAPÍTULO 3

Lukács, Sartre e o debate sobre a revolução húngara

Tendo em vista a análise, delineada no capítulo anterior, dos relatos acerca dos acontecimentos da revolução de outubro – análise por meio da qual buscou-se reconstituir as principais motivações e tendências do movimento, em sua forma e conteúdo – cabe agora voltar à questão do papel que nela desempenharam os filósofos que tomamos como objeto e das posições que tomaram nos debates relativos a ela, comparando-as por fim com as de outros autores que extraíram da experiência húngara conclusões ideologicamente relevantes (com repercussões teóricas e políticas significativas) para a crítica do stalinismo.

Como já mencionado anteriormente, um traço marcante do processo que desencadeou o levante na Hungria foi o papel preponderante do movimento de intelectuais e da juventude, que ao lutar pela liberdade na produção e expressão cultural acabaram por expor cada vez mais as mazelas e contradições da opressão burocrática, abrindo caminho para a irrupção da insatisfação generalizada das massas operárias e camponesas com suas condições de vida. Se, por um lado, tal movimento dos intelectuais se relaciona com as expectativas de democratização no bloco soviético após a morte de Stalin (e especialmente após o XX Congresso do PCUS), sua abrangência, a unidade que conformou e a radicalidade de seus desenvolvimentos e repercussões no país só podem ser compreendidas em sua singularidade: seja pela especificidade, historicamente constituída, da função social da *intelligentsia* húngara, seja por sua contraparte – o caráter especialmente autoritário da política cultural stalinista na Hungria.

3.1. Meszáros: da revolta dos intelectuais à revolução dos conselhos

Uma exposição minuciosa do desenvolvimento desse movimento foi feita por István Mészáros, no livro *A revolta dos intelectuais na Hungria* escrito em 1957-8, quando o autor encontrava-se exilado na Itália. Tendo participado ativamente de todo o processo, o texto de Mészáros constitui um vivo depoimento da atmosfera de terror intelectual imposta pelo regime de Rákosi – e seus dirigentes na área da

cultura, József Révai e Márton Horváth – e uma denúncia feroz de sua irracionalidade burocrática. O livro trata do período anterior à revolução, a partir de 1947, abrangendo portanto, como exposto no capítulo anterior, os anos de consolidação dos comunistas no poder (que em 1948 liquidam a oposição no governo até então de coalizão); o breve período de expectativa de reformas aberto com o primeiro governo Nagy, alinhado a Malenkov, após a morte de Stalin em 1953; a deposição e prisão de Nagy e as manobras de Rákosi para se manter no poder *de facto*, controlando o aparato do partido embora afastado do governo, por meio seja de Hegedüs, seja, depois, de Kádár, do que não são exemplo menos importante os dirigentes da política cultural em sua férrea defesa dos dogmas do “realismo socialista”, ou “romantismo revolucionário” – enfim, do código stalinista para as artes personificado pelo dirigente soviético Andrei Jdanov (que no período ganhava ainda mais importância na hierarquia do partido, como organizador da Cominform, órgão que veio a substituir a Internacional Comunista, dissolvida em 1943). A ênfase do relato de Mészáros está nas transformações por que passaram, nesse período, a instituições e organizações da vida cultural húngara, no modo como foi se desenvolvendo uma crise na intelectualidade e nas reverberações dessa crise que propiciaram o singular encontro entre *intelligentsia*, juventude, operários e camponeses que originou a explosão revolucionária de outubro de 1956.

Por meio desse relato verifica-se que a importância da figura de Lukács vai além de sua (breve) participação no governo de Imre Nagy, durante a revolução, e que a crítica radical que o filósofo vinha desenvolvendo com relação aos efeitos nefastos do dogmatismo staliniano para a cultura socialista representava uma ameaça real ao poder da burocracia, a despeito da postura conciliatória, para não dizer capituladora, assumida pelo próprio Lukács (que, mesmo após a demonstração das grandes possibilidades de uma democratização socialista radical pela auto-organização dos trabalhadores e da brutal repressão orquestrada por Krushev e perpetuada pelo governo de Janos Kádár, manteve-se na defesa da unidade do partido, alimentando ilusões na perspectiva de sua autorreforma). Tal importância é ressaltada por Mészáros já no início do texto:

Entre 1948 e 1949, o enrijecimento da “frente cultural” e a aplicação de métodos militares perante a *intelligentsia* começaram com a campanha contra György Lukács. Hoje, do mesmo modo, Lukács está no centro dos debates ideológicos: já há muitos meses, numa série de artigos publicados semanalmente por toda a Hungria (e até mesmo na Alemanha Oriental, onde, em 1949, não havia sido atacado), está em curso uma campanha permanente contra ele, bem mais grave que a

de 1949-1950. “Uma das concessões ideológicas da velha direção do partido foi contentar-se com a autocrítica de Lukács, em 1949-1950, embora em seu artigo Révai identificasse nele, inconfundivelmente, o verdadeiro desvio político”, diz o periódico ideológico oficial do partido Társadalmi Szemle [Revista Social], fazendo a “crítica” dos desvios da velha direção sectária do partido e assumindo, se é que é possível, uma posição ainda mais sectária.³⁷ (MÉSZÁROS, 1958, p. 9)

Como exposto anteriormente, no primeiro capítulo da presente dissertação, tal período é justamente um dos momentos de mais intensa atividade política e cultural de Lukács, marcado pela polêmica com o existencialismo e pela grande obra sintética “A destruição da razão” que, como vimos, se propunha a combater os fundamentos ideológicos do fascismo, visando à consolidação do triunfo soviético na Segunda Guerra Mundial. Muitos críticos ocidentais consideram este período da produção lukácsiana como sua “fase stalinista”, inclusive entendendo que sua defesa do realismo literário seria “facilmente assimilável ao realismo socialista” (v. trecho de Jameson, supracitado, à p. 34). Ora, se tal fosse o caso, qual seria o sentido desses ataques da direção do partido ao filósofo? Mészáros demonstrará não apenas que esta visão é equivocada, mas que o problema representado pelas posições de Lukács tem raízes muito anteriores, em sua relação permanentemente tensa com a ortodoxia dogmática que se consolidava na URSS sob Stalin e em seus choques frequentes com a direção do Partido Comunista Húngaro. Lukács foi um opositor obstinado e persistente às tendências sectárias dos dirigentes comunistas na Hungria, desde Béla Kun; exemplo privilegiado disso são as formulações programáticas reunidas nas teses de Blum, que anteciparam a política de frente popular e a própria definição dos regimes de democracia popular.

O debate Lukács começou há um quarto de século, não apenas no plano estético, mas também no político, aliás começou antes do tempo da luta contra os Fadeev. No partido húngaro, Lukács pertencia à ala Landler, e desde o princípio foi o mais ferrenho opositor do líder do sectarismo, Béla Kún; e já em 1929, nas Teses de Blum (pseudônimo de Lukács), ele proclamava a necessidade de uma política de frente popular, embora naquele tempo o nazifascismo ainda não tornasse necessário o “desvio histórico”. As Teses de Blum naturalmente foram rejeitadas e condenadas pelo Comintern dominado pelo sectarismo, e quando, muito depois do triunfo do nazifascismo, a política da frente popular se tornou a linha oficial, não se fez justiça a Lukács – afastado, depois de suas Teses de Blum, de todas as atividades na direção do partido –, mas esconderam suas “teses” para poder sustentar, mesmo no futuro, as acusações contra ele. Assim, no curso do debate Lukács de 1949, Révai pôde, muito

³⁷ As citações de MÉSZÁROS (1958) são versão preliminar de nossa tradução da obra, a ser publicada pela editora Boitempo.

tranquilamente, falsificar o sentido das Teses de Blum, pois o autor não podia responder com uma documentação. As teses só foram apresentadas em 1956, para um público restrito, quando, depois da pressão do movimento intelectual, repentinamente foram “encontradas” no Instituto do Movimento Operário em Budapeste. (MÉSZÁROS, 1958, pp. 33-4)

Não deixa de ser estranho, porém, que os ataques mais ferrenhos a Lukács tenham se dado não no âmbito das concepções propriamente políticas, mas no debate estético. Num momento de recrudescimento político do stalinismo, marcado, como vimos, por perseguições e falsos processos contra os desvios “titoístas”, é curiosa a importância que ganha na Hungria o controle da arte e a defesa dos dogmas do jdanovismo. Numa peculiar inversão,

a questão da democracia popular foi apenas um pretexto para levar a discussão estética perante o tribunal do partido, impedindo-a de se tornar um “assunto para especialistas”. Mas, ao mesmo tempo, aproveitou-se para demonstrar a Stálin que se fizera aquela autocrítica do conceito de democracia popular que ele exigia naquele tempo. O fim último, porém, continuava a ser o de eliminar totalmente os princípios de política cultural representados por Lukács, para poder fazer triunfar a “estética” do jdanovismo. (MÉSZÁROS, 1958, p. 25)

Essa aparente inversão de prioridades na realidade apenas demonstra a profunda relação de determinação recíproca entre as formas de organização da sociedade e suas manifestações na cultura, questão que sempre foi uma preocupação central de Lukács (e também de Sartre, como vimos). A deformação burocrática do socialismo exigia um rígido controle ideológico, para encobrir suas contradições e arbitrariedades; tal controle evidentemente se estendia a todos os aspectos da vida cultural, da ciência até a religião, pelo estabelecimento de prescrições normativas estritas a todos os aspectos da vida social; que isso encontrasse na arte uma forma arquetípica deve-se ao próprio caráter da arte, ao fato de ela ser um modo privilegiado de representação das tensões da realidade numa expressão humana universal.

Por outro lado, a intensidade dos debates culturais na Hungria de Rákosi, em particular sobre a literatura, possui também suas raízes históricas singulares, numa longa tradição de engajamento dos escritores com os movimentos políticos nacionais. Segundo Mészáros:

Percorrendo o caminho do movimento intelectual húngaro, não podemos deixar de notar a importância que nele teve a literatura. A

literatura de acentuada inflexão política é, na Hungria, uma tradição já secular, desde a época da resistência contra os turcos: frequentemente, ela toma para si a tarefa de preencher o vazio deixado pela inexistência ou pela pobreza do pensamento político. Até em nosso século, em que, em praticamente todos os lugares do mundo, a literatura quase sempre se refugia numa torre de marfim, nasceu na Hungria um movimento de caráter decisivamente político, social e literariamente considerável, o dos chamados “populistas”, que suscitou enorme interesse nas grandes massas e que, com seus planos de reforma político-social, participou diretamente da vida política do país. (A maioria desses escritores atua ainda hoje na Hungria, de Péter Veres a László Németh e de Gyula Illyés a Sándor Erdei.) Essa tradição moralmente e espiritualmente combativa, tanto a antiga como a recente, reforçada pelo movimento político-literário socialista de homens como Attila József e Tibor Déry, contribuiu consideravelmente para que nos últimos tempos a literatura húngara pudesse reagir com tanta sensibilidade e radicalismo político às consequências do sistema stalinista. (MÉSZÁROS, 1958, pp. 17-8)

Nos debates literários que ocorreram na Hungria ao longo desse período, evidenciam-se tanto os métodos aberrantes da opressão burocrática quanto as principais questões de conteúdo do socialismo que viriam a se expressar no levante de 1956. O problema da relação com a herança nacional, a subserviência à cultura russa, a falsificação histórica, a conformação da realidade social a ideais abstratos, esquemas e modelos propagandísticos pré-fabricados, materializados na imposição dos símbolos soviéticos, a autojustificação a priori da superioridade do socialismo, a produção artificial de um estado de alarmismo permanente, da iminência da guerra, dos perigos da infiltração do inimigo representado pelo imperialismo ocidental, a produção espetacular da unidade e não contradição, o sufocamento de toda crítica, enfim, a conformação subjetivista da realidade aos ditames arbitrários da direção -- e portanto a negação da própria objetividade das questões sociais e da realidade evidente da vida cotidiana. A imposição de prescrições abstratas à forma e conteúdo da arte socialista correspondia à imposição de um socialismo também abstrato.

A questão da cultura nacional e das tradições populares, às quais o jdanovismo fazia recorrentes apelos demagógicos, é bastante ilustrativa do caráter abstrato do esquematismo do realismo socialista e de sua função ideológica:

O ponto dessas teses de Stálin citado com mais frequência é o seguinte: “A cultura geral para a qual caminha o socialismo é, por seu conteúdo, cultura proletária e, por sua forma, cultura nacional”. Dessa tese nasceu a definição do “realismo socialista”, com o acréscimo: “a cultura proletária, no que se refere a seu conteúdo, é cultura socialista”. A definição do realismo socialista que se tornou clássica é esta: “Socialista no conteúdo e nacional na forma”. Essa fórmula, obrigatória para todos, estava nas origens do fato de que a questão do

caráter nacional na prática e nas análises da arte foi limitada à língua na literatura, e aos seus supostos correspondentes analógicos – motivos de canções populares, de elementos decorativos populares etc. – nas outras artes. (MÉSZÁROS, 1958, p. 42)

Ao que responde Mészáros:

Não é na forma, e sim no conteúdo que se deve buscar a particularidade nacional da arte. O que deu à arte húngara, através de seu longo desenvolvimento histórico, uma decisiva e peculiar fisionomia nacional foi o fato de que ela sempre representou a complexa problemática da realidade nacional com o máximo senso de responsabilidade e tentou resolvê-la com todos os seus meios, de modo positivo e no interesse da nação. Analogamente, em todos os campos da arte, a característica nacional não depende de alguma característica exterior de “complemento”, mas precisamente do grau de capacidade de conceber os problemas fundamentais da vida nacional e da resposta que a arte pode lhes dar. A arte de Béla Bartók, por exemplo, é verdadeiramente nacional não apenas pela riqueza de seu mundo melódico popular, mas porque, numa época crítica – enquanto as ondas do cosmopolitismo e da embriaguez nacionalista submergiam também o campo da arte –, soube refletir a crise da realidade húngara, que ameaçava gravemente o espírito nacional, e porque em sua música profundamente humanista deu aos problemas de que dependia o destino do país uma solução que enriqueceu a arte de toda a humanidade. O jdanovismo, ao contrário, não podia reconhecer que uma nação tivesse problemas vitais justificadamente diferentes da política russa. Não podia tampouco permitir, na Hungria, que os artistas dessem atenção aos males da realidade nacional e, para impedir que o fizessem, estabeleceu para a arte a exigência de um “conteudismo socialista” abstrato, independente do tempo e do espaço. Mas esse “conteudismo socialista” naturalmente era independente do tempo e do espaço só na aparência; na realidade, expressava até com demasiada fidelidade os interesses da política stalinista de opressão nacional. Porque, se a arte deve verdadeiramente refletir a problemática da vida nacional de modo correspondente aos interesses do país, caso a União Soviética viole esses interesses, só se consegue evitar o perigo de fazer emergir os contrastes se, em nome de uma “arte socialista superior”, se batiza como grau mais elevado da arte a eliminação de seu verdadeiro conteúdo, substituído por um abstratíssimo “conteúdo socialista”. Sobre essa base teórica, naturalmente não pode existir nenhum outro gênero de arte que não seja o do esquematismo, de cujo “conteúdo socialista” a “forma nacional” não passa de um elemento decorativo superficial (admitindo que os esquemáticos se darão ao trabalho de buscar esse elemento de decoração exterior). (MÉSZÁROS, 1958, pp. 43-4)

Entre os artistas perseguidos pela política cultural, Mészáros destaca Tibor Déry, escritor e militante socialista. Para difamá-lo e desencorajar seus defensores (entre os quais o próprio Lukács), a burocracia serviu-se de métodos especialmente grotescos:

Esse permanente “debate Déry” foi característico na Hungria durante quase todo o período do pós-guerra. Houve apenas um breve período no qual pareceu que os dirigentes do partido tinham se tornado mais compreensivos com as intenções de Déry, e foi justamente o período do supracitado congresso de 1951. Não muito mais tarde, porém, foi desferido um ataque, mais duro que os precedentes, na imprensa do partido (e essa era a forma mais grave e perigosa de crítica “literária”), por causa de sua curta novela, intitulada *Borboleta branca* [A selyempongyola]. Mais uma vez, a acusação era a da “representação a partir de dentro” e da “transigência com a moral burguesa”, apenas porque o escritor abordou um delicado problema ético. Não só o objeto, mas também o método do debate foi muito característico, e mais tarde os dirigentes do partido recorrerão outras vezes a tal método para silenciar os intelectuais. Ordenou-se que se escrevessem “cartas operárias”, nas quais se devia protestar com veemência contra “o contrabando, no país, da ideologia e da moral burguesas”, exigindo do escritor um acerto de contas. Os autores dessas cartas naturalmente não eram operários, mas os secretários do partido das diversas fábricas e outros funcionários, os quais muitas vezes só tinham de assinar o texto já preparado de antemão pelos jornalistas do partido e aprovado pelos dirigentes. Tais cartas depois foram usadas como “argumento” contra o escritor, e pelos mesmos que as tinham produzido, referindo-se hipocritamente ao princípio da soberania do povo.

(...)

Durante o debate sobre essa novela, a tendência de Déry foi tão desqualificada no país, que os que com ela simpatizavam foram desencorajados. Como resultado, as teses da política cultural a esse respeito obtiveram aceitação geral, mas é fácil imaginar quão sincero era esse acordo com a linha oficial, imposto à força. Mas isso não era nem um pouco importante, porque a política cultural oficial visava fazer calar quaisquer vozes da oposição, para poder informar à União Soviética a obtenção de uma “completa unidade nacional”. O debate sobre a *Borboleta branca* tornou-se memorável na vida cultural húngara também porque o método do “furor popular”, já experimentado durante o processo Rajk, foi aqui aplicado pela primeira vez no campo cultural, criando assim uma prática de debate terrorista e claramente anticultural. (MÉSZÁROS, 1958, pp. 62-3)

Nos debates contra Déry revelaram-se plenamente o sentido e as concepções que orientavam a política cultural (ou antes a “cultura política”) stalinista. Vale citar ainda outro exemplo bastante característico:

Por ocasião do debate sobre *Resposta*, realizado diante do órgão ideológico mais rígido do partido (o Escritório dos Conferencistas), no outono de 1952, Révai pronunciou estas palavras de encerramento: “A discussão caracterizou-se pelo fato de que a maioria dos interlocutores não concordava com a posição do partido, e, portanto, era uma discussão puramente formal”. Essa afirmação parecia ainda mais estranha porque a grande maioria dos participantes era de membros do partido, e ainda assim estavam em desacordo. Então, o que era essa “posição do partido”? Nada mais que o longo artigo de Révai, publicado no verão de 1952 no diário do partido *Szabad Nép*

[Povo Livre], que condenava da maneira mais áspera o romance de Déry. No entanto, é muito característico dos métodos da política cultural do partido que as palavras dos que a dirigiam fossem consideradas a priori como “posição do partido”, independentemente da opinião completamente contrária dos envolvidos – escritores, artistas, críticos – e do público leitor. (pp. 64-5)

Mais adiante, Mészáros conclui:

Mas talvez tudo isso não teria suscitado tantos ataques da direção do partido se as grandes qualidades artísticas e humanas do autor não estivessem vinculadas à concepção socialista. O stalinismo, de fato, em virtude das graves contradições internas do partido, tinha de se resguardar sobretudo dos representantes dos princípios de um socialismo humano e verdadeiramente democrático, porque as palavras deles encontravam maior repercussão entre as massas operárias e camponesas, como aliás o demonstrou todo o desenvolvimento húngaro. (MÉSZÁROS, 1958, p. 89)

A partir dos casos emblemáticos dos debates sobre Lukács e Déry, Mészáros mostra com inúmeros exemplos como era desastrosa essa política cultural que, com mecanismos análogos e complementares aos da censura e controle da arte, estendia-se à educação e à pesquisa científica, com graves consequências para o desenvolvimento nacional. É evidente que estes métodos serviam à justificação, manutenção e intensificação da exploração do trabalho dos operários e camponeses e, por outro lado, dos privilégios da burocracia dirigente. Pode-se notar, portanto, que essa seminal obra de Mészáros em muitos aspectos antecipa a crítica que desenvolverá posteriormente, especialmente em *Para Além do Capital*, do dito “socialismo real” como forma mutante de controle do capital, Estado pós-capitalista que não eliminou os mecanismos centrais da valorização do valor pela extração de mais-trabalho, mas apenas deslocou suas formas de controle, propriedade e redistribuição da acumulação, de uma classe de “livres-exploradores” individuais (burguesia) para uma casta burocrática, tornando o capital, num sentido, coletivo, porém não social, o que resultou numa involução dos avanços sociais da revolução e assim na recalcitrância tanto das formas autocráticas na política quanto da irracionalidade dos imperativos do mercado na produção (e reprodução) material da vida social.

Embora tais formulações ainda não estejam desenvolvidas neste pequeno livro do jovem Mészáros, a crítica do stalinismo e a alternativa que se apresentou concretamente com o desenvolvimento do processo húngaro serão determinantes em suas elaborações posteriores. Aqui, ao analisar o modo como as agitações

crescentes nos meios intelectuais foram se materializando em crítica pública e progressivamente conformando uma unidade nacional antiburocrática, em que o sentimento de responsabilidade fez o debate intelectual se debruçar sobre todos os aspectos da vida húngara; ao descrever o modo como paralelamente as formas de resistência passiva (como sabotagem, furtos ou mesmo na expressão da recusa e desinteresse da juventude com relação às questões do país) do povo foram se transmutando em redes e iniciativas de solidariedade ativa, ao passo que essas massas insatisfeitas foram ganhando interesse e buscando participar desses debates – o que culmina nos debates do círculo Petöfi, assistidos por milhares de pessoas –, Mészáros está construindo uma outra história da revolução, que desafia os modelos de análise preestabelecidos pela ortodoxia marxista-leninista, não por uma questão de originalidade autoral, mas pelo realismo e profundo humanismo que animam sua participação e compreensão dos acontecimentos, ou seja, pelo fato de que a própria revolução foi, concretamente, além daqueles modelos, abrindo novas possibilidades para se pensar a superação da barbárie do capital – que então aparecia na forma dual do capitalismo liberal de mercado oposto a um pseudo-socialismo de acumulação.

- **O círculo Petöfi** – surgimento, organização, debates, função (comparação a um parlamento paralelo: discutir a relação disso com o poder dos conselhos)

3.2. Lukács: progresso e reação na cultura e a fé na autorreforma

- A conferência de Lukács e os lineamentos de sua crítica do dogmatismo stalinista e de suas expectativas de democratização: o otimismo com o processo de autorreforma, a tentativa de conciliar o imperativo de unidade comunista com a coexistência pacífica e troca cultural com o ocidente, em especial com suas forças progressistas, que já constataavam conscientemente (ou denotavam, sintomaticamente) a crise da cultura burguesa (Igreja, Sartre, Adorno etc.). O retorno à questão da cultura nacional e o sentido da defesa lukácsiana de Tibor Déry.

- Participação de Lukács na revolução e posteriormente: diferenças com

Nagy e postura conciliatória com URSS, voto contra a saída do pacto de Varsóvia; asilo na embaixada iugoslava, prisão na romênia: não delata Nagy. Isolamento posterior, projeto da Ética, “processo de democratização”, “my party right or wrong”: manutenção e aprofundamento da crítica ao dogmatismo, visando à democracia socialista (da vida cotidiana), porém confinada à visão do partido como única mediação objetiva no processo (desvalorização dos conselhos operários). Tal defesa lukácsiana da URSS e relativização do caráter desumano e contrarrevolucionário da repressão perpetrada em seu interior e “zona de influência” volta a ocorrer com relação aos movimentos por reformas na Polônia e na Tchecoslováquia. (caso Bertrand Russell)

Fontes: Socialismo e democratização, Pensamento vivido, entrevista NLR 1971 (crises gêmeas) e tese Claudinei.

CONCLUSÃO:

Intelligentsia e revolução: lições do outubro húngaro e limites da teoria

A título de conclusão, julgamos importante fazer uma recapitulação simplificada do itinerário dessa pesquisa, levantando algumas questões, que evidentemente estão longe de serem aqui esgotadas.

Lukács e Sartre são dois autores que sempre considerei brilhantes e que me marcaram muito, mas de um modo bastante contraditório, que ao mesmo tempo que me abriam os olhos para muitos problemas, limitações e erros de boa parte da tradição marxista – de abordagens simplificadoras, mecânicas, dogmáticas e sectárias da obra e do legado marxiano –, também me incomodavam bastante, por dois motivos principais: primeiro que são provavelmente os filósofos que mais romperam consigo mesmos, atravessando muitas “fases” diferentes, mudando não apenas superficialmente, no enfoque das questões, mas no próprio cerne da teoria, e isso não por conta de algum comentador que identificasse “cisões epistemológicas”, mas por meio de sucessivas autocríticas públicas; mas acima de tudo me incomodava em ambos a convivência entre a radicalidade da crítica teórica à vulgata marxista e a relação política ambígua com o comunismo oficial e seu aparato burocrático internacional. Ambos os autores me traziam a estranha impressão de que não mobilizavam até as últimas consequências a potência de seu próprio instrumental teórico, terminando por transigir com o stalinismo, relativizando e no limite justificando as atrocidades que o regime soviético cometeu em nome do socialismo, o que é absolutamente incompatível com as profundas preocupações éticas humanistas que animam e atravessam a obra desses filósofos.

O ponto de partida da pesquisa foi a leitura de *Existencialismo ou Marxismo?*, escrito por Lukács em 1947, com o título de “a crise da cultura burguesa” (título que foi alterado na edição francesa, em 1948) e de *Questão de Método*, escrito por Sartre em 1957, a princípio encomendado como artigo, por uma revista polonesa, sobre “a situação do existencialismo na França em 1957”, mas que acaba sendo um ensaio programático sobre o marxismo, que marca definitivamente a adesão (problemática) de Sartre a este “campo”, e os termos dessa adesão, que passam por uma discussão dos fundamentos do marxismo e da compatibilidade entre marxismo e existencialismo. O texto de Lukács justamente visava a uma crítica do existencialismo por sua fundamentação em uma ontologia negativa do sujeito, de

matriz Heideggeriana, que parte de conceitos eminentemente negativos da experiência subjetiva (como a angústia, o “nada”) e os entifica, eternizando-os. Para Lukács isso significava abster-se de relacionar a experiência com as suas determinações sociais, o que coloca o existencialismo na linha de continuidade do irracionalismo e até, segundo ele, como ápice da ideologia burguesa do período imperialista, com uma função ideológica profundamente nociva e reacionária, apesar da aparência progressista. 10 anos depois vem a resposta de Sartre; “questão de método” é cheio de alusões e provocações a Lukács (mas também alguns elogios velados, que dão a entender que Sartre reconhece a diferença de Lukács com relação aos stalinistas). Para Sartre, a questão que se punha era se a dialética materialista seria capaz de produzir uma “antropologia estrutural concreta”, ou seja, se o marxismo poderia dar conta da individualidade. Para ele o marxismo explicava a história, mas não os homens em sua vida cotidiana, por isso a necessidade do existencialismo como ideologia suplementar, “território encravado” no marxismo – “filosofia insuperável do nosso tempo”. Lukács reconhece o avanço de Sartre em direção ao marxismo, não tanto pela sua teoria mas pela atividade política do filósofo francês, que é bastante significativa no período. Em 1956 ele profere uma conferência em que destaca a importância do reconhecimento de Sartre, um “grande filósofo burguês”, do marxismo e da crise da cultura burguesa. Em 1960, na reedição de “existencialismo ou marxismo?”, Lukács o reitera, e diz que seria necessária uma análise mais pormenorizada das novas obras de Sartre que discutem diretamente o marxismo (refere-se justamente a questão de método e à crítica da razão dialética, que é a continuação sartriana do projeto ali esboçado), anunciando que fará essa análise em sua obra sobre ética. Mas Lukács nunca chega a escrever a ética, apenas o que seria sua introdução, que acaba se tornando uma obra monumental, “Para uma ontologia do ser social”. Nela, Lukács não dedica a Sartre mais que 5 parágrafos, depois de uma longa crítica a Heidegger, mas nessa curta referência mostra como os pressupostos ontológicos da fenomenologia heideggeriana continuam presentes na apreciação sartriana do marxismo, o que leva a contradições insuperáveis. A primeira formulação dessa pesquisa então era justamente analisar essa polêmica e fazer um estudo crítico comparativo das duas grandes obras, para corroborar a crítica lukácsiana a Sartre.

Percebi, contudo, que havia uma questão de fundo, na polêmica, que era justamente a questão da crítica ao stalinismo, que era a grande motivação dessas

grandes obras, quer dizer, a necessidade de superar, através de um estudo rigoroso, as deformações produzidas pelo stalinismo na teoria, recuperando a obra marxiana e “atualizando-a” (ainda que isso tenha sentidos muito diferentes para cada um dos dois). Mas isso não poderia ser compreendido apenas pelo estudo da teoria, mas era necessário situar esse desenvolvimento teórico em relação aos acontecimentos do período – que é um período especialmente “agitado”, na história do século XX; se pensarmos que o recorte temporal da polêmica vai de 1947 a 1969, temos: as reformas de Tito e a ruptura da Iugoslávia com a URSS, a revolução chinesa, a morte de Stalin, o XX congresso do PCUS em que Krushev apresenta o dossiê sobre os “crimes de Stalin” e a denúncia do culto à personalidade nos PCs, as revoltas operárias e estudantis nos países satélite da URSS, entre elas a revolução húngara, as lutas anticoloniais na África, a revolução cubana, as ditaduras militares na América Latina, a guerra do Vietnã, a “Primavera de Praga”, na Tchecoslováquia, o maio francês, etc. E foi então com essa ideia, de discutir a teoria à luz dos acontecimentos, que eu trouxe essa pesquisa para a História.

É evidente, no entanto, que não seria possível ou razoável discutir tudo isso. O estudo das obras me fez perceber que o acontecimento mais significativo, para os autores, foi a revolução húngara de 1956. Além do engajamento ativo de ambos no processo (aquela conferência que citei anteriormente, em que Lukács elogia Sartre, aconteceu numa reunião do círculo Petöfi, que foi o movimento de intelectuais que desencadeou a revolução; durante a revolução, Lukács participou de uma das composições do governo revolucionário e do comitê central do partido comunista reformulado, depois da expulsão dos dirigentes mais associados ao stalinismo, foi preso depois do massacre da revolução e exilado na Transilvânia; Sartre é o principal intelectual de esquerda a legitimar a revolução e repercutir as críticas dos intelectuais húngaros ao regime stalinista de Rákosi, publica um número especial da revista *Temps Modernes*, com uma coletânea dos principais textos do movimento dos intelectuais húngaros e documentos que mostram o autoritarismo dos dirigentes da política cultural, junto ao texto “o fantasma de Stalin”, rompe com o PCF e abandona a posição de presidente do comitê de amizade franco-soviética; o texto “questão de método”, escrito logo depois, é cheio de referências à revolução húngara e sua repercussão na Europa), percebi que era esse o acontecimento determinante para a configuração dos grandes projetos de maturidade dos dois, e portanto passei a trabalhar com a hipótese de que a revolução húngara representou

um ponto de inflexão na trajetória intelectual dos dois filósofos.

Para entender a razão dessa inflexão, passei a estudar com mais atenção a própria revolução húngara, e fui me dando conta do quão controverso foi (e ainda é) esse processo. Expondo o problema em linhas gerais, foi a primeira revolução contra o socialismo burocrático soviético, mas uma revolução que retomou os métodos da democracia operária, reorganizando conselhos, retomando as fábricas e cooperativas agrárias, instituindo rapidamente uma rede de organismos de democracia direta que empurrou as direções políticas e impôs reorganizações no governo e nos partidos; foi um movimento espontâneo, sem um núcleo dirigente conspiratório, seja um partido, seja agentes “fascistas contra-revolucionários” do imperialismo; o que havia de mais próximo disse era um agrupamento de intelectuais, o círculo Petöfi, que vinha promovendo debates desde o início do ano que foram ganhando a adesão massiva da população, e acabou se tornando quase um parlamento paralelo, que discutia e expunha todas as questões e problemas nacionais, à revelia dos dirigentes; mas a organização de conselhos operários e comitês revolucionários por todo o país, o armamento da população, nada disso foi articulado pelo círculo. Por isso mesmo, não é possível fazer uma leitura do processo a partir de sua direção, de um programa fechado. O programa dos revolucionários foi forjado na luta. Mas o conteúdo desse programa era a reivindicação de um socialismo democrático, nacionalmente autônomo e independente da URSS, ou seja, o fim da repressão política, da opressão burocrática e da subordinação econômica, cultural e militar à URSS, buscando uma via húngara para a transição socialista. Embora seja fato que houve grupos contra-revolucionários, tentativas imperialistas de influenciar os rumos da revolução e acirrar os ânimos dos combatentes, isso foi um elemento menor e que nunca teve força, diante dos conselhos, para de fato se materializar em um programa de restauração capitalista. Mesmo o partido social-democrata, o partido nacional camponês, o partido dos pequenos proprietários, que haviam sido extintos e reapareceram com a abertura democrática propiciada pela revolução, até o cardeal Mindszenty, líder da igreja ortodoxa que havia sido preso e foi libertado pelos insurgentes, ninguém se posicionava, ao menos publicamente, contra o socialismo, em favor do imperialismo.

Justamente por essa falta de um núcleo dirigente, por um lado, pela dificuldade de circulação de informações, devido à censura da Cominform, por outro,

e também pelas contradições do próprio processo, a pluralidade de agentes sociais, a revolução húngara ocasionou uma intensa e apaixonada disputa de narrativas. Os trotskistas viam nela a comprovação das “profecias” de Trotsky sobre a revolução política na URSS, os comunistas oficiais diziam que era uma contra-revolução fascista articulada pelo imperialismo, liberais anticomunistas como Hannah Arendt viram nela uma utopia antitotalitária, a possibilidade de uma democracia plena (defendendo a quimera de uma restauração capitalista apoiada em conselhos populares), ou simplesmente, caso de Raymond Aron, se aproveitaram da tragédia para demonstrar a impossibilidade do comunismo; intelectuais ex-trotskistas como Castoriadis e Lefort, bem como grupos autonomistas e os chamados internacionalistas de terceira via fizeram dela um modelo de revolução pura, sem partido. Após o massacre da revolução, o debate sobre ela continuou sendo sufocado, a documentação ainda censurada, de modo que não se produziu uma historiografia nem mesmo pretensamente neutra, mas sempre um debate profundamente marcado por esses matizes ideológicos. Como a ideologia dominante é a da classe dominante, hoje em dia esse processo é majoritariamente interpretado como o primeiro sinal do fim da URSS, o início da queda do muro de Berlim, o primeiro passo em direção à liberdade global – do mercado, claro. É assim que até hoje ela é lembrada: sendo esquecida nos fatos e distorcida no sentido.

Muito tardiamente na pesquisa tive acesso ao livro de Mészáros, a revolta dos intelectuais na Hungria. A leitura desse livro me fez reconhecer muitas outras questões. Nesse livro, como vimos, Mészáros faz uma reconstrução do processo desde 1947, a partir dos intensos e duros debates sobre a arte, especialmente a literatura, que ocorreram na Hungria nesse período. Mészáros mostra como o combate interno, no partido comunista, aos intelectuais que exigiam maior liberdade à arte, sendo Lukács figura central nesse processo, entre outros grandes escritores, artistas plásticos e musicistas, foi progressivamente levando à formação de uma unidade nacional na cultura, que se tornou um *front* de resistência à burocracia, levando à chamada crise da *intelligentsia*, que por outro lado se torna uma crise nacional ao se refletir nos crescentes movimentos espontâneos de resistência dos operários e camponeses à exploração, resistência inicialmente passiva, que em 1956 começa a ser expressa em manifestações públicas crescentes, numa liberdade crescente de debate crítico que se materializa nas multidões de operários que assistem aos encontros do círculo Petöfi, e explode no dia 23 de outubro, numa

manifestação de estudantes em solidariedade à Polônia, inicialmente pacífica, mas que é reprimida a tiros pela polícia política (ÁVH) e se torna insurreição generalizada.

O livro de Mészáros me fez perceber que, além das questões de fundamento, dos debates sobre ontologia e método, e das questões diretamente políticas, a respeito das perspectivas de democratização do socialismo, a questão da estética era muito mais diretamente política do que pode parecer à primeira vista. Não é por acaso que Lukács em sua juventude, se aproxima do marxismo pela literatura. O mesmo ocorre com Sartre, cujo livro de 1947 *O que é Literatura?* é o primeiro lugar em que ele assume a necessidade e anuncia como projeto um estudo detalhado sobre a história e sobre a dialética, no que é visto como um dos primeiros flertes do francês com o marxismo. No debate sobre a literatura aparecem questões cruciais para o socialismo, como a questão da identidade cultural nacional, da particularidade e universalidade na arte, que é atravessada pela questão do universalismo ético humanista, enfim, toda a questão da determinação social do pensamento e da liberdade de atividade crítica na esfera da ideologia, ou seja, no limite, a questão da relação dos intelectuais com a luta de classes chega, na arte, ao seu ponto mais elevado e complexo. Não é por acaso também que tanto Lukács quanto Sartre voltarão a produzir obras monumentais sobre a arte nesse período, a saber, respectivamente a *Estética* e *O Idiota da Família*, última grande obra de Sartre, sobre Flaubert.

A análise das confluências e diferenças entre Lukács e Sartre me levou, influenciado principalmente por Mészáros (especialmente em *Para Além do Capital* e *A Obra de Sartre*) a uma conclusão crítica comum: os esforços de crítica teórica do stalinismo, por mais profícuos que sejam, sob vários aspectos, mostram-se insuficientes, e deixam os dois filósofos imersos em grandes contradições. Perdendo de vista o elemento mais importante da revolução húngara para se pensar a democracia socialista, a saber, a mediação objetiva da autoorganização do trabalho contra o capital, não há nada na realidade que possa efetivar tal crítica. Assim, politicamente Lukács manterá até o fim da vida a posição de defesa da unidade comunista mediada pelo partido e a perspectiva de uma democratização pelo alto. Sartre recuará de suas críticas mais inflamadas, acabará por relativizar a intervenção soviética na Hungria e oscilará até o fim da vida entre um pessimismo fatalista e um radicalismo individual, uma espécie de anarquismo vago, moral

(embora defendendo, de modo cada vez menos crítico, todo e qualquer movimento ou processo revolucionário, voltando à “defesa a priori da revolta abstrata” dos tempos da resistência, na segunda guerra). Sem saída objetiva para essas contradições, ambos os filósofos se refugiam no universalismo ético, no postulado de um dever-ser abstrato e irrealizável.

Tal crítica comum precisa no entanto ser trazida de volta à particularidade, para compreendermos de que modo isso se dá com cada autor, entendendo que seu pensamento está circunscrito a sua experiência de vida e da luta. Sartre insere-se numa longa tradição francesa de radicalismo individualista, e Lukács, por mais fecunda que seja sua obra de maturidade, não pode se livrar de algumas concepções e procedimentos viciosos do socialismo burocrático, tendo vivido por tantos anos sob a tutela e vigilância do stalinismo. Trata-se de um enorme desafio a ser aprofundado, mas que uma crítica marxista de qualquer produto do pensamento não pode se furtar, ou seja, compreender o pensamento por sua constituição e função social. Esse é, no fim das contas, o verdadeiro objetivo dessa pesquisa, da qual a presente dissertação é apenas um primeiro momento.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes:

ARON, Raymond. *Une révolution antitotalitaire: Hongrie 1956*. In *Commentaire*, nº 28, 1984.

ARENDT, Hannah. *Totalitarian Imperialism: Reflections on the Hungarian Revolution*. In *The Journal of Politics*, Vol. 20, No. 1. (Feb., 1958), pp. 5-43.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou Barbárie: O Conteúdo do Socialismo*. Tradução de Milton Meira do Nascimento e Maria das Graças de Souza Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CLAUDÍN, Fernando. *A Oposição no Socialismo Real: União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia: 1953-1980*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FRYER, Peter; BROUÉ, Pierre; NAGY, Balász e YANG, Elizabeth Ingrid. *Hungria del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: IPS, 2006.

LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática: Os limites da Dominação Totalitária*. Tradução de Isabel Loureiro e Maria Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: Autêntica Editora, 2011.

LUKÁCS, György. *Socialismo e Democratização*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. *História e consciência de classe*. Tradução por Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Existencialismo ou Marxismo*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Senzala, 1967.

_____. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Pensamento vivido: Autobiografia em diálogo*. Tradução Cristina Alberta Franco. São Paulo/Viçosa: Estudos e Edições Ad Hominem/Editora UFV, 1999.

_____. *Teses de Blum*. In *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, nº 7, 1980.

_____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Marx e Engels como Historiadores da Literatura*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016

_____. *Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a categoria da*

Particularidade. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MÉSZÁROS, István. *La Rivolta degli Intellettuali in Ungheria*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1958.

SADER, Emir (org.). *Vozes do século. Entrevistas da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. *O Fantasma de Stalin*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Crítica da Razão Dialética: precedido por Questões de Método*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

_____. *Après Budapest Sartre parle*, entrevista, *L'Express*, 9 novembre 1956.

_____. *Reflexões Sobre o Racismo*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

_____. *O Existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método..* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SARTRE, Jean-Paul, et al. *Les Temps Modernes, N° 129-130-131: La Révolte de la Hongrie*. Paris: 1957.

SEBESTYEN, Victor. *Doze Dias: A Revolução de 1956 - O Levante Húngaro Contra os Soviéticos*. Tradução de Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SEGRILLO, Angelo; AQUINO, Maria Aparecida; AUBERT, Pedro Gustavo; SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ...e o Muro Começa a Cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

Outras Referências:

ARENDT, Hannah. *Ação e a Busca da Felicidade*. Tradução de Virgínia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

BOECHAT, Neide Coelho. *História e Escassez em Jean-Paul Sartre*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

BORNHEIM, Gerd. *Sartre - Metafísica e existencialismo*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHASIN, José (org.). *Marx Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1988.

FILHO, Paulo Alves de Lima; NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério Fernandes (Orgs.). *Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à Luz dos*

Clássicos do Materialismo Crítico. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma: Teorias Dialéticas da Literatura no Século XX*. Tradução de Imna Maria Simon, Ismail Xavier e Fernando Oliboni. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

LÖWY, Michael. *A Evolução Política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A Ideologia Alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Glosas Críticas ao artigo 'O Rei da Prússia e a Reforma Social' de um prussiano*. In: _____. *As lutas de classes na Alemanha*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O Capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1983/1985, 5 vols.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A Obra de Sartre: Busca da Liberdade e Desafio da História*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Conceito de Dialética em Lukács*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Para Além do Capital*. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. *Georg Lukács: O guerreiro sem repouso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REZENDE, Claudinei C. *Generidade e Politicidade no Último Lukács*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília, 2015.

SILVA, Luciano Donizetti da. *Existencialismo e marxismo - a filosofia de Sartre entre a liberdade e a história*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

TERTULIAN, Nicolas. *O Grande Projeto da Ética*. Ensaios Ad Hominem, Tomo I – Marxismo. Santo André: Ad Hominem, 1999.

TROTSKY, Leon. *Documentos de fundação da IV Internacional*. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

_____. *The Revolution Betrayed*. New York: Pathfinder Press, 1972.